



LEOPOLDO PÉRES



ACADEMIA AMAZONENSE DE LETRAS
1918 - 2018

POLÍTICA E ESPÍRITO DO REGIME

(DISCURSOS E ENSAIOS)



Coleção
Pensamento Amazônico
Série João Leda - v. 30



NOTA EXPLICATIVA SOBRE ESTE LIVRO ELETRÔNICO

Os direitos sobre os textos contidos neste livro eletrônico são reservados ao(à) seu(sua) autor(a) e estão protegidos pelas leis de direito autoral. Esta é uma edição eletrônica, não comercial, que não pode ser vendida nem comercializada em hipótese nenhuma, nem utilizada para quaisquer fins que envolvam interesse monetário. Em caso de citação acadêmica deste E-book, todos os créditos e referências devem ser dados ao(à) autor(a), a Academia Amazonense de Letras e a Reggo Editorial.

Este projeto foi contemplado pelo "Programa Cultura Criativa, 2020 / Lei Aldir Blanc – Prêmio Feliciano Lana" do Governo do Estado do Amazonas, com apoio do Governo Federal, Ministério do Turismo, Secretaria Especial da Cultura e Fundo Nacional de Cultura.



Secretaria de
Cultura e Economia
Criativa



AMAZONAS
GOVERNO DO ESTADO

SECRETARIA ESPECIAL DA
CULTURA

MINISTÉRIO DO
TURISMO



**PÁTRIA AMADA
BRASIL**
GOVERNO FEDERAL



Coleção
Pensamento Amazônico
Série João Leda – v. 30

POLÍTICA E ESPÍRITO DO REGIME

LEOPOLDO PÉRES



ACADEMIA AMAZONENSE DE LETRAS
(1918-2018)



**DIRETORIA
BIÊNIO 2020/2021**

Presidente

ROBÉRIO DOS SANTOS PEREIRA BRAGA

Vice-Presidente

MARCUS LUIZ BARROSO BARROS

Secretário-Geral

EULER ESTEVES RIBEIRO

Secretário-Adjunto

ARISTÓTELES COMTE DE ALENCAR FILHO

Tesoureiro

ABRAHIM SENA BAZE

Tesoureiro-Adjunto

FRANCISCO GOMES DA SILVA

Diretora de Patrimônio

CARMEN NOVOA SILVA

Diretora de Promoções e Eventos

MARILENE CORRÊA DA SILVA FREITAS

Diretor de Edições

JOSÉ DOS SANTOS PEREIRA BRAGA

Conselho Fiscal

MARIA JOSÉ MAZÉ SANTIAGO MOURÃO

LAFAYETTE CARNEIRO VIEIRA

MAX CARPHENTIER LUIZ DA COSTA

Conselho Fiscal – Suplentes

SERGIO VIEIRA CARDOSO

JOSÉ GERALDO XAVIER DOS ANJOS

ACADEMIA AMAZONENSE DE LETRAS

Filiada à Federação das Academias de Letras do Brasil

Av. Ramos Ferreira, 1.009

CEP.: 69010-120 – Centro de Manaus

Manaus-Amazonas

Tel./Fax: (92) 3342-5381

Site: academiaamazonensedeletras.com

E-mail: academiadeletras.am@gmail.com

SUMÁRIO

Palavra do Presidente	7
Da mesa do editor	9
Política e espírito do regime	11

© **Leopoldo Péres**, 2021

Coordenação Editorial
José Braga

Comissão Editorial

Marcos Vilaça, Elson Farias, William Rodrigues, Bernardo Cabral, Lafayette Vieira,
José Braga, Carmen Novoa Silva, Dom Luiz Vieira, Márcio Souza, Almino Affonso,
Aristóteles Alencar, Sergio Cardoso, Artemis Soares.

Produção Editorial

Marcicley Reggo, Dayana Teófilo

Capa e Projeto Gráfico

Marcicley Reggo

Imagem da capa

©LightFieldStudios/Envato

Digitalização dos originais

Roumen Koynov

Ficha catalográfica

Ycaro Verçosa dos Santos – CRB-11 287-AM

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

P437p Péres, Leopoldo, 1929-2018

Política e espírito do regime. Manaus: Reggo/
Academia Amazonense de Letras, 2021.

Edição digital (formato .pdf)
Coleção Pensamento Amazônico.
Série João Leda – v. 30;

ISBN 978-65-86325-51-5

1. Ciências políticas I. Título

CDD 320.01

Depósito Legal na Biblioteca Nacional, conforme Lei n.º 10.994,
de 14 de dezembro de 2004. Todos os direitos reservados (Lei 9.610/98).
Partes desta publicação poderão ser citadas, desde que referenciada a fonte.

2021

REGGO EDITORIAL

Rua Rio Javari, 361

N. Sra. das Graças – Sala 303

69053-110 – Manaus-AM

REGGO

Fone: (92) 98817-0172

@editorareggo

PALAVRA DO PRESIDENTE

Robério dos Santos Pereira Braga

Um dos vultos mais proeminentes de seu tempo, seja nas letras, no jornalismo e na política, foi Leopoldo Péres, orador destacado, figura singular, de família de tradição no campo dos estudos das ciências jurídicas. Pernambucano de nascimento que chegou a Manaus ainda menino, estudando nas escolas públicas da cidade, desde logo se projetou como orador.

Escritor, publicou inúmeros artigos na imprensa diária de Manaus, e, em forma de livro, o estudo denominado de *Política e espírito do regime*, abordando a personalidade de Getúlio Vargas e o governo da época, *Getúlio Vargas: o homem e o chefe: ensaios políticos*, centrado na personalidade do seu líder político, *O jardim das fontes silenciosas*, *Frente do trabalho na guerra*, *O Município no Estado Nacional*, *União sagrada pelo Brasil*, *A reorganização judiciária do Amazonas em face do Código de Processo Civil e Contrato de arrendamento do Mercado e do Matadouro públicos de Manaus: recurso administrativo*.

Na política, além de ter sido deputado estadual dos mais combativos e combatido, foi deputado federal e, neste mandato, foi o autor de artigo da Constituição da República de 1946 que consagrou e defendeu o desenvolvimento da Amazônia como cláusula impositiva para a União Federal e pela qual deveria ser custeada, inclusive, tendo como consequência a criação de órgão público específico para este fim.

Combativo na imprensa diária, mesmo como membro do Conselho Administrativo do Amazonas, fundador e presidente da Associação Amazonense de Imprensa e tendo integrado a Associação Brasileira de

Imprensa, sofreu ataques de jornais de Manaus e do Rio de Janeiro por suas posições políticas, e teve sua residência abalada quando de movimentos populares revolucionários na cidade, mas manteve-se altivo e foi decisivo em várias oportunidades em favor do Estado e do seu desenvolvimento.

Política e espírito do regime, ao que parece, passado o tempo e observados os comentários de então e de alguns de seus contemporâneos, teria sido um livro debatido pelas posições que o autor assumiu sobre o papel e a função do Estado em período de exceção, mas era conhecida a sua vinculação ao regime. De personalidade forte, homem de coragem, ilustrado, mereceu de Pericles Moraes, seu colega e presidente da Academia, um importante estudo biográfico.

Ao reposicionar essa obra e seu autor no cenário literário amazonense, a Academia Amazonense de Letras homenageia o autor, ressalta sua passagem na vida acadêmica, inclusive, como um dos oradores da sessão solene de inauguração da sede própria da entidade e de homenagem ao interventor Nelson de Mello, benemérito da instituição, e permite que as gerações mais novas possam ter acesso a um livro que registra uma época da história brasileira.

É honroso para o Silogeu incluir Leopoldo Péres nesta coleção especial que homenageia João Leda.

DA MESA DO EDITOR

Acadêmico José Braga

O livro constitui a principal e mais genuína vocação das academias de letras, uma espécie de missão sempre inconclusa e desafiadora.

Criação engenhosa do mundo novo virtual, o “livro sem papel” muito contribuirá para a difusão e democratização do conhecimento.

Acompanhando os novos tempos, a Academia Amazonense de Letras reuniu 40 obras de seu precioso acervo, que foram vigília e foram luz nesta Casa, legado intelectual de nossos antecessores, cujas edições se acham esgotadas, revitalizando-as e disponibilizando-as sem qualquer custo para a atual e futuras gerações de leitores.

Um resgate de parte do que, ao longo da centenária e luminosa trajetória deste silogeu consubstancia o que se pode chamar de Pensamento Amazônico, inspirado no ideal acadêmico.

Com o uso da nova tecnologia, amplia-se consideravelmente o acesso dos leitores à produção intelectual acadêmica, popularizando-se cada vez mais o livro e sua função libertadora.

Festejemos, pois, esta conquista!

Casa de Adriano Jorge, setembro, 2021.

POLÍTICA
E
ESPÍRITO DO REGIME

(DISCURSOS E ENSAIOS)



1941

EMPRESA A NOITE — RIO DE JANEIRO

A

F. NEGRÃO DE LIMA

pela sua generosa inteligência, pelos
seus altos serviços ao advento da
Nova Ordem Política no Brasil.

A

AUGUSTO COUTO

E

PEDRO TIMOTHEO

espíritos de primeira água,
amigos certos, ainda na hora incerta.

ÍNDICE

DUAS PALAVRAS	13
---------------------	----

As idéias do Presidente Getúlio Vargas e a realidade brasileira:

A nova política do Brasil — Sentido realista dessa política, através do ementário de Alcides Gentil — A lei constante infalível do tempo, na fórmula de Rodó — Um conceito de Maurois: “Pereçam os princípios, antes que a Nação!” — Thiers e a lógica dos acontecimentos, presidindo à fortuna dos governos — Causas aparentes e reais da revolução brasileira — Fatores endógenos e exógenos, sociais, econômicos e políticos — Artificialismo e inadaptação das instituições de 89-91 à realidade física e moral do país — Antecipações de Alberto Torres, Oliveira Viana e Azevedo Amaral — A situação psicológica do Brasil de 1980 — Crise de autoridade “numa época sem fisionomia” — O binômio liberdade-igualdade, método para o regime de ordem — Jacques Banville no perfil de Robespierre — O hibridismo constitucional de 1934 e a verdadeira revolução com o 10 de Novembro, segundo o Ministro Francisco Campos — Imperativo categórico de salvação nacional: o Estado Novo	19
--	----

Política e espírito do regime:

Um aparelho novo na entrosagem orgânica do Estado: o Departamento Administrativo — Erro de ponto de vista no tocante às suas verdadeiras finalidades — Dificuldades de adaptação — Divisão do trabalho e unidade do poder — Decorrência da carta-magna de 10 de Novembro — Critério de continuidade e cooperação no governo — Um órgão eminentemente político, dentro na política nacional do regime — O destino da Nação no destino do seu Chefe: o Presidente Getúlio Vargas

47

Rumos novos à gente nova:

Um título à estima dos moços: fé inderrocável na sua capacidade de combate e ideação — O destino das gerações — Direitos inseqüestráveis da juventude — Sentido renovador do Estado — Confiança do Presidente Getúlio Vargas nos homens novos do Brasil — A reação da inteligência, nos quadros rejuvenescidos do regime — Em marcha para o futuro

59

Visita do Presidente Getúlio Vargas ao Extremo Norte:

I — Pelo Brasil unido e eterno. II — No ano X da Nova Era: o Ciclo da Amazônia. III — Amazônia, problema nacional

77

Sentido renovador do Estado Nacional:

Papel das novas gerações brasileiras — Exaltação do civismo mineiro — A juventude das Alterosas integrada no pensamento criador do Estado — A ficção constitucional de 91 e a herança do Império — Rui Barbosa, paladino da regeneração republicana — Pela salvação do Brasil — O Estado Na-

cional, na visão jurídico-sociológica do Sr. Francisco Campos — O problema da democracia — Conceito plural do governo democrático — Concepção da democracia na carta de 10 de Novembro — Antevisão da reforma política — Sub lege libertas — Democracia contra liberdade — Democracia autoritária e Estado Nacional — A Nação e o Chefe: forças renovadoras do Estado 105

Em nome do Amazonas:

Na acrópole mineira — Significação política de uma homenagem, em hora de genuína brasilidade — “Apóstolo andante” do Brasil novo — A voz da Amazônia na sinfonia total da Grande Pátria — “O sagrado esforço do Homem” — Glória a Minas, berço do civismo nacional 159

D O C U M E N T Á R I O

Contra o extremismo e a desordem:

I — A novembrada. II — Lição e advertência. III — Conjuração do silêncio. IV — Caxias e o espírito de unidade 171

No limiar de 10 de Novembro:

I — O Homem Providencial. II — O instinto das massas. III — Pela ordem nova. IV — Algumas reflexões. V — Democracia orgânica. VI — Estado-forte. VII — Fórmulas e realidades. VIII — Os máscaras 189

Democracia:

I — A democracia e sua evolução histórica. II — A falência dos sistemas democráticos. III — A transformação da liberal-democracia em formas orgânicas da liberdade 225

DUAS PALAVRAS

Os escritos que se reúnem neste livro — artigos de imprensa, discursos e ensaios diversos — teem pelo menos o mérito da coerência. Eles exprimem ou definem um itinerário de idéias, que a instabilidade da vida pública em nosso país, na fase anterior ao 10 de Novembro, não conseguiu distanciar dos rumos prefixados. No examinar a realidade política do Brasil, a partir dos acontecimentos que imediatamente precederam e justificaram o advento do Estado Novo, jamais, de feito, se afastou o autor dos pontos de vista essenciais, norteadores de sua atividade jornalística e cívica. Batendo-se com desassombro pela ordem constituída, pela autoridade forte e pela unidade nacional, suas afirmações encontraram natural coincidência na instauração do regime de 1937, a cujo serviço se colocou,

na perfeita conformidade dos princípios que sempre sustentara na tribuna e no livro, no jornal e na cátedra.

Vários dos ensaios aquí enfeixados são nesse sentido particularmente significativos. Hajam vista, em especial, os que se referem à campanha contra a infiltração extremista e, na mesma linha de considerações, os que vieram à estampa no limiar do Estado Nacional. Entre estes, releva destacar dois artigos em que, antecipando-nos ao desenlace dos fatos que haviam de conduzir ao imperativo categórico de 10 de novembro, visionamos a missão do presidente Getúlio Vargas sobre os destinos do Brasil. No primeiro deles, exatamente subordinado à epígrafe — O homem providencial —, escrevíamos então: “O exame desapaixonado das realidades político-sociais do Brasil, nesta hora, há-de levar por força à convicção de que o sr. Getúlio Vargas vem exercendo, sobre os destinos incertos do país, um papel verdadeiramente providencial”. E concluindo, de referência às sortidas ostensivas do comunismo e da guerra civil: “Mas, a um e outro desses iminentes perigos, dessas tremendas ameaças à paz e à unidade da Nação, provê ainda e sempre, conjurando-os, o patriotismo divinatório e vigi-

lante do senhor Getúlio Vargas, o que acentua, na alma impressionável da multidão, o pressentimento, a advertência mística de que a esse homem toca, realmente, no minuto de angústia que vivemos, u'a missão de energia sobrehumana, uma tarefa providencialmente tutelar". No segundo, epigrafado — O instinto das massas — acentuávamos, à expectativa das tormentas que ensombravam o horizonte político do Brasil de 1937: "Ora, o senhor Getúlio Vargas constituiu-se, num instante climático, pela sua bravura, pela sua dignidade cívica, e pelo exemplo da sua coragem e do seu estoicismo de patriota, a grande barreira contra a avalanche da anarquia. Ninguém esquecerá o lance épico de 27 de Novembro de 35. O vulto do Presidente insculpiu-se, desde então, e para o sempre, no reconhecimento indelevel do povo. E o povo vê ainda na sua personalidade, agora que tudo indica estarmos na iminência de um novo golpe, de proporções absolutamente imprevisíveis, a encarnação por excelência da autoridade e da lei".

Os fatos, que se articularam, depois, à fundação do Estado Nacional, serviram a demonstrar a rigorosa justeza de tais antecipações.

Assim, também, no que diz respeito à concepção autoritária e orgânica da democracia e ao fracasso da democracia liberal, em nosso país, como por toda parte, na hora presente. Neste particular, é sobretudo expressivo o artigo Democracia publicado, entre outros sobre igual tema, na imprensa de Manaus, em julho de 1937.

Do mesmo passo, há que referir, transparecendo em muitos dos escritos ora coligidos, a confiança cívica, constante e inamovível, do autor, no papel das classes armadas, como fiadoras da unidade nacional, e no auspicioso destino das gerações novas do Brasil. O "sentido renovador do Estado Nacional", de cuja força criadora se fez a juventude brasileira, sob os estímulos do Presidente Vargas, o indispensável, precioso material plástico e humano, foi estudado detidamente na conferência de Belo Horizonte, através do amplo e brilhantíssimo pensamento político do Ministro Francisco Campos.

Seja como for, e embora a desvalia destas páginas, no geral lavradas au jour le jour, na improvisação da imprensa diária, elas contarão sempre como testemunho de um indefectível devotamento à causa do regime, e hão de constituir pe-

queno mas sincero adminículo de idéias em torno à personalidade e à obra do homem egrégio e afortunado que está construindo, sobre as bases irreductiveis da ordem, a grandeza presente e o esplendor futuro de nossa pátria.

Rio. junho. 1941.

L. P.



AS IDÉIAS DO PRESIDENTE GETÚLIO VARGAS E A REALIDADE NACIONAL

A nova política do Brasil — Sentido realista dessa política, através do ementário de Alcides Gentil — A lei constante e infalível do Tempo, na fórmula de Rodó — Um conceito de Maurois: "Pereçam os princípios, antes que a Nação!" — Thiers e a lógica dos acontecimentos, presidindo à fortuna dos governos — Causas aparentes e reais da Revolução Brasileira — Fatores endógenos e exógenos, sociais, econômicos e políticos — Artificialismo e inadaptação das instituições de 89-91 à realidade física e moral do país — Antecipações de Alberto Torres, Oliveira Viana e Azevedo Amaral — A situação psicológica do Brasil de 1930 — Crise de autoridade "numa época sem fisionomia" — O binômio liberdade-igualdade, método para o regime de ordem — Jacques Banville, no perfil de Robespierre — O hibridismo constitucional de 1934 e a verdadeira revolução, com o 10 de Novembro, segundo o Ministro Francisco Campos — Imperativo categórico de salvação nacional: O Estado Novo.

Os sucessos de extraordinária transcendência que, a partir de 1930, deram à vida nacional uma nova fisionomia e aos destinos do país uma orientação nova, teriam de encontrar, não há muito, no livro do senhor Getúlio Vargas — *A Nova Política do Brasil* — sua mais ampla, completa e irrefragável documentação.

Não esperou o chefe civil da revolução brasileira que o historiador de amanhã, cujo método de pesquisa por certo receberá o influxo de fatores diversos e contraditórios, se entregasse à exhaustiva tarefa de coligir os subsídios indispensáveis ao julgamento de sua personalidade e de sua obra. Encarregou-se ele próprio de os compendiar por inteiro, da plataforma da Aliança Liberal aos diplomas constitutivos do Estado Novo, incluídos os discursos da excursão presidencial a Minas e a S. Paulo. De sorte que o trabalho da crítica histórica e psicológica estará assim enormemente diminuído, tanto se haja de meter ombros à definitiva aferição de valores, ao balanço geral deste período culminante no evol-
ver das nossas instituições políticas.

A esse trabalho acaba, já agora, de trazer o senhor Alcides Gentil uma contribuição inestimável, no volume em que, com o seu afuroado senso de escolha, sumariou *As Idéias do Presidente Getúlio Vargas*.

O festejado e absterso polígrafo patricio, que sem favor se inclue entre os mais lúcidos investigadores atuais de nossa sociologia, levou a cabo, em relação ao grande livro do senhor Getúlio Vargas, o mesmo árduo, beneditino esforço que faz poucos anos empreendera de referência ao múltiplo e angustiado ideário cívico de Alberto Torres. E graças a esta iniciativa que, aparentemente simples, requer a perspicuidade de um agudo critério de seleção e, sobretudo, um raro e disciplinado espírito de síntese, facil será de pronto conhecer, numa rápida consulta ao magnífico índice do senhor Alcides Gentil, a atitude do chefe da Nação em face aos graves, complexos problemas que se lhe depararam, neste decênio de prodigiosa atividade construtora, à visão lince de estadista e plasmador de um regime novo.

Economia e finanças; ordem legal e organização constitucional; educação e saude; questão social; imigração e colonização; obras públicas; transportes e comunicações; defesa nacional, imprensa e política exterior, — todos os assuntos de maior relevância, todos os temas fundamentais da hora nacional, à luz da doutrina e da

ação, substancialmente homogêneas, do Presidente, recortou-os o autor em fórmulas precisas, advertências incisivas, conceitos de uma exatidão rigorosa, que de logo evidenciam o descortino panorâmico do senhor Getúlio Vargas sobre os largos, bem que nem sempre claros e desafogados, horizontes da vida brasileira.

Mas a impressão que destaca, fixando-se em primeira plana e dominando o conjunto, nesse rico e variado acervo de idéias, nesse movimentado esquema de fatos e realizações, nessa esplêndida sinópse de um itinerário de governo, é a de uma profunda, inderrocavel linha de coerência no pensamento e na execução. E não vai nisso o afirmar-se, porque ninguém o afirmaria sem absurdo, que as opiniões políticas do senhor Getúlio Vargas se hajam estratificado, cristalizado, no clima indeciso de sua formação liberal, ou antes, em termos mais explícitos, que as convicções do fundador do Estado Novo sejam, continuem a ser, de todo em todo as mesmas do candidato aliancista à presidência da República ou do chefe civil da jornada revolucionária de 1930.

Um homem de Estado, ou apenas um homem público, que não tem a faculdade de mudar para adaptar-se à lógica irreplicavel dos fatos, de progredir para retemperar-se nas forjas da experiência quotidiana, que não possui afinal o condão de sintonizar com as tendências de sua épo-

ca, e captar-lhe as correntes imponderáveis do espírito, esse homem falhará necessariamente ao determinismo da própria vocação e, certo, não estará à altura das responsabilidades do poder.

Em política, como em tudo, — mas em política sobretudo, reformar-se é viver, para lembrar o simbolismo radiante do esteta dos *Motivos de Proteo*. Porque, de resto, esta é “a lei constante e infalível do tempo”, a lei suprema da vida. Mudam os indivíduos como se transformam os povos, e se renovam os sistemas de cultura, no ritmo incoercível de uma perpétua eflorescência criadora. O essencial, porém, é que essa metamorfose se opere, sempre, no sentido de um fecundo aperfeiçoamento interior, sem atingir a substância da personalidade, sem descaracterizar a fisionomia subjetiva do homem, sem degradar a estrutura íntima das idéias, sem perder, enfim, — falando ainda com Rodó, — aquela “direção ideal” que preside ao alvorecer das existências privilegiadas. E o dom por excelência do chefe, do homem de gênio, a quem os deuses reservaram a missão providencial de conduzir para dirigir, é exatamente essa de acomodar os seus princípios, os seus pendores, os seus pontos de vista às diretrizes e circunstâncias do tempo. Mas, acima de tudo, ao imperativo categórico do interesse coletivo, da prosperidade comum, do destino nacional.

“O verdadeiro homem de Estado — adverte com agudeza André Maurois, no sutilíssimo ensaio em que discorre da arte de comandar e governar, — sabe, se necessário, em seus discursos públicos, fazer às doutrinas saudações polidas e acalmar as guardas dos templos, pronunciando as palavras rituais; na verdade, ele se ocupa, bem antes, de determinar as necessidades reais da Nação. Dirige-se para esses objetivos limitados e precisos pelo caminho que lhe parece mais direto. Encontra esse caminho barrado? Aceita um desvio. A vaidade, o orgulho intelectual, o espírito de sistema são, na ação política, *handicaps* temíveis. Há chefes de partido que estão prontos a sacrificar o país a uma doutrina ou a princípios. O verdadeiro chefe, esse diz: — “pereçam os princípios antes que a Nação!” Isto porque, em última análise, como finamente observa o cinzelador de *Disraeli*, as instituições são o que os homens as fazem, à imagem da tradição e da raça.

Ora, no caso do senhor Getúlio Vargas, se é verdade, consoante, aliás, assinala Alcides Gentil, que muitas das suas idéias sofreram, e não podiam deixar de sofrer, a ação retificadora e catalítica dos fatos, — e no indicar-lhes o desdobramento harmonioso é que está o encanto maior deste livro, — também não menos óbvio se nos afigura que, sobrepassando a essas mutações necessárias e inevitáveis, a vida e a obra do

Presidente expõem ao observador desapaixornado, isento de preconceitos sectários, o edificante espetáculo de uma consciência equilibrada e serena a serviço de um ideal supremo: o de restaurar o Brasil no sentido de sua unidade e de sua grandeza, no passo heroico do seu destino.

Não estou, por isso mesmo, com os biógrafos apressados que se obstinam em vislumbrar na máscara as mais das vezes indecifrável do maravilhoso arquiteto do Estado Novo os traços daquela “natureza problemática”, a que alude Emil Ludwig, vincando a psicografia de Bismarck. Antes, nela descubro todas as linhas reveladoras de uma natureza vigorosamente afirmativa, na pleniposse de um temperamento que se conhece a si mesmo, e de uma vontade que sabe para onde vai.

Agir é fácil, pensar é difícil, e muito mais difícil ainda — anotava Goethe — é pensar e agir uniformemente. Pois, no senhor Getúlio Vargas, o homem platônico e o homem de ação se nos apresentam inseparáveis, no relevo impressivo de uma singular e poderosa individualidade. Entretanto, o segredo, a durabilidade, o mistério irresistível do seu fascínio está no simples fato de que, embora as vicissitudes da luta e os deveres tremendos do mando, ele pode demonstrar, como de Masaryk disse o perfilador magistral dos *Líderes da Europa*, que “ainda

hoje é possível fazer-se política sobre fundamentos éticos”, franqueando ao testemunho comovido das gerações presentes e futuras, — e agora o conceito é de Stefan Zweig, — “a glória e a força de um nome sem mancha”.

De mais a mais, e para remate do capítulo, não esqueçamos que, já há quase um século, da tribuna parlamentar da França, exclamava o velho Thiers, que só há uma instância inapelável, um juiz irrecorrível, para decidir da sorte e da fortuna dos governos: os acontecimentos. E não há dúvida alguma de que os acontecimentos da política nacional, neste fecundo decênio histórico, justificam de pleno, com a lição do passado na antevisão do futuro, as idéias e a ação do presidente Getúlio Vargas.

II

Tudo depende, bem lançadas as contas, de uma análise em profundidade sobre as causas, os fins e os resultados da revolução brasileira.

Os escritores, alguns com indiscutível clareza, que do assunto se ocuparam, não foram, via de regra, ao âmago do problema, não lhe fizeram uma sondagem mais demorada, como era de mister. Ateem-se, quase sempre, à periferia

dos episódios político-militares que organizaram o panorama de 1930.

Assim que, para o senhor José Maria Belo, que nos ofereceu em 1936 o mais nítido, porventura, de quantos ensaios se consagraram já ao movimento trintista, em duas categorias se dividem as causas que possibilitaram a eclosão revolucionária no Brasil, — a saber, causas de ordem interna, ou de atuação direta, e de ordem externa, ideológica ou mundial, isto é, de atuação indireta ou reflexa.

Estas diziam respeito à crise da democracia, que as consequências econômicas da grande-guerra levaram ao paroxismo, e da qual, obstinada ou inconscientemente, se mostravam despercebidos os mentores da política brasileira, obdurados no fanatismo às fórmulas vazias, às abstrações e aos vícios, crônicos e irreparáveis, do liberalismo republicano. Enquanto o mundo inteiro se transformava *de fond en comble*, procurando reajustar a aparelhagem das velhas instituições políticas, de essência puramente individualista, às novas exigências do direito social, às novas condições da vida econômica, ao funcionamento novo da existência humana, nós nos deixávamos ficar indiferentes, apáticos e estacionários, aferrados aos princípios inoperantes de 91, ou às divagações lírico-representativas do senhor Assis Brasil... “Refazíamos, com vinte anos de atraso — escreve o notável publicista —

o estado de espírito da Europa no momento da paz de Versalhes: a prática da democracia puramente política". Donde a inquietação que lavrava em muitos homens avançados, em muitas inteligências que sabiam decifrar os enigmas do tempo, inquietação que a pouco e pouco se propagava, com repercussões indissociáveis, no subconsciente da massa.

Aquelas, as causas de ordem interna, ou de atuação direta, na formação do processo rebelião, eram de rastrear-se facilmente na vasta congêrie de erros políticos, que incompatibilizavam os dirigentes da primeira república com o sentimento nacional, — a hipertrofia do poder executivo e a desmoralização do parlamento; os atentados à autonomia das unidades federadas e a postergação da vontade popular no falseamento sistemático e na corrupção do voto. Mas, no entender desse escritor, ainda estas razões de natureza política não forçariam o explosir do movimento, "se a crise econômica de 1929 não lhe preparasse terreno propício e se os governos de dois grandes Estados, Minas-Gerais e Rio-Grande do Sul, não se lhe colocassem à frente", no dissídio aberto entre eles e o presidente da República, em torno à escolha do futuro chefe da Nação. E aqui temos "o pretexto imediato" da jornada outubrista. (cf. *Panorama do Brasil*).

Quase do mesmo teor, o ponto de vista adotado pelo senhor Barbosa Lima Sobrinho, no li-

vro, de 1933, em que procurou, com insofismavel probidade histórica e raro brilhantismo dialético, investigar *A Verdade Sobre a Revolução de Outubro*.

Afigura-se-me, porém, que o ilustre jornalista patricio penetrou um pouco mais a fundo a questão, descortinando-lhe pelo menos um dos aspectos primaciais, ao caracterizar o ressurto de 1930 como a incontida manifestação das várias tendências regionalistas, que trabalhavam o organismo nacional, "na luta pelo equilíbrio de forças entre Estados federados".

Como fez depois o sr. José Maria Belo, aponta também este autor os erros que geraram, em nosso país, a impopularidade do poder público e a influência que, na marcha dos acontecimentos, terá exercido a crise financeira do último período do quadriênio Washington Luís, reportando-se, por outro lado, e por igual, aos factores exógenos, a traduzirem-se numa surda revolta, já esboçada, contra a organização económico-social vigente. Mas, no seu modo de ver, o ponto crucial do problema estaria naquele vivacíssimo entrechoque de forças que exprimiam, entre nós, a exacerbação sempre maior do síndrome localista em face do espirito de integração e de unidade.

"Temos, no Brasil, — ponderava ele — um poder central acima dos Estados, mas o desenvolvimento desigual das unidades federadas e a

força excessiva de alguns Estados trouxe o desequilíbrio, a ameaça de absorção da influência dos Estados pequenos, a preponderância clara dos maiores em todos os domínios da vida política, desde as casas legislativas, sujeitas à ação das grandes bancadas, até o poder presidencial, gravitando naturalmente em torno dos eleitorados maiores. E contra a ameaça, ou possibilidade de hegemonia, organizavam-se os planos de defesa dos Estados menores. Os quarenta anos de federalismo brasileiro resumem-se a uma luta contínua contra a supremacia de alguns Estados. Temos os Estados líderes e os Estados satélites; os Estados de primeira, de segunda e de terceira classe, segundo podiam candidatar-se à presidência, à vice-presidência da República, ou a coisa nenhuma”.

Não era difícil, isso nada obstante, perceber, entre as duas grandes “potências” estaduais que monopolizavam a curul presidencial, uma corrente a latejar, rebelde, insubmissa, hostil, decididamente hostil, a esse eterno *ôte-toi de là, que je m’y mette*, a esse *chassé-croisé* de puro e simples revesamento na direção máxima do país. E essa corrente, que ao Rio Grande coubera coordenar, desde a campanha civilista, foi que, afinal, deu o cheque-mate de outubro, deitando por terra, fragorosamente, todo o sistema artificioso de um regime político que, para falar, agora, com o senhor Oliveira Viana, não ençon-

trava apoio, base estavel, alicerce seguro, na argamassa viva da realidade nacional.

* * *

Não me parece, entretanto, tenham sido essas, em definitiva, as causas, as verdadeiras causas, da arrancada político-militar de 1930, última etapa, aliás, de um ciclo revolucionário, cuja primeira manifestação se verificou, como é sabido, em 1922, no lance épico dos dezoito de Copacabana. Ou antes, as suas causas profundas, o complexo dos elementos, por assim dizer imponderáveis, que prepararam o clima propício, a mentalidade adequada à sua inevitável deflagração.

A crise econômico-financeira, o abastardamento dos costumes cívicos, a deliquescência congressional, a dilatação do arbítrio nas altas esferas do poder, a ascendência de uns sobre outros Estados federativos, e a conseqüente rivalidade dos que se arrogavam o privilégio de exercer a magistratura suprema; o espírito localista, enfim, com tendências já bem acentuadas para o separatismo, — foram, por sem dúvida, causas imediatas, umas; mais ou menos remotas, outras, e todas tangibilíssimas, da Revolução. Como, para o seu desencadeamento terão concorrido, embora vagamente, os irrecorríveis fatores externos, político-sociais e econômicos,

que, de 1918, passaram a nortear o destino dos povos e, o que é mais insofismavel, o de todas as revoluções.

Mas, se bem atentarmos no fenômeno, veremos que as primeiras das indicadas causas da leva-em-massa de outubro, nada mais eram, a rigor, do que efeitos, meros e necessários efeitos, ou simples corolários, das causas transcendentais, mas de evidência positiva, que a determinaram, imprimindo-lhe a força, o ímpeto desapoderado de uma reação incontrollavel da alma coletiva. E essas causas, que chamamos transcendentais e profundas, da revolução brasileira, releva descobri-las no fato, vezes sem conto assinalado, antes de 1930, nos escritores de mais agudo descortino sociológico, da flagrante, tremenda, clamorosa inadaptação das instituições de 91 às condições particulares, às peculiaríssimas circunstâncias de nossa formação étnico-psicológica, de nossa realidade político-social.

O senhor Oliveira Viana foi, ninguém o ignora, dentre os chefes-de-fila da sociologia moderna no Brasil, aquele que se encarregou de fazer dessa tese a mais cerrada e inconfutavel demonstração. Hajam vista as conclusões do luminoso ensaio em que focalizou *O Idealismo da Constituição* (1927), batendo-se, aliás, por um grupo de idéias que vamos encontrar sustentadas, aquí e ali, ao longo de sua opulenta obra de exegese aos problemas fundamentais da evolução

do nosso povo. Todo o sistema político enge-nhado na Constituição de 91 assentava — para ele e sem controvérsia aceitavel — “num certo número de presunções que, entre nós, não teem, nem podem ter, nenhuma objetividade possível, — presunções de natureza meramente especulativa, inteiramente fora das condições reais da nossa vida coletiva”.

De resto, já o insigne Alberto Torres, a quem tocam os lauréis indisputados de precursor desses estudos em nosso país, o mesmo observara de referência ao diploma orgânico de 24 de fevereiro, que o mestre d'A *Oganização Nacional* não considerava uma constituição no significado exato desta pálvra, mas “um estatuto doutrinário, composto de transplantações alheias”, embora, “como obra de estética e de ideal político”, fosse, talvez, “o mais notavel documento da cultura jurídica contemporânea”.

Esse aspecto do caso constitucional brasileiro não escapou, também, à visão atilada de Azevedo Amaral, numa dentre as muitas páginas de síntese lapidar, em que ainda uma vez se revelam as suas vigorosas qualidades de intérprete e pensador político.

“O que se tem qualificado de desvirtuamento das instituições, — no Império, a queixa contra o poder pessoal do soberano e, na República, o clamor contra a corrupção da democracia e a defraudação dos pleitos eleitorais — explana

n'*O Brasil e a Crise Atual* — não passa de resultado inevitável da desarmonia entre uma organização política fictícia e a realidade social, que resiste tenazmente às formas artificiais que lhe querem impor. Não são as instituições que se corrompem pela ação maléfica dos homens. É o meio que reage e acaba vencendo os esforços dos que insistem em sobrepor teorias e doutrinas aos fatos. Não há exemplo de um único país, cujo equilíbrio político haja sido alcançado por formas de governo implantadas nele sob a influência de preocupações apriorísticas. As instituições políticas, cujo êxito histórico se verifica, são as que representam apenas a sistematização legal de uma realidade preexistente no organismo social”.

E foi o que, por fim, e em termos admiravelmente concisos, houve de reconhecer o presidente Getúlio Vargas, no discurso inaugural do Estado-Novo: “Considerando de frente e acima dos formalismos jurídicos, a lição dos acontecimentos, chega-se a uma conclusão iniludível, a respeito da gênese política das nossas instituições: elas não corresponderam, desde 1889, aos fins para que se destinavam”.

* * *

Os fatos, portanto, nos impõem a convicção, a fixar-se em argumentos concretos, de que, *ul-*

tima ratio, o a que a Nação aspirava, aderindo com veemência ao golpe insurrecional de 1930, não era propriamente à queda do senhor Washington Luís nem, pois, ao malogro eleitoral do senhor Júlio Prestes; não era a uma elasticidade, ainda maior, dos liames federativos nem à amplificação de um sistema, já de si tão ilimitado, de franquias democráticas ou liberais. Era, sim, e de um modo bem evidente, a uma mudança de atitude, a uma retificação de diretrizes, a uma renovação de processos, à instauração, enfim, num regime conforme com as realidades nacionais, de um governo forte e justo, operoso e equânime, mas, sobretudo, capaz de assegurar, com a tranquilidade da família brasileira e o labor fecundo dos seus lares felizes, a consolidação definitiva da unidade material e moral de nossa pátria.

O povo, na sua rudimentar, quase instintiva percepção do fenómeno político, não podia, é lógico, discernir se os erros que o afligiam e perturbavam o ritmo indispensavel à coordenação das forças vivas do país, provinham de uma limitação gradativa ou de um progressivo, inestancavel desbordamento das liberdades individuais, na democracia, e das faculdades autonômicas dos Estados-membros, no federalismo republicano. Mas o que todos sentiam, o que não escapava à intuição divinatória da massa, ainda nas suas camadas mais obscuras, é que o Brasil

atravessava uma época de insinceridade e de ficção, tanto nos homens como nas leis. E o de que todos estavam certos era de que esse regime de ficção e de insinceridade, de tumulto e desordem, haveria de, cedo ou tarde, acarretar à Nação as mais duras vicissitudes, as mais irremediáveis catástrofes, da guerra-civil ao desmembramento, à secessão.

* * *

Vinha de longe, aliás, essa esperança, ou antes, essa angústia coletiva, e nela se exprimia todo o drama da alma nacional, a epilogar no outubro de 1930.

Focalizando o tema da revisão constitucional, à luz do naturalismo sociológico de Alberto Torres, repetia o senhor Oliveira Viana, nos *Problemas de Política Objetiva*, em 1930, o prognóstico de impressionante lucidez que a esse respeito cinco anos antes formulara no *Ocaso do Império*, e que os acontecimentos vieram, logo depois, justificar.

“O presente regime — advertia então esse autor — não deu satisfação às nossas aspirações democráticas e liberais: nenhuma delas conseguiu ter realidade dentro da organização política vigente. Estamos todos descrentes dela; todos sentimos que precisamos sair dela para outra coisa, para uma nova forma de governo. Esta

nova forma de governo, entretanto, ninguém ainda pode dizer ao certo qual deva ser. Não há nenhuma aspiração definitivamente cristalizada na consciência das massas. Nenhum nódulo novo de crença se formou ainda no espírito das nossas elites em torno de um princípio qualquer. Há, sem dúvida, várias tendências de gravitação em torno deste ou daquele ponto; mas, ainda assim vagamente, indistintamente, de forma imprecisa e indeterminada. Há uma certa tendência de retorno ao poder moderador, exercido já agora por um conselho vitalício. Há umas certas tendências para umas tantas restrições da autonomia estadual, para uma maior extensão dos poderes federais. Há mesmo pequenos movimentos de gravitação para o socialismo alemão, até mesmo para o bolchevismo russo. Tudo isto, porém, vago, impreciso, incorpóreo. Tendo perdido a fé no regime vigente, mas não tendo elaborado ainda uma nova fé, estamos atravessando uma destas "épocas sem fisionomia", de que falava Timandro, parda, informe, indecisa, de atonia, em cuja atmosfera parada, de calmaria, giram, circulam, suspensos, germes de futuras crenças, embriões de futuros ideais, mas que não são nem crenças nem ideais ainda".

De jeito que a bandeira da Aliança Liberal, a flâmula liberalesca, desfraldada aos quatro ventos do Pampa, por entre os fulgurantes petardos demagógicos do senhor João Neves, a

contrastarem a astúcia montanheza e andradina do senhor Antônio Carlos, não significava, evidentemente, um compromisso nacional com os dogmas obsoletos, fatigados, desmoralizados, do liberalismo democrático. Era um galhardete de combate, uma insígnia de luta, destinada apenas a conciliar nas suas promessas fascinantes o pendor reivindicatório e o férvido mas irrefletido entusiasmo das multidões, que o regime desencantara.

Indiferente às fórmulas e aos princípios, às plataformas e aos programas, ao verbalismo parlamentar e à retórica tonitruante e campanuda das “vigílias cívicas”, — o sentimento coletivo totalizara-se, firme, numa aspiração conciente de unidade e de ordem, de trabalho e de afirmação construtiva.

E nada mais.

Eis o que o senhor Getúlio Vargas soube compreender, num raptó genial, colocando-se, no leme da Revolução — sereno e imperturbável timoneiro!, — *au dessus de la mêlée*.

III

No perfil de Robespierre, aposto à sua esplêndida galeria dos ditadores antigos e modernos, tem Jacques Banville uma observação, sobre o drama de 89, que se enquadra com nitidez à revolução brasileira, no seu itinerário, aparen-

temente ilógico, — da Aliança Liberal à ditadura provisória; da democracia socializada, ou socializante, da carta de 16 de julho, às bases estaveis do governo de autoridade, no Estado-Novo.

Quando estalou a revolução francesa — lembra o preclaro historiador de Bonaparte — ninguém poderia supor que se estivesse a dois passos da república, até porque não havia, ao tempo, dez republicanos em França. Sobrevindo a república, muito menos admitiria alguém o absurdo de imaginar que os acontecimentos conduzissem, como inexoravelmente conduziram, à ditadura.

É que, clamando pela liberdade, era a igualdade que o povo em definitiva almejava, embora ignorasse que igualdade e liberdade são termos antinômicos, expressões inconciliáveis, que se excluem no interesse da ordem política; e ainda que não se há-de entender igualdade sem autoridade, isto é, sem um órgão de controle, e capaz de acharar, tanto quanto possível, pela racionalização das liberdades em conflito, o terreno acidentado das desigualdades sociais.

De modo que, “sans en avoir conscience — conclue Banville — la France aspirait à l'autorité”. E essa profunda, latente, bem que inadvertida, aspiração à autoridade é, sem dúvida, a dominante no desenrolar dos sucessos vertiginosos que vêm das assembléias tempestuosas da

Convenção, com Mirabeau e Danton, à ditadura incorrutível mas sanguissedenta de Robespierre, e desta ao 18 Brumário: Napoleão.

Tal, de resto, o ciclo de todas as revoluções. Ou, pelo menos, daquelas que decorrem de uma justa, irreprimível reivindicação da consciência coletiva. Porque as revoluções, desde que assim inspiradas, e não oriundas das fontes pestilenciais da anarquia, dos credos subversivos, das doutrinas de desespero, é evidente que se não fazem para estabelecer a desordem, ou no infundo e exclusivo escopo de destruir a ordem político-social preestabelecida. Bem ao revés, ou implicam uma atitude enérgica de reação à anarquia e à desordem, beneficiárias, estas, do relaxamento do princípio autoritário, ou visam implantar a autoridade legítima, onde a tenham substituído a ilegalidade e o arbítrio, a licença ou o despotismo.

* * *

Ora, aí temos, bem caracterizada, a situação psicológica do Brasil de 1930: a de um país, cujas insofridas dores de liberdade e justiça, de tranquilidade e de hierarquia, resultavam precisamente de uma carência, ou antes, de uma crise de autoridade, mas da autoridade na acepção ampla e exata, cristã e ordenadora desse vocábulo. E à restauração da autoridade, do prin-

cípio de autoridade, que a politicalha e a demagogia haviam arruinado, é que, por derradeiro e sem consciência disso, aspirava o Brasil.

Toda a razão assiste, portanto, ao senhor Francisco Campos, no afirmar, definindo *O Espírito do Estado-Novo*, que “a Revolução de 30 só se operou, efetivamente, em 10 de novembro de 1937”.

Antes disso, com efeito, nada mais fizera o caudal torrencioso do que procurar, sem rumo certo, desapoderada e instintivamente, as calhas por onde teria de seguir até ao desaguadouro da grande aspiração nacional que o desencadeara.

Vencida, suplantada aos primeiros embates do movimento, não tardou a politicagem dos partidos, exacerbando-se no fermento revolucionário, a voltar, cautelosa, às suas atividades dispersivas, logrando, afinal, com o estatuto heteróclito de 16 de julho, erigir barragens infrangíveis ao livre curso da torrente reformadora.

A carta-magna de 1934, produto híbrido e inviável de impossíveis tendências políticas e econômico-sociológicas, se é indiscutível que, sob vários aspectos, trazia uma orientação nova às instituições brasileiras, mercê da assimilação de algumas das mais avançadas conquistas do direito público hodierno, também implicava, e muito em especial, uma longa série de transigências desastrosas com os vícios congênitos

que, deitando a perder o regime, haviam provocado a Revolução.

Estabelecia-se, dessarte, um círculo vicioso, chegando-se, por caminhos diferentes, aos mesmos processos e aos mesmos artificios: o profissionalismo político-partidário, que a mentalidade outubrina requintara, apoderava-se ainda uma vez do país, e para uma vez ainda se entregar, com o interregno apenas de quatro anos, às suas orgias demagógicas, às suas dissipações de mando, à sua esteril verbiagem demo-liberal.

O espetáculo, que ao povo ofereceram as câmaras constituintes de 34 e a legislatura constitucional subsequente, foi, na verdade, de molde a gerar em todos os espíritos equilibrados a certeza de que a Revolução fracassara, senão em todos, pelo menos nos seus melhores objetivos, não justificando os duros sacrifícios que exigira à Nação.

“Apenas iniciada, — escreve o Ministro da Justiça, com o descortino de pensador e de sociólogo que o singulariza entre os próceres do Brasil novo, — a Revolução foi captada pela política, que a fez abortar mediante seus processos emolientes e dilatários. Ao formar os próprios instrumentos de ação, diluiu-se e gastou-se nos episódios da luta contra os velhos instrumentos do sistema a que devia substituir, e para eles foi arrastada através das insidiosas manobras dos que tinham interesse em desvir-

tuá-la e reduzi-la à impotência. Quando quiseram reagir os chefes da Revolução, já a política se havia instalado no poder, precipitando a reconstitucionalização do país no sentido de consolidar a sua restauração. Foi esse o papel da Constituição de 34, que frustrou a Revolução da sua oportunidade, canalizando-lhe os impulsos nos mesmos condutos que esta visava romper e inutilizar”.

Era a mesma passeata por outra rua, reflexionava o bom senso popular, desedificado. De fato, assim era. E com uma circunstância a mais, perigosíssima: é que o país, já então, teria de arrostar, como arrostrou, não apenas a luta infrene dos grupos, o entrechoque dos clans facciosos, que se disputavam encanzinadamente o poder, mas também a infiltração das ideologias forasteiras, das teorias de violência, que deles pretendiam assenhorear-se a todo transe, aproveitando o tumulto.

Mas a verdade, conforme acentua ainda o eminente elaborador do estatuto de 10 de novembro, é que — “o Brasil estava cansado, o Brasil estava enjoado, o Brasil não confiava. O Brasil pedia ordem, e dia a dia se agravava o seu Estado de desordem. O Brasil queria confiar, e a cada ato de confiança se seguia uma decepção. O Brasil queria paz e a babel dos partidos só lhe proporcionava intranquilidade e confusão. O Brasil reclamava decisão e só lhe davam in-

termináveis discussões sobre princípios em que nenhum dos controvertistas acreditava. O verbo dos demagogos não é como o verbo divino: onde este cria, aquele destrói, onde um ilumina e distingue o outro escurece, mistura e confunde”.

Ora, a um tal estado de coisas, a uma situação de tal modo calamitosa, senão catastrófica, — que o presidente Getúlio Vargas descreveu, em pinceladas impressivas, no manifesto do Estado-Novo, — não podiam ficar indiferentes, a menos de acumpliciados no crime de lesopatriotismo, aqueles sobre cujos ombros pesava a dupla responsabilidade dos destinos da Revolução e dos destinos, bem mais altos, do Brasil.

“Era necessário e urgente — como proclamou o egrégio chefe da Nação — optar pela continuação desse estado de coisas ou pela continuação do Brasil”.

Mercê de Deus, porém, ao verbo tumultuário dos demagogos, às maquinações dos corrilhos, ao bizantinismo das fórmulas e ao sectarismo das facções, havia de opor-se o argumento siderante da salvação nacional.

Foi o 10 de novembro.



POLÍTICA E ESPÍRITO DO REGIME

Um aparelho novo na entrosagem orgânica do Estado: O Departamento Administrativo — Erro de ponto de vista no tocante às suas verdadeiras finalidades — Dificuldades de adaptação — Divisão do trabalho e unidade do poder — Imperativo da carta magna de 10 de novembro — Critério de continuidade e cooperação no governo — Um órgão eminentemente político, dentro na política nacional do regime — O destino da Nação no destino do seu chefe: o Presidente Getúlio Vargas.

(Discurso de posse na presidência do Departamento Administrativo do Amazonas, a 15 de julho de 1940).



Senhores: — Investindo-me na presidência do Departamento Administrativo do Amazonas, mercê do ato de confiança com que acaba de honrar-me o sr. presidente da República, não me animam outros propósitos, que não os de prosseguir o trabalho há um ano exatamente encetado, sob a criteriosa e patriótica direção do sr. Joaquim Tanajura, e em obediência ao disposto no decreto-lei federal n.º 1.202, de 8 de Abril de 1939.

Desse trabalho, de quanto nos foi lícito realizar, a prol da causa pública, nos doze meses volvidos sobre a instalação solene do Departamento, fala com eloquência, com a eloquência simples dos fatos, o substancioso relatório que o ilustre brasileiro encaminhou ao sr. Ministro da Justiça, dando conta da sua operosa gestão presidencial.

Como acentuou s. s., na linguagem sóbria mas discreta que lhe sabemos, não teve o Departamento Administrativo a fortuna de ver bem compreendida, logo ao primeiro instante, a relevância prática das suas atribuições, nos precisos termos do texto legal que o instituiu, nem a

transcendente finalidade política de sua criação, dentro no sistema orgânico do regime.

Mas esse erro de apreciação, ou antes, esse mal-entendido, até certo ponto explicável de referência a um aparelho novo, que apenas se adaptava à mecânica do governo, não tardou, afinal, a diluir-se, ainda nas camadas opinativas menos permeáveis à hermenêutica do poder, no funcionamento harmônico e na estreita coordenação dos elementos que o representam e integram. E foi através da atividade mesma do Departamento, exercida a rigor na órbita da sua competência, que os equívocos se dissiparam, ou tendem a dissipar-se em definitiva, resolvendo-se, à luz dos casos concretos, as dúvidas em princípio suscitadas enquanto à aplicação e ao alcance do estatuto de 8 de abril.

O Departamento Administrativo, já agora todos o percebem, é um dos órgãos em que se biparte a administração do Estado, cabendo-lhe precipuamente colaborar na feitura das leis, sujeitas à sua prévia aprovação, e fiscalizar a execução dos orçamentos. O controle legislativo e financeiro entra, destarte, na sua função primacial, além das que também expressamente lhe tocam na economia dos serviços públicos, sua racionalização e eficiência, pela extinção, metodização, agrupamento e custeio, organização, enfim, das várias repartições e estabelecimentos do Estado e dos municípios.

Entanto, consoante esclareceu o Ministro Francisco Campos, fixando a inteligência autêntica do diploma orgânico dos Estados, essa bipartição de atribuições, prevista no art. 2.º do decreto-lei n.º 1.202, não implica uma distribuição dos poderes do Estado — “mesmo porque só existe, atualmente, no país, um poder legislativo e executivo, que é o presidente da República, a noção de poder implicando a de autonomia e auto-determinação, — nem importa retirar ao interventor, ou, conforme o caso, ao governador, o seu carater principal de delegado da União para a administração local, de representante cujo mandato decorre da vontade do chefe de Estado, nessa vontade encontra o seu limite e tem duração dependente do seu arbítrio”. É uma “simples e natural divisão do trabalho”, no benefício da comunhão, sendo os membros do Departamento Administrativo, como o interventor ou governador, mandatários da confiança direta, imediata, do presidente da República, e “em contacto permanente com o governo nacional”.

Imprecindível se tornava, de feito, como esclarece o preclaro sr. Ministro da Justiça, organizar a intervenção federal, determinada para os Estados no art. 176 da carta magna de 10 de novembro, preparando-se “a sementeira da nova ordem político-social instituída pela Constituição”.

“De uma forma ou de outra — acentua s. excia. — a lei orgânica da administração dos Estados vinha sendo reclamada como um complemento à Constituição e ao regime de ação direta federal que para os Estados ela estabeleceu no art. 176, § único. Durando a intervenção até à posse dos governadores eleitos, era necessário não só fixar um limite para a promulgação das constituições estaduais, como ainda organizar, até esse termo, o regime de intervenção. Do contrário, teríamos, por um lado, a possibilidade de coexistirem dentro do país unidades dotadas de constituição nova e unidades em pleno regime de intervenção e sujeitas à interferência dos antigos textos constitucionais e das leis orgânicas locais neles inspiradas; e, por outro, uma descontinuidade de ação, incompatível com o sistema jurídico dos arts. 176 e 180 da Constituição.

Num momento em que a união nacional é, para todos os povos, questão de vida e de morte, seria um contrassenso que o Brasil assim fragmentasse a sua própria unidade, que é motivo dominante do processo de sua formação histórica. Este, o sentido da norma inscrita na Constituição e que o Decreto-lei 1.202 não fez mais do que desenvolver e sistematizar”.

É, pois, a esse espírito de união nacional, plasmando a estrutura dinâmica do Estado Novo, o núcleo do seu pensamento criador, que havemos de servir. Donde a transcendente finalidade política a que aludí em começo, tomado o vocábulo, necessariamente, no significado que lhe emprestou o Presidente Getúlio Vargas, ao lançar as bases inamovíveis da democracia de novembro.

Neste sentido, somos e não podemos deixar de ser, um órgão eminentemente político.

Mas a política que praticamos, imune aos prejuízos localistas e às preocupações facciosas, que, aliás, não se acomodariam à latitude e ao estilo do regime, para usar uma bela expressão do sr. Azevedo Amaral, — é a política do interesse coletivo, a política das necessidades públicas, a política dos problemas regionais equacionados no quadro maior da economia brasileira; a política da disciplina, da autoridade, do trabalho produtivo, da cooperação efetiva na ordem, — numa palavra, “a nova política do Brasil”.

E é evidente que, na justa compreensão dos deveres e obrigações que nos impendem, nesse caráter, não teríamos tempo a perder com a atoarda dos derrotistas, o vozeio confuso dos fracassados, a felonia sibilina ou reticente dos que se não deshabituarão ainda aos processos dissociadores de uma ruinosa e esteril mentalidade de intriga provinciana.

Eis que se nos depara um itinerário a cumprir, e cumprí-lo-emos, embora tudo, porque nesse programa, sancionado no julgamento dos homens de boa vontade e de bom-senso, e haurido nas correntes vivificadoras do sentimento público, há uma determinação indeclinável de patriotismo, um alto e sincero desígnio de brasilidade.

* * *

Ao receber, das mãos honradas do sr. Joaquim Tanajura, a presidência do Departamento Administrativo, é-me sobremaneira grato assinalar os inestimáveis serviços que à coletividade amazonense prestou, neste árduo mandato, o digno compatriótico, coroando de tal modo, com um raro exemplo de desprendimento cívico, toda uma nobre existência consagrada ao bem comum e, em particular, à prosperidade e à grandeza do Amazonas.

Por outro lado, se é verdade que a sua voluntária renúncia, por motivos imperiosos de saúde, priva a administração do Estado de um vulto de prestígio incontestável e de uma consciência experimentada no meneio dos negócios públicos, temos a satisfação de ver reintegrado o Departamento Administrativo com o ingresso do dr. Manuel Severiano Nunes, conterrâneo de valor, cuja inflexa organização combativa, a serviço de um ideal político militante, se tem notavelmen-

te destacado, de uma década a esta parte, e sob o calor de intensa simpatia popular, na boa batalha pela realização das aspirações totais de nossa gente.

Assim, estou certo de que não haverá solução de continuidade no programa que nos traçamos, e vimos invariavelmente observando, de cooperação impessoal, desinteressada e fecunda nas responsabilidades do governo.

Em garantia desse critério de continuidade, que tão indispensável se torna à eficiência do poder e à duração das iniciativas concernentes ao bem público, é de justiça realçar o profícuo entendimento que mantivemos, e esperamos não se interromperá, com o sr. interventor federal, sempre solícito, por si e por seu ilustre secretário geral, o sr. Rui Araujo, em proporcionar ao Departamento Administrativo todas as facilidades necessárias ao pleno e autônomo exercício de suas elevadas funções.

Homem de sua época, inteligência agil e desafogada de preconceitos, temperamento de extrema longanimidade e tolerância, não viu o sr. Álvaro Maia estorvo algum em adaptar-se à ordem de coisas decorrente do código orgânico das administrações estaduais; antes, soube desde logo assimilar o sentido da legislação nova, como já se identificara com as diretrizes renovadoras da política brasileira de 10 de novembro.

Dentro no espírito e na sistemática dessa nova política, esteriotipada na varonilidade cívica do presidente Getúlio Vargas, não há, de resto, lugar para os dissídios de competência, ou conflitos de jurisdição, na esfera do governo. A máquina administrativa há-de funcionar sem colapsos, num ritmo isócrono, mediante o ajuste exato das suas peças essenciais, em mira a um rendimento maior no interesse geral do país.

Em todos os setores de ação, em todos os campos de atividade, em todos os domínios da vida social e política, o que a hora reclama, exige e impõe, fora e acima das convicções personalíssimas, dos pontos de vista retrincados, das vaidades inoperantes e dispersivas, é uma forte determinação construtora, uma vontade sem contraste, uma convergência vigorosa e unânime de energias uteis, polarizadas no princípio supremo da unidade nacional.

Bem é de ver, entretanto, que o princípio da unidade nacional será, em última análise, a resultante da ordem instituída, da autoridade forte, do Estado organizado e orgânico. Mas do Estado organizado, não sobre o sistema artificial de uma democracia de facções, como a que realizou, na sociedade moderna, o monstruoso paradoxo a que se refere Thierry Maulnier, de utilizar a reivindicação das liberdades do indivíduo em proveito das mais ominosas mitologias de opressão econômica e política. Do Estado or-

ganizado, sim, mas organizado sobre as bases de uma democracia responsável, justa e equânime, conciliando os direitos do Estado com os atributos inseqüestráveis da pessoa humana.

O Estado Nacional, de que o sr. Francisco Campos nos fez há pouco, num grande livro, a lapidar exegese, existe em função dessa democracia informada nos valores substanciais da cultura. Mas existe, sobretudo, na personalidade concreta, na realidade tangível, na pessoa do chefe que a encarna e simboliza. Porque os regimes políticos, como salienta o insigne pensador, já não podem viver, nem se compreende que vivam, ao jeito de meras abstrações ideológicas, sem apoio no terreno objetivo dos fatos, na lógica irrecorrível dos acontecimentos. Por isto mesmo, todos os povos têm procurado, em meio às vicissitudes desta hora dramática, o "homem carismático", que lhes revele o destino. Há, sem dúvida, "uma relação misteriosa entre as coletividades humanas e a personalidade que, em cada época, o destino lhes reserva como chefe: as instituições são em parte o homem que as modelou e que as anima do seu espírito e da sua vontade".

Mercê de Deus, também o Brasil acertou, na figura impar do presidente Getúlio Vargas, com os traços luminosos do "homem do destino", o homem providencial, blindado de virtudes excelsas e capaz de heroismos prodigiosos, que nos

há-de conduzir ao fastígio da civilização nova do ocidente, da civilização transfigurada nas formidáveis energias telúricas, espirituais e morais deste hemisfério, onde a visão sociológica de André Siegfried sentiu toda a estupenda pulsação vital de um mundo que se renova.

Esse é o chefe. E o direito do chefe, que se mostra digno do seu comando, e à altura da sua vocação, disse Maurois, é ser obedecido. E pois, o nosso dever é segui-lo, na boa ou na má fortuna, seja para onde for.

Porque o destino desse homem é o destino do Brasil.



RUMOS NOVOS A GENTE NOVA

Um título à estima dos moços: Fé inabalável na sua capacidade de combate e ideação — O destino das gerações — Direitos inseqüestráveis da juventude — Sentido renovador do Estado — Confiança do Presidente Getúlio Vargas nos homens novos do Brasil — A reação da inteligência, nos quadros rejuvenescidos do regime — Em marcha para o futuro.

(Discurso no banquete da juventude universitária da Amazônia, em Manaus, a 3 de agosto de 1940).



Meus amigos:

Ao calor e à vibração de vossa generosa simpatia, nesta festa de juventude, tão carregada de entusiasmos fecundos, tão extreme de artifícios e mistificações, tão rica, tão bela, tão comovedora na sua férvida espontaneidade, na intrepidez do seu exemplo, no claro sentido de reação que lhe soubestes imprimir, vivo — permiti que vo-lo confesse, de início, sem falsa modestia e sem os logares comuns do convencionalismo de circunstância — um minuto de êxtase e plenitude, de puro e inexprimível deslumbramento.

Porque, na realidade, sinto-me envaidecido da vossa companhia, estimulado e engrandecido na temperatura heroica do vosso idealismo, exaltado no testemunho inequívoco da vossa confiança, que tenho pela mais alta das credenciais, o mais nobre dos diplomas, a que deva aspirar, no consenso de sua época, um homem de inteligência e de cultura.

Não foi, entretanto, — seja-me lícito também acentuá-lo — sem um aturado exame de con-

ciência intelectual e cívica, sem um ato de profunda e demorada introspecção, e, sobretudo, sem um balanço sincero no acervo precaríssimo de uma existência de lutas, que chega à maturidade vincada de episódios fulgurantes, mas trabalhada, por outro lado, de atroztes, ininterruptas pelejas, — não foi sem esse ato de consciência, que recebi a mensagem consoladora do vosso afeto, o apelo viril da vossa irreduzível determinação criadora.

Merecimentos, de certo que os não tenho à altura do vosso gesto de requintada galanteria. E dou razão, aqui, aos sabotadores anônimos que, embora sem a coragem das opiniões resolutas, antes no boquejar insidioso e esteril das murmurações, dissentiram à sorrelfa da vossa ardorosa iniciativa, medindo talvez, e daltonicamente, na desvalia do homenageado, o alcance consagrador da homenagem, cuja transcendência não quiseram ou não souberam apreender.

De um título à vossa estima, um só, mas bastante a justificá-la de pleno, não se me poderá, todavia, impunemente despojar. E este é o do fervor, sinceridade e constância da minha fé nos altos, poderosos desígnios da geração em que nascestes.

Efetivamente, não sou, nunca fui, e não o serei jamais daqueles que, por displicência ou comodismo, senão por manifesta inadaptação moral aos climas de beleza e de altitude, não creem

nas possibilidades construtivas da gente moça. Bem ao revés, estou em que nenhum esforço de maior envergadura coletiva se há-de realizar sem o imprescindível concurso dos homens novos. Sobretudo na hora que passa, e que é de intensa, distensa e corajosa renovação, em todos os domínios e em todas as latitudes.

No que em particular vos diz respeito, aos moços da presente geração amazônica, esse pensamento, expresso invariavelmente nos atos e palavras de minha vida pública, ou da minha multimoda atividade intelectual, é o testemunho desassombrado de uma experiência direta, no contacto convosco, em escolas e academias, dentro na temperatura do vosso sonho. Mas, de um modo mais amplo, resulta de uma convicção inabalável haurida, por seu turno, numa larga e longa meditação sobre o trágico destino do homem no mutacionismo atordoante do mundo moderno.

O DESTINO DAS GERAÇÕES

Foi Ortega y Gasset quem, enunciando vai em quase vinte anos "o tema do nosso tempo", — do tempo que sucedeu imediatamente à aventura dramática de 1914, — fixou e debateu a idéia das gerações. Cada geração representa uma

certa "altitude vital", uma etapa de cultura, um ponto de vista, um sentido de luta. Cada uma delas, surge com a sua peculiar sensibilidade, a sua fisionomia, a sua vocação histórica. A cada qual, uma tarefa que realizar, um destino a cumprir, consoante ao espírito e às diretrizes do tempo. Pois há uma correspondência manifesta entre os conceitos de tempo e de geração: as gerações refletindo o clima de sua época; as épocas definindo o caráter e a têmpera das gerações.

Não é raro, contudo, que uma geração se mostre inadaptada e inadaptável ao imperativo categórico do seu destino. Estas são as gerações infiéis a si mesmas e aos seus compromissos para com o futuro; gerações que, via de regra, sintonizam a mentalidade das fases de decadência, o declínio de uma raça ou o crepúsculo de uma civilização. São as "gerações desertoras", do pensador ibérico. Mas estas gerações, que já do berço trazem a predestinação do desalento e do fracasso, constituem fatos episódicos, manchas de sombra, sínopes de som, no ritmo triunfal da história humana, como disse Rodó. Porque o próprio das gerações que se revezam, e transmitem a flama do espírito, no ciclo infinito do tempo, é guardarem, umas em relação às outras, um nítido propósito de "beligerância construtiva", uma intenção eliminatória e polêmica,

uma concepção diferente da vida, uma atitude de vigorosa e fecunda rebelião.

* * *

Se, à luz dessas conclusões insofismáveis, houvermos de pesquisar as tendências, a orientação e o espírito das gerações da hora presente, muito em especial, das novas gerações brasileiras, por certo que não recolheremos motivos de apreensão ou desencanto. Porque estas gerações, dotadas de uma alta virtude ideativa, mas sobretudo de uma severa disciplina de adversidade e sofrimento, ocupam exatamente o lugar que lhes foi reservado no curso do tempo. Elas se mostram capazes de enfrentar e resolver, com firme volição construtora, o tema da sua época, o tema da presente geração. E este tema não é, como pretendia Ortega y Gasset, o de uma submissão pura e simples das forças claras da inteligência aos determinismos instintivos da "vida espontânea".

Ilude-se, com pasmosa ingenuidade, o torrencioso mestre hispânico, quando supõe descobrir no "sentido desportivo e festival da vida", que revela a presença das gerações dos nossos dias, o primado dos valores irracionais ou infra-espirituais da cultura. Este conceito estritamente biológico da existência, esse néo-vitalismo cultural, tão estranho como o racionalismo geométrico ou

socrático, às direções pensamentais de nossa época, não é evidentemente o dos homens que surgem, nesta hora do mundo, para as lides arrojadas da idéia e da ação.

Vingando as escarpas da luta no ponto crucial e climático, no climax de um longo e acidentado processo histórico, em que se ultima a degradação de uma cultura infensa aos elementos substanciais da pessoa humana, aos fatores imanentes da vida, os moços de hoje sabem fazer face às responsabilidades da tarefa tremenda que o destino lhes assinou, porventura no limiar de uma idade nova do mundo. São alegres mas fortes; destemerosos mas refletidos; conscientes e audazes. Não têm, por certo, a melancolia bironiana das gerações boêmias e sentimentais, dos "vagabundos iluminados" do pretérito.

Não conhecem também o pessimismo dessorante, a disponibilidade cética, o amoralismo gideano dos moços que os precederam, ainda agora, na vanguarda. Supervisionam e constroem. Porque têm o senso das realidades imediatas e a visão transcendente das coisas. O sentido do relativo e do absoluto. A sensação do contingente e do eterno. E por isto, a alegria criadora, o "passo ginástico", o "ar de olimpíada" (a expressão é de Jiménez de Assua) com que se arremessam para o futuro, mal lhes disfarçam o sentimento trágico da vida, consoante a legenda unamuniana. Donde a atitude

grave que podem assumir, no momento exato, frente aos problemas sérios do pensamento e da cultura. É que esses homens-moços, ou antes, esses moços-homens, que transpuseram muito cedo, e por força de circunstâncias irresistíveis, as fronteiras da adolescência luminosa para se investirem nos encargos fecundos da maturidade e nos votos austeros da meditação, não ignoram a complexidade e a relevância do papel que são chamados a desempenhar na obra da restauração da Inteligência e do Espírito sobre os escombros do século.

DIREITOS INSEQUESTRAVEIS DA JUVENTUDE

Não vejo, portanto, como se há-de justificar o preconceito, ainda infelizmente admitido em certas esferas de opinião, contra o livre ingresso dos moços nas situações de relevo social e político. Há qualquer coisa de odioso e absurdo nesse ponto de vista, porque a nossa éra lhes pertence, e a mocidade, como assinala Spranger, “traz em si as forças políticas mais decisivas e, pois, uma força impulsiva de nova direção”.

Mas a verdade é que o preconceito existe, e quase sempre prevalece, como critério de julgamento, na seleção negativa dos valores. Re-

gista-se, a certos graus de latitude, um clima álgido e polar em torno à eflorescência radiosa dos novos. O que, de resto, se explica na incompreensão mais ou menos generalizada enquanto à atitude diferente que as circunstâncias impuseram aos moços em face da vida. Há muito quem pense, e muito quem levemente o afirme, através de uma observação tendenciosa ou superficial, que os elementos psicológicos da idade jovem são impossíveis com as exigências da responsabilidade e da reflexão. Já vimos que, de referência à juventude dos nossos dias, há nesse pressuposto apenas um prejuízo lamentável, e um erro, muito mais lamentável ainda, na apreciação objetiva dos fatos.

Tenha-se em mira o espetáculo do mundo moderno, e ver-se-á que o ressurgimento nacional de todas as pátrias debilitadas, de todos os países anemiados pela clorose do desalento e do ceticismo, ou pelo vírus da decomposição social e política, houve de operar-se mediante o advento providencial dos homens novos, rapidamente convocados às posições de comando. E só os povos que se mostraram, ou se mostram capazes, dessa empresa renovadora, dessa cirurgia violenta do ressurgimento, só esses — não tenhamos dúvida alguma — lograrão superar a catástrofe e subsistir, futuro a dentro, na ordem nova do mundo.

Há, destarte, que reconhecer aos moços a le-

gitimidade e a oportunidade das suas justas e naturais reivindicações. Há que forrá-los às preterições descorçoadoras e iníquas, as mais das vezes verificadas em proveito de arrivistas subversivos, de folha-corrída mais ou menos indevassavel. Há que reconhecer-lhes, sem contradita razoavel, os direitos insequestraveis de ação e de afirmação. Há que reservar-lhes, enfim, um logar ao sol.

SENTIDO RENOVADOR DO ESTADO

Na consideração da realidade brasileira, vemos que não é outro o sentido e a doutrina do regime. O Estado Novo, erguendo-se sobre os destroços acumulados de quase cinco décadas de esteril demagogia, de anacronismo cívico, de velhice moral, teve, antes e acima de tudo, o escopo de reorganizar e mobilizar as forças vivas do país, no aproveitamento das suas reservas humanas incontaminadas e uteis. Por natureza, teria, pois, que obedecer, como obedeceu e obedece, a um espírito de reforma radical e profunda. E uma obra de renascimento cultural e político, óbvio é que se não pode compreender nem admitir sem a cooperação efetiva dos homens novos e das idéias rejuvenescidas.

A cartá magna de 10 de novembro, nalguns dos seus preceitos basilares, e as leis subsequen-

tes de proteção à infância e à adolescência, e de estímulo à formação ético-eugênica da juventude, proclamando-lhe os “direitos essenciais” e assegurando-lhe a preparação indispensável “ao cumprimento dos seus deveres para com a economia e a defesa da Nação”, definem esse admirável movimento de integração das gerações novas no corpo e na alma do regime.

“A hora atual — adverte o presidente Getúlio Vargas — do Brasil marca a alvorada de uma época renovadora, propícia à eclosão das energias moças e impetuosas, capazes de realizar o milagre das grandes transformações políticas e, até, de rejuvenescer velhos postulados ideológicos. A mocidade brasileira precisa preparar-se para os postos de responsabilidade e viver à altura desta hora, emprestando-lhe o ímpeto generoso e a inteligência vivaz, para que a Pátria, que tudo pode reclamar de seus filhos, ascenda, com maior rapidez, à glória de seus destinos”.

O Estado Novo é, portanto, o Estado que se transfunde em energias novas, para realizar uma obra de renascimento nacional, que se não tornara possível sem a completa assimilação dos valores substanciais da inteligência e da cultura. Seu advento, “no clima aquecido pela passagem do bólido moral das revoluções”, correspondeu precisamente, como frisou o sr. Francisco Campos, com a sua visão aguda de sociólogo e a sua autoridade de exegeta do regime, à angústia de

permitir que a mocidade brasileira encontrasse o meio de expressão necessário às suas inquietações, ao seu sentido de vida, aos seus impulsos criadores, — “no direito que cabe a cada geração de fazer, à sua própria custa, e com a sua responsabilidade, a sua experiência original ou a reinterpretação das experiências passadas em termos próprios e adequados à sua experiência e às antecipações do seu pensamento e do seu coração”.

A REAÇÃO DA INTELIGÊNCIA

Temos, pois, que a reação do espírito moço, atitude alada da inteligência, que se não confunde com o blaterar dispersivo dos agitadores descobertos ou camuflados, intrínseca e medularmente se ajusta na essência mesma do regime, nas suas origens, nas suas finalidades, no seu destino.

Nem era, aliás, de esperar que as centúrias jovens de nossa terra se quedassem despercebidas de um fenômeno de ressonância ecumênica, qual é esse da cruzada pela restauração da inteligência contra a “materialidade brutal da nossa civilização”, como assinalou Alexis Carrel.

Em 1936, saudado neste mesmo recinto pelas vozes gloriosas de Pericles Morais e Adriano

Jorge, e pelo verbo moço e flamívomo de Ramayana de Chevalier, que ainda há pouco encheu de faiscações esta festa de juventude e de emoção, foi assim que eu procurei caracterizar a homenagem de que eles se fizeram autorizados intérpretes, em nome do Amazonas mental: como uma reação da inteligência e da cultura, uma atitude do espírito, oposta à indistinção moral e à depressão dos valores espirituais do nosso tempo. E assim é que, também agora, interpreto, e compreendo, e recebo esta rumorosa demonstração do vosso carinho. Apenas, a reação que empreendeis, traduzida num verdadeiro comício das almas em révora da Amazônia, vibrando na palavra cálida dos vossos magníficos oradores, admite o sentido de uma reivindicação imediata e de uma réplica siderante à insolência da mediania.

Implicando um gesto decisivo de vontade, de autodeterminação coletiva, e uma oportuna e lapidar advertência, vossa altivez atinge de cheio os "dialetas do descontentamento", os falsos condutores, os iconoclastas de encomenda, que pretendem monopolizar o vosso pensamento em liberdade. Mas, principalmente, marcará uma etapa nova de vida, um exemplo raro de compreensão e de simpatia, com que afugentais os agentes provocadores da desordem nos espíritos e da cisânia nas almas. Vossa esplêndida juventude é, já de si, compromisso e segurança

das vossas nobres faculdades de entusiasmo e de admiração. Porque só os nulos invejam. Só os tolos apedrejam. Só os falhados se comprazem na volúpia gratuita da detração. Mas de tais sombras não se há-de aperceber a vossa intangível galhardia. “A inveja — escreveu Ingenieros, perfilando o homem medíocre, — é uma adoração que as sombras sentem pelos homens, que a mediocridade sente pelo mérito. É a grilheta que os fracassados arrastam. São as forcas-caudinas por que passam, lívidos de angústia, os escravos da vaidade, sem suspeitarem que o seu ladrar envolve uma consagração inequívoca ao mérito”. Mas o castigo e a expiação desses roedores da glória alheia está exatamente na sua irremediável impotência: “o medíocre julga estar marchando para o calvário, quando vê os outros escalando os píncaros; morre pelo tormento de invejar aquele que o ignora ou o despreza”.

Por outro aspecto, significa essa reação, em última análise, a conciente e resoluta disposição, em que vos encontrais, de colaborar com todo o desempenho de uma ardente pugnacidade cívica, no trabalho que immortalizará a memória da vossa geração: o da construção definitiva, sobre bases de eternidade inamovível, da Grande Pátria comum.

Esse o ideal que vos transfigura e abraça em heroísmo e em beleza; que ilumina o vosso iti-

nerário, e sobre vós se despenha em catadupas estelares, como se sentissemos no alto, compassando o alor festivo da vossa marcha, toda a harmonia das esferas e toda a crepitação dos astros imortais.

Meus amigos:

Creio na vossa coragem e na vossa fé, na pureza intemefata e na transcendência do vosso idealismo. Não sei — disse-vos eu uma feita, lembrando Rodó, nas páginas fervorosas de *Ariel* — de espetáculo mais cativante, nem de mais viril e comovedora beleza, que o de uma geração eleita, que se lança ao encontro do futuro, — primavera humana, coroada de rosas e de frutos, — ardendo na impaciência belígera da ação, fremindo na descoberta de continentes de miragem, que são as mais das vezes esplêndidas e maravilhosas realidades. Creio na vossa força d'alma, na vossa energia construtiva, nos labores fecundos da vossa meditação. Creio, por isto mesmo, que o Brasil contará convosco, no dia de amanhã. E Deus me há-de poupar à amargura de uma desilusão.

* * *

Agradeço-vos de toda alma e, pelos vossos órgãos idôneos, ao luzido grupo intelectual de "Terra Imatura", mobilizado nessa mui nobre e leal cidade de Santa-Maria de Belem, sob as di-

retrizes do pensamento jovem e radioso de Cléo Bernardo, e à brilhante mocidade acreana, que não há muito encontrei fidelíssima à tradição de brasilidade dos homens-cíclopes que escreveram naquelas plagas remotas a página porventura mais áspera da civilização nacional, — agradeço-vos, a todos, o instante de culminância com que me exaltais, distribuindo-me uma parcela da vossa glória e enrolando-me, regiamente, na clâmide sideral de vossa heroica juventude.



*VISITA DO PRESIDENTE GETÚLIO
VARGAS AO EXTREMO NORTE*

I — Pelo Brasil unido e eterno.

*II — No ano X da Nova Era: o Ciclo da
Amazônia.*

III — A Amazônia, problema nacional.

(Artigos na imprensa diária,
em outubro de 1940).

I

Se houvésssemos de resumir num conceito, de reduzir a uma frase só — frente ao momentoso inquérito do vespertino carioca (*) — a obra extensa e multimoda do Presidente Getúlio Vargas, no périplo luminoso dos seus dez anos de governo, óbvio é que o tentaríamos no asseverar, singelamente, que tudo fez, o fundador insigne do Estado Novo, quanto era lícito fazer a um estadista de gênio, pela consolidação da unidade nacional. E nesta afirmativa estaria, a nosso ver, condensado, com rigor absoluto de síntese, todo o amplo, complexíssimo programa de empreendimentos práticos e de reformas profundas, que assinalam este fulgurante decênio histórico, cujo raio de ação, em crescente dinamismo, já agora abarca os setores primaciais da vida brasileira, do domínio econômico às esferas transcendentais do espírito. Porque aí temos, sem dúvida al-

(*) “Meio Dia”, do Rio, — “Que fez Getúlio Vargas em dez anos de Governo?”

guma, — no sentido criador da unidade nacional, — a linha mestra, a componente básica, a chave de abóboda do monumento de arquitetura política que o senhor Getúlio Vargas vai levantando, sobre os alicerces da tradição e da raça, para dar ao Brasil a consciência exata da sua grandeza e dos seus fins. Não — é claro — sem uma quota larga de sacrifício, sem uma dose espartana de renúncia. “Só as mediocridades — escreveu André Carrazzoni, biografando elegantemente o filho ilustre de S. Borja — poderiam, hoje, aspirar ao governo como clima de delícia, estação de recreio dos sibaritas: no realismo dramático do nosso tempo, o poder é a prova suprema das vocações heroicas e desinteressadas”.

* * *

A unidade nacional figura-se, realmente, o *leit-motiv*, a constante indesviável, o substrato e a essência do pensamento cívico do presidente Getúlio Vargas. Não é difícil preceber-lhe, nas palavras e nos atos, que ele mesmo a considera o tema por excelência na orquestração heroica do seu destino, que é o destino do Brasil. E bem ponderadas as circunstâncias deste período crítico — crítico porque de árdua transição, de transfiguração vertiginosa — da nossa existência como povo, impõe-se-nos a certeza revigorante de que o advento desse homem obedeceu, por

força, a um designio nitidamente augural. Falando de Abraão Lincoln, que foi, como ninguém ignora, o construtor da unidade americana, disse uma vez Joaquim Nabuco, no aticismo do seu estilo sutil, que não raro acontece aos homens públicos moverem-se, de aparência, a seu livre alvedrio, "quando em verdade estão representando uma tragédia composta pela Providência", afim de evadirem a nação ao sofrimento ou à desgraça. É o que poderíamos dizer do senhor Getúlio Vargas, cuja personalidade, segundo o eminente pensador Francisco Campos, traz "a marca dos predestinados e a estirpe dos condutores providenciais", e em quem eu próprio, de um relanço, antes do dez de novembro, vislumbrei "o homem providencial" do Brasil. De feito, na hora conturbada em que os acontecimentos o propeliram das vanguardas revolucionárias à chefia da Nação, entrava o país, como todos se recordam, na fase climática de um longo e doloroso processo de decomposição interna. A desordem política, em tropelias caudilhescas, compeava infrene na luta dos "partidos" e na rivalidade dos "Estados", à sombra das instituições fracassadas de 89-91. O equilíbrio instável da autoridade passara a repousar na violência por sistema, na mistificação do voto e na verbiagem parlamentar, declamatória e vazia. Eram manifestas, por isto mesmo, lavrando em focos inextirpáveis de infecção generalizada, as

tendências seccionistas, aviventadas pelo espírito de localismo, exacerbadas na mentalidade de alguns Estados, onde o gigantismo teratológico das "super-autonomias", no vocábulo de Pedro Calmon, criara verdadeiros exércitos policiais, deliberadamente hostís à função legítima do Exército Nacional, guarda do regime e da lei. Os pregoeiros do desmembramento já se faziam ouvir sem reservas, na imprensa e na tribuna, livros se editando, até, com o mapa do Brasil em frangalhos, para justificar, política, econômica e sociologicamente, "as bases do separatismo". E assim desabava, aos pedaços, na iminência de irremediavelmente perdida para as gerações porvindouras, a obra magnífica dos estadistas do Império, — aqueles homens de prol, que fundaram, ou antes, mantiveram inamovível, num duelo tremendo e contínuo contra a formidável ação desintegradora do fator geográfico, como demonstrou o senhor Oliveira Viana, o princípio supremo da unidade nacional. Para inutilizá-la, haviam sido mais do que suficientes os quarenta anos de demagogia republicana, de pseudo-liberalismo democrático, que Rui Barbosa estigmatizou em tantas páginas memoráveis da sua transverberante eloquência regeneradora.

* * *

De mister era, pois, que um homem surgisse nos horizontes enoitecidos da Pátria, com a ra-

diescência estelar de uma esperança de salvação nacional. Mas que esse homem privilegiado fosse, na realidade, portador de uma mensagem alviçareira. E tivesse as virtudes miríficas, os dons excepcionais dos autênticos “soberanos do povo”. Porque, só assim, ficaria à altura do seu destino perigoso e dramático, consoante a fórmula d’anunziana. No vivo perfil de Dostoi-evski, alude Stefan Zweig a esses imensos “desbravadores de fronteiras”, anunciadores da ordem nova, que têm a força d’alma necessária para romper com as muralhas do passado, afim de mais rapidamente transporem os lindes do futuro. Sem esses “pioneiros audaciosos”, observa o grande biógrafo, a humanidade seria prisioneira de si mesma e nenhuma geração acharia o seu caminho. Assim nos planos do espírito como no fenômeno social e político. Eis o papel e a missão do senhor Getúlio Vargas: havia de caber-lhe a glória de completar, num raptó de audácia construtiva, a obra radiosa dos Fundadores, tornando-se, por direito indisputável, o estruturador máximo, o consolidador da unidade nacional. Esta fora, porém, como fato histórico-sociológico, no Império, um puro milagre, “o milagre do Brasil”, que surpreendia Alberdi, — o milagre de uma nação que se formou, nas coordenadas do espaço e do tempo, ao arrepio de todos os axiomas da sociologia americana, na sua verificação constante sobre a gênese e a evolu-

ção das pátrias co-irmãs do Hemisfério. Era indispensável, portanto, que essa obra, de estorrecendente sagacidade política, embora animada pelo sopro criador daquele “espírito de nacionalidade” que Nabuco descobriu no âmago das nossas origens, no fundo étnico-psicológico da nossa formação, — que essa obra d’arte e de gênio, erigida com os elementos insequestráveis do sangue, da religião e da língua, viesse a deitar raízes e apoiar o seu embasamento definitivo nos sólidos esteios de uma nação medularmente organizada. Organizar a Nação, restituindo-lhe a posse de si mesma, restabelecendo-lhe a ordem interna, imprescindível à elaboração e solução dos seus problemas fundamentais, ao aproveitamento das suas fontes de vida e dos seus valores humanos, à utilização, enfim, das energias profundas do país e da raça, — tal a tarefa extraordinária que se impôs, de início, o Presidente Vargas, — “arquiteto e construtor do Brasil unificado”, ainda na expressão feliz do Ministro Francisco Campos. E ninguém reunia, na emergência grave, as qualidades invulgares do senhor Getúlio Vargas, para façanha de tamanho relevo. Homem da fronteira, como mostrou há pouco o senhor Pedro Vergara, no magistral paralelo com Júlio de Castilhos, ele trouxera no sangue aquela extrema sensibilidade patriótica das divisas e sofrera, do berço, a sua influência decisiva no “desencadear, plasmar e fortalecer

o espírito de pátria, e dar aos homens destinados ao poder e ao governo uma consciência mais profunda e mais compreensiva da nacionalidade". Mas, para isso, teve de retificar, com pulso firme, o desvio das próprias correntes revolucionárias, que voltavam despenhadamente às calhas do antigo regime, aos erros e vícios, métodos e processos condenados das instituições que a Revolução abatera. Donde a significação e o alcance do Estado Novo, que foi o retorno da Revolução às lídimas matrizes inspiradoras do seu desencadeamento e das suas finalidades. Porque revolução, em definitiva, como advertiu o Presidente, não é o episódio militar que a deflagra: é, bem ao revés, adaptação à realidade, compreensão segura dos fenômenos sociais, reconstrução do edifício do Estado sobre fundamentos inabaláveis.

* * *

A marcha para o Oéste, que ora pessoalmente comanda o Presidente Getúlio Vargas, é o ponto culminante, o lema e o signo desse esplêndido itinerário de restauração nacional. "A civilização brasileira — proclamou o chefe da Nação — mercê dos fatores geográficos, estendeu-se no sentido da longitude, ocupando o vasto litoral, onde se localizaram os centros principais de atividade, de riqueza e vida. Mais do que uma

simples imagem, é uma necessidade urgente e necessária galgar a montanha, transpor os planaltos e expandir-nos no sentido das latitudes. Retomando a trilha dos pioneiros que plantaram no coração do Continente, em vigorosa e épica arremetida, os marcos das fronteiras territoriais, precisamos de novo suprimir obstáculos, encurtar distâncias, abrir caminhos e estender as fronteiras econômicas, consolidando, definitivamente, os alicerces da Nação. O verdadeiro sentido de brasilidade é a marcha para o Oeste". E na verdade, são as gerações presentes do Brasil que retomam, à voz do seu intrépido e iluminado condutor, os rumos e diretrizes da estupenda arrancada sertanista que fixou, à revelia dos meridianos convencionais, o contorno geográfico do país, imortalizando o espírito da Terra e da Raça. Essa proeza de gigantes, que é o assombro dos investigadores da era da conquista, teve, como é sabido, no setentrião brasileiro, um dos seus nódulos primordiais de articulação e desdobramento, envolta que foi, também, a Amazônia naquele "espantoso ondular das bandeiras", a que se reporta o historiador das *"Populações Meridionais"*. Assim, a visita do presidente Vargas às nossas plagas de prodígio, a presença do plasmador do Estado Nacional sob os céus resplandecentes do trópico, compreende-se logicamente na projeção irresistível do seu programa de nacionalismo, ou me-

lhor, do “imperialismo do Brasil”, imperialismo, construtor e orgânico, que, na lição do egrégio compatriótico, “consiste em ampliar as suas fronteiras econômicas e integrar um sistema coerente, em que a circulação das riquezas e utilidades se faça livre e rapidamente, baseada em meios de transporte eficiente, que aniquilarão as forças desintegradoras da nacionalidade”. É o mesmo nacionalismo, clarividente e pragmático, que fez a redenção do Nordeste e fará, amanhã, Deus louvado, a reabilitação social e econômica da Amazônia.

* * *

Em face da realidade amazônica, deste “mundo maravilhoso”, que enfebreceu a imaginativa dos poetas e desconcertou a fria serenidade analítica dos sábios que a pervagaram, em todas as épocas e em todos os quadrantes, não terá o presidente Getúlio Vargas o clássico desapontamento euclideano, nem o deslumbramento hiperbólico das fantasias abrasadas aos fogos crepitantes do Equador. Intleigência poderosamente objetiva, com o senso realista do observador que supervisiona a paisagem e o homem, situando-os no complexo antropogeográfico, em função do tempo e do meio, a Amazônia não se lhe deparará como uma revelação desconcertante ou um enigma irreduzível; até porque não lhe são

estranhos, já de muito, os problemas dorsais da planície, cuja potencialidade econômica, no titanismo telúrico da sua opulência, e na coragem silenciosa, na resistência inflexível do seu povo, desse povo admirável que realizou, no drama seringalista, o paradoxo de trabalhar para escravizar-se, como notou Euclides, não escapa às fecundas meditações do seu patriotismo. “A Amazônia ressurgirá — exclamou o Presidente, em 1933, na cidade de Belem. Em tempo remoto, de conquistas e descobertas, quando o primeiro desbravador desceu, assombrado, o rio caudaloso, criou a lenda maravilhosa que lhe deu o nome. Nas suas margens, localizou o Eldorado e o reino fantástico das Amazonas. Nessas épocas de aventuras heroicas, o Eldorado não foi atingido e as Amazonas desapareceram. Permanece, no entanto, o prestígio da lenda, como antecipação da realidade. Sentimos, talvez, persistência do espírito gerador da ficção, que o Eldorado, nesta prodigiosa região do globo, ainda se oculta. Os brasileiros, com esforço contínuo e labor disciplinado, hão de descobri-lo. A era de ouro prometida surgirá — fruto da riqueza, amadurecido pelo trabalho. E pelo caudal impetuoso, onde Orelana combateu as Amazonas, descerão os tesouros da agricultura e da indústria, para abastecer os mercados do mundo”. Assim falou o senhor Getúlio Vargas, ao defrontar, vai em sete anos, o universo amazônico. Mas

o seu contacto de agora, bem mais intenso do que o primeiro, com a gente estoica do extremo-norte, e mais a dentro da portentosa jangla setentrional, que a energia nordestina e cabocla incorporou ao patrimônio da Nação, há-de por certo levar ao espírito do ínclito Presidente a visão total do Brasil futuro, do Brasil que será a forja de um mundo novo, no dia em que as forças virgens da Amazônia torrencialmente se integrarem no ritmo tropical da nossa civilização. E nesse dia, que marcará, no "período amazônico" da história, o apogeu da cultura humana, como do vaticínio de José de Vasconcelos, a Amazônia, ressurreta e redimida, abrirá aos destinos da raça o ciclo definitivo da sua grandeza e do seu heroísmo. A Amazônia ressurgirá no Brasil unido e eterno!

II

Na hora em que o país está a celebrar o décimo aniversário do governo Getúlio Vargas, é de assinalar-se, em particular relevo, a circunstância, a meu ver altamente expressiva, de coincidir esse primeiro decênio histórico post-revolução com a visita do fundador do Estado Nacional à Amazônia.

Ou muito me engano, ou uma tal coincidência merece interpretada como significando que

o regime novo, definitivamente consolidado em 10 de novembro de 1937, mas, de fato, iniciado a 3 de novembro de 1930, com o advento do senhor Getúlio Vargas à curul suprema, atinge as linhas máximas, os marcos mais avançados do seu estupendo itinerário construtivo. Porque não há negar que a integração brasileira da Amazônia, vincando a última porque definitiva, etapa do ressurgimento nacional, compreende o destino inteiro do Brasil.

Não é outro, aliás, o pensamento do chefe da Nação, expresso em termos lapidares nos belos discursos que lhe ouvimos nas duas metrópoles do Setentrião.

A ressonância extraordinária alcançada por essas orações memoráveis na imprensa do Sul e do estrangeiro, sobretudo no periodismo sul-americano, delata a unanimidade alentadora de uma mesma convicção: a de que a vinda do Presidente às plagas, dantes malsinadas e esquecidas do extremo-norte, terá como consequência imediata o início de um grande movimento coletivo para a efetiva incorporação do mundo amazônico aos quadros da civilização brasileira.

* * *

De feito, o senhor Getúlio Vargas não é homem de palavras vãs nem de promessas falazes. Suas palavras traduzem-se, de um pronto, em

ação objetiva; suas promessas transformam-se, para logo, em realidades insofismáveis.

Foi André Carrazzoni, creio eu, quem mais lucidamente destacou, na personalidade singular do presidente Vargas, esse admirável sentido realístico, esse privilegiado dom de objetividade, que tem sido o segredo do seu fascínio, da sua vontade triunfante, da sua ascendência e da sua força.

Se nos ativermos, por não desmarginar o comentário, à formosa oração proferida aqui em Manaus, no banquete do governo e das classes conservadoras do Estado, veremos, de começo, que nessa página de clarividência política e largo descortino sociológico, emergem todas as qualidades, por assim dizer clássicas, — clássicas, tanto na sobriedade e na justeza da linguagem, como na exatidão impecável dos conceitos — que extremam e realçam, em meio à nossa campanuda literatura do mesmo gênero, nos dois regimes, o estilo do autor eminente d' "*A Nova Política do Brasil*".

Como tive ensejo de prever, não experimentou o presidente Getúlio Vargas, em face da região amazônica e, simultaneamente, do drama social e econômico destas paragens, nem o desapontamento das surpresas que ficam aquém das fantasias da imaginação embebida nos filões do fabuloso e do lendário, nem o deslumbramento ou o assombro, não raro artificioso, dos que

não sabem ou não querem palpar a substância do real, através da aparência maravilhosa.

A beleza, sem dúvida incomparável, do "décor" amazônico, que foi de molde, como depõe Euclides, a arrebatá-lo até a fria indiferença geométrica dos mais austeros cientistas, dentre quantos penetraram o cenário prodigioso do Vale, não escapou por certo à sensibilidade profundamente brasileira do egrégio visitante.

Mas o senhor Getúlio Vargas não veio ao extremo-norte para extasiar-se no esplendor dionisíaco da paisagem, na desmesurada imponência do panorama equatorial. Por outro lado, não lhe era estranha a tragédia humana da Amazônia, dessa Amazônia misteriosa que desapareceu no raconto asiático de outras éras, dessa Amazônia que vive, porque se eternizou, rediviva, nas páginas coruscantes e vingadoras de um Ferreira de Castro ou de um Ramayana de Chevalier, — a tragédia do homem amazônico, maior do que o seu próprio infortúnio, e muito maior do que a própria terra, na epopéia silenciosa e enorme do seu sacrifício. Veio, sim, com o senso claro e agudo do estadista que supervisiona os problemas no encontrar-lhes a equação exata, para ver a Amazônia de hoje, a Amazônia dos dias presentes, crisálida radiosa da Amazônia do futuro, da Amazônia "vinculada de trilhos e re-doirada de messes", como na visão de Alfredo Ladislau, — a Amazônia em função do papel

irrivalizavel que terá de representar, não longe, no curso da civilização brasileira.

* * *

O discurso do Ideal Club define nitidamente essa diretriz criadora e pragmática. É um modelo de síntese, de acuidade, de terebrante compreensão do fenômeno amazônico na órbita das questões fundamentais da vida nacional: o discurso de um chefe de Estado que tem a noção óbvia de que “ao homem moderno está interdita a contemplação, o esforço sem finalidade”, a retórica e “o facil deslumbramento, repleto de imagens ricas e metáforas preciosas”.

“Do mesmo modo que a imagem do rio-mar é para os brasileiros a medida da grandeza do Brasil — disse o Presidente — os vossos problemas são, em síntese, os de todo o país”.

A economia desorganizada do extremo-norte, a rarefação desconcertante do nosso índice demográfico, determinando essa tremenda luta desigual do homem sozinho diante do “espaço imenso e despovoado”; o rudimentarismo da nossa economia e dos nossos métodos de trabalho e de produção; o incipiente dos nossos meios de transporte e de comunicações, e, pois, a instabilidade inevitável das nossas populações ribeirinhas, sem radicação à terra, sem elementos de vida, sem saúde e sem esperança; — tudo

isto, que são outros tantos aspectos da nossa complexa realidade antropogeográfica, levou ao espírito do preclaro compatriota a certeza bem fundada de que o problema por excelência da Amazônia é o da colonização, o do povoamento. Mas o povoamento, com as providências que lhe são adjetas e consecutórias, não sob os processos rotineiros e inoperantes que temos ensaiado, senão como forma racional de incorporação do fator humano às energias formidáveis da gleba, e com ânimo resolutivo de fecunda e definitiva integração.

“Da colonização esparsa, ao sabor de interesses eventuais, consumidora de energias com escasso aproveitamento — advertiu o chefe do governo — devemos passar à concentração e fixação do potencial humano: é tempo de cuidarmos, com sentido permanente, do povoamento amazônico”. E só assim — conclue — o Amazonas deixará de ser um simples capítulo da história da terra, para se constituir um capítulo da história da civilização.

Povoar a Amazônia, mas povoá-la racionalmente, e com espírito patriótico, de modo a evitar venha a ser presa de cobiças e “apetites de absorção” alienígenas, — eis a palavra de ordem, a senha e o programa, que se nos impõem, a todos quantos temos uma parcela, pequena embora, de responsabilidade nos destinos do país.

Esta a chave de ouro, com que o Presidente

Getúlio Vargas fechou o primeiro e luminoso decênio do seu governo de restauração e afirmação nacional, abrindo à grandeza futura do Brasil o ciclo titânico da Amazônia.

III

Tanto havíamos externado, destas colunas, a convicção irrefragável de que as promessas do Presidente Getúlio Vargas, em relação à Amazônia, não tardariam a cumprir-se, assinalando o Ano X da Nova Era no destino histórico do Brasil, eis que os telegramas do Rio nos informam das primeiras e importantes medidas, determinadas por intermédio dos ministérios da Educação e Saúde e da Agricultura, afim de incontinenti atacado um largo esquema de atividades concernentes ao saneamento e à colonização das nossas regiões setentrionais.

O plano que o chefe do governo resolveu agora executar, promovendo o povoamento intensivo e, pois, a "exploração racional" da Amazônia, entrava já, no programa da Aliança Liberal, com que se desencadeou, em 1930, a campanha pre-revolucionária. E nenhum dos compromissos assumidos para com a Nação no documento inaugural da grande arancada cívica deixou, até hoje, de por ele fielmente observado.

Leia-se, a exemplo, no que tange aos problemas seculares da economia nordestina, à redenção do Nordeste, o que escreveu, num estudo de rara e momovida lucidez, o jornalista João Duarte, filho, mostrando-nos como o senhor Getúlio Vargas, pródigo em promessas às populações sofredoras do meio norte, não faltou a uma sequer das obrigações ali contraídas, e assim se constituiu o ídolo da gente sertaneja, rehabilitada de uma provação inenarrável como no *fatum* da tragédia antiga.

“A desgraça do Brasil — lembra o citado ensaísta — era que ninguém cumpria plataforma, programa de administração, promessas de candidato. Aquilo era, apenas, documento político e, muito mais, documento literário. A história das plataformas dos candidatos ao governo federal ou estaduais é menos para ser conhecida de economistas do que de críticos literários”. E conclue: “Com o sr. Getúlio Vargas foi diferente. Ele não fez como candidato uma promessa que a não cumprisse como presidente”.

Pois nessa famosa plataforma da Esplanada do Castelo, ponto de partida do vasto movimento de opinião que haveria de desfechar na jornada de outubro e, afinal, na síntese orgânica do Estado Novo, todo um capítulo, com efeito, se inscreve, e de perfeita nitidez, enquanto ao povoamento e às possibilidades econômicas da Amazônia. O candidato às urnas presidenciais

de há dez anos passados, tal exatamente como, hoje, o construtor do Estado Nacional, via na urgência daquela iniciativa “um dos mais graves e complexos problemas da atualidade brasileira”. E por certo que se não enganava, tão íntima e profunda a entrosagem desse problema com os interesses mais sérios do patrimônio e da soberania da Nação.

Já há mais de três décadas, tratando da assimilação das circunscrições do Alto Amazonas à ordem nacional, — e o conceito pode e deve generalizar-se a toda a Amazônia — asseverava Euclides da Cunha que, sem uma disposição firme e permanente do nosso patriotismo nesse sentido, a Amazônia, palco deslumbrante onde, na visão de Humboldt, se há-de concentrar a civilização do globo, mais cedo ou mais tarde destacaria do Brasil, “naturalmente, irresistivelmente, como se despega um mundo de uma nebulosa — pela expansão centrífuga do seu próprio movimento”.

Aliás, de um modo geral, o problema da unidade política encontra no do povoamento um dos seus dados essenciais. Porque é intuitivo que se não há-de criar um tecido forte de relações, um vínculo de coesão indestrutível, entre os conglomerados dispersos, ganglionados ou rarefeitos, de um país de extensa base física e sem densidade demográfica, como o nosso, a lutar ainda com “a força isolante do deserto”. Daí a fórmula

em que no-lo apresenta Oliveira Viana, num dos seus belos livros de sociologia brasileira, indicando como a um máximo de base física deve corresponder um máximo de circulação para chegar-se a um máximo de unidade.

Entretanto, é de evidência palmar que a circulação econômica e política, pela redução das distâncias e o reticulamento das comunicações e dos transportes, pressupõe a existência de núcleos humanos, de nódulos sociais, que seja de mister aproximar, — o que exprime que a circulação será, sempre, decorrência ou exigência primordial do povoamento.

* * *

O problema da colonização implica, porém, necessariamente, o do saneamento, que o condiciona e precede ou, pelo menos, que lhe tem de ser concomitante e correlativo. E se é indiscutível, consoante argumentou Alberto Torres, que não há problemas isolados, nenhum deles admitindo soluções unilaterais, porque todos, sejam os da economia ou os do espírito, se entrelaçam e interpenetram no plexo profundo da Nação, força é reconhecer também que os há dependentes e afins, subordinando-se uns aos outros no equacionamento e na decisão que comportam. O afluxo de correntes imigratórias, venham de onde vierem, requer, como providência indis-

pensável á adaptação na latitude a que se destinem, o trabalho preparatório, saudavel e reparador, da medicina preventiva, da engenharia sanitária, da profilaxia. Hajam vista os milagres do Panamá e da Madeira-Mamoré, para citar dois apenas dos numerosos e notabilísimos padrões do que representa o esforço da inteligência, cientificamente aparelhada, sobre as rebeldias do meio bárbaro e inhóspito.

Foi o de que se apercebeu, num relance, o senhor Getúlio Vargas, na consideração do "caso" amazônico à luz dos princípios da economia moderna. Assim que, examinando o fenómeno da borracha, não somente no que respeita ao incremento da sua produção, sob métodos eficientes, para readquirir o domínio dos mercados estrangeiros, como no que se refere às vantagens da sua industrialização dentro do país, advertia, de bom aviso, o candidato nacional de 1930:

"Não terá, porém, encarado o assunto sob os seus aspectos práticos quem julgar possível ao Brasil influir vigorosamente nas transações universais do *caoutchouc* antes de sanear e povoar as zonas produtoras. Uma das muitas dificuldades em que tropeçamos, agora, na Amazônia, é a escassez de braços. Urge encaminhar para ali correntes imigratórias. Mas, isso, afinal, será um crime, que comprometerá o êxito da obra e os nossos foros de povo civilizado, se, prelimi-

narmente, não procedermos ao saneamento da região, se esta não for convenientemente preparada para receber o elemento alienígena. Por aí devemos começar, tanto mais quanto, assim, conseguiremos melhorar, desde logo, as condições de milhares de patrícios nossos, a cuja energia e espírito de sacrifício tanto deve o país. À medicina e à engenharia, sob a direção do novo Ministério a que acima aludí, caberá função preliminar e decisiva, nesse vasto empreendimento, que não pode ser adiado”.

* * *

Vindo em 1933 ao extremo-norte, e já então investido nas responsabilidades do governo, de novo debatia o eminente brasileiro, na cidade de Belem, o tema da hévea e da mobilização das riquezas naturais da Amazônia. As idéias da plataforma de 30 retomava-as o Presidente, com amplitude bem maior de visada e desenvolvimento, de modo a abranger, além da indústria extrativa da seringa, e da castanha, que dessa vez por igual focalizou, todo o variado quadro dos recursos em potencial que fazem desta região a mais opulenta reserva da economia brasileira.

“O problema capital da Amazônia — explanava o chefe da Nação — consiste, porém, em transformar em exploração sedentária a explo-

ração nômade, a que até agora se têm sujeitado as suas riquezas. Para isso, é preciso povoá-la, colonizando-a, isto é, fixando o homem ao solo. Mas o solo da Amazônia, exuberante em flora e fauna, com a sua fertilidade impetuosa e hostil à atividade humana, é conquista, certamente, rude e difícil. Para realizá-la, impõe-se, antes de tudo, organização e cooperação. Evidentemente, o emprego de vultosos capitais apressaria a adaptação de grandes núcleos colonizadores. Apesar de não possuímos abundância de recursos, nem por isso devemos julgar o problema insolúvel. Em verdade, ele é mais complexo do que em qualquer outra região do país, visto exigir saneamento prévio das zonas mais indicadas e favoráveis ao trabalho do homem”.

Finalmente, nos discursos há pouco proferidos nas duas metrópoles mesopotâmicas do oeste setentrional, são esses problemas, como vimos, ainda uma vez objetivados e postos em termos de progressivo e imediato solucionamento.

Há, portanto, de referência à Amazônia, neste currículo de dez anos, uma uniformidade admirável, uma sequência harmoniosa de raciocínios, perfeitamente ajustados aos ângulos da nossa realidade geográfica e humana, no sentimento do patriota e na determinação infrangível do estadista, que não esquece a palavra empanhada nem se afasta das diretrizes que fixou

no escopo de servir aos interesses supremos da nacionalidade.

Todos os problemas da hinterlandia se reduzem, *ultima ratio*, para o senhor Getúlio Vargas ao binômio saneamento-colonização, o que vale dizer, — valorização da terra e do homem, circulação política, produção racionalizada, trabalho organizado, vitalidade econômica, — civilização. E ninguém em sã consciência discutirá a veracidade e segurança desse ponto de vista, apoiado na eloquência dos fatos e na experiência dos homens de cultura que se têm consagrado à análise espectral da Amazônia.

* * *

No Ano X da Nova Era, assentando o primeiro marco miliário do ressurgimento nacional, vai o Presidente Getúlio Vargas realizar, como as vem realizando uma por uma, a mais fascinante porventura das promessas que fez aos seus compatriotas, quando se tornou, em 1930, o intérprete e o condutor vitorioso das aspirações vitais da Nação: a promessa de transformar a Amazônia em valor útil e efetivo nos índices da nossa economia e no conjunto da nossa grandeza coletiva. A “hemiplegia monstruosa da incultura amazônica”, a que aludiu o panejador rutilante da “*Terra Imatura*”, passará ao acervo das

matáforas ou das frases arquitetadas ao sabor da pura idealização artística.

É transparente, pois, e fora de dúvida, o sentido nacional, e lidimamente nacionalista, do empreendimento heroico a que mete ombros o Presidente Vargas, no limiar do segundo decênio do seu governo, há três anos alicerçado nos fundamentos inamolgáveis do Estado Novo. Esse pensamento totalizador, que visa articular cada vez em maior consistência os elos da unidade brasileira, encerra, sem dúvida alguma, o fulcro e o substrato da obra político-administrativa que o imortalizará na memória das gerações.

E isto não poderá surpreender a quem tenha observado já, como notou João Duarte, filho, no prefalado e cristalino ensaio d' "*O Sertão e o Centro*", que uma das características mais impressivas do senhor Getúlio Vargas, como homem de governo, "é a universalidade do seu espírito, mesmo quando tem de se pronunciar sobre as coisas mais regionais". Nele — prossegue o brilhante escritor — "o regionalismo quase intransigente do gaúcho transformou-se no seu nacionalismo, no seu intransigente espírito de brasilidade, nesse sentido nacional, brasileiro, que ele imprime a tudo quanto faz, a tudo quanto executa. O seu governo tem sido, por isto, um verdadeiro governo nacional".

A Amazônia, "terra do futuro, vale da promessa na vida do Brasil de amanhã", deixará,

assim, de ser no organismo do país uma simples expressão geográfica e uma incógnita exasperante, para transmudar-se numa realidade esplêndida: o cenário em que terá de insculpir-se, no baixo relevo da história, a mais dramática das façanhas da energia, da resistência, da pugnacidade e do gênio de nossa raça.



SENTIDO RENOVADOR DO ESTADO NACIONAL

Papel das novas gerações brasileiras — Exaltação do civismo mineiro — A juventude das alterosas integrada no pensamento criador do Estado — A ficção constitucional de 91 e a herança do Império — Rui Barbosa, paladino da regeneração republicana — Pela salvação do Brasil — O Estado Nacional na visão jurídico-sociológica do senhor Francisco Campos — O problema da democracia — Conceito plural do governo democrático — Concepção da democracia na carta de 10 de novembro — Antevisão da reforma política — “Sub lege Libertas” — Democracia contra liberdade — Democracia autoritária e Estado Nacional — A Nação e o chefe: forças renovadoras do Estado.

(Conferência na Faculdade de Direito de Belo Horizonte, em 30 de abril de 1941).

Senhores: — Nada me poderia ser mais grato, neste amavel retorno a Belo Horizonte, abrigo-me por alguns dias inolvidaveis no seio hospitaleiro das suas montanhas, que a circunstância de entrar em contacto com a sua brilhante, intrépida e ardorosa juventude universitária. Minha admiração pelo povo mineiro, nas virtudes intemeratas que o exaltam na comunhão nacional, não decorre de uma fortuita eventualidade. É o sentimento antigo, cultivado no per-lustrar das vossas tradições imorredouras, e que o Presidente Getúlio Vargas tão formosamente exprimiu, quando disse, no louvor de “Minas — milagre de fé”, que do alto destas acolhedoras serranias e sob a claridade dos seus céus, “melhor se sente e se compreende o Brasil”. Mas o convite, com que me honrastes, para falar da tribuna desta casa veneranda, em que pontificam e têm pontificado muitos dos expoentes da cultura jurídica do país, homens de prol que se tornaram verdadeiros sacerdotes da religião do Direito, transformou aquele sentimento de apreço cordial numa atitude de sincero e comovido reconhecimento.

Professor, que tenho sido, de algumas centenas de moços, nas escolas secundárias e superiores do extremo-norte, habituei-me, de longa data e por experiência própria, a confiar no idealismo construtivo e na capacidade afirmativa das atuais gerações brasileiras. Jamais participei, por isto mesmo, das reservas de pessimismo e desalento com que muitos consideram o destino da Nação, através da formação moral e cívica dos homens novos que têm de conduzi-la no futuro. Antes sou dos que o vêem com os mais rútilos anelos. Hei realmente motivos de observação pessoal para acreditar que a juventude presente do Brasil saberá tornar-se digna da sua vocação histórica e dos encargos transcendentales que lhe pesarão sobre os ombros, no dia de amanhã.

Este ponto de vista, que se desenvolve sem vacilações ao longo de toda a minha vida pública e de todo o meu tirocínio magisterial, ainda uma vez se robustece, solidando-se numa convicção definitiva e consoladora, neste momento inescusável, em que me proporcionais a alegria de penetrar o ambiente rejuvenescedor das vossas idéias, de sentir a temperatura calorosa do vosso civismo, de aquecer-me à chama palpitante do vosso entusiasmo e do vosso carinho. É um episódio que marcará para sempre no apagado quadrante de uma existência que, se de outro galardão não se poderá envaidecer, por certo que se

envaidecerá da imensa fortuna de haver merecido as preferências da vossa estima e o incitamento glorificador da vossa confiança e da vossa compreensão.

Vindo dos lindes setentrionais do país, onde uma juventude inflamada e combativa se prepara para entrar na liça das competições intelectuais e políticas, cooperando no esforço comum e memorável da vossa geração, é comovedor, para a minha sensibilidade e para as minhas esperanças cívicas, encontrar-vos aqui, no coração da nacionalidade, embora a distância e a carência de intercâmbio que vos separa, animados nas mesmas convicções patrióticas, norteados pela mesma crença, iluminados pelas mesmas clarezas sublimadoras de um nobre e generoso ideal. Este espetáculo magnífico, de solidariedade e uniformidade de idéias, entre os homens jovens que dirigem as novas gerações brasileiras, seria bastante, só por si, para cimentar, ainda nos espíritos mais hesitantes, ainda nas almas mais devastadas pelo ceticismo, a certeza de que o Brasil vencerá as tormentas da hora que passa.

As palavras, tão medidas e tão justas, do vosso fulgurante orador, esse talento de primeira água que é Paulo de Campos Guimarães, o recorte ático da sua linguagem, a parábola já tão ampla do seu descortino, a segurança e a profundidade das suas reflexões em torno aos problemas inquietantes do nosso tempo, não me

surpreenderam nem alarmaram, em que pese à sua fascinadora adolescência. É que, de um lado, eu lhe conhecia a nobre tradição da inteligência, os luzidos diplomas da formação espiritual; e por outro, de muito me afizera a observar como depressa amadurece, hoje, em face das circunstâncias trágicas da época em que vivemos, o pensamento das gerações moças.

Pertenceis, com efeito, meus jovens colegas, a uma geração que terá de assumir, nos destinos do Brasil, a responsabilidade de uma tarefa de extraordinária transcendência, a demandar uma tremenda determinação realizadora. E é evidente que não vos podeis, nem vos deveis mostrar incapazes desse esforço, infiéis à missão que a Providência vos reservou. Sois — e eu me refiro à juventude brasileira deste instante, — a geração que terá de construir o Brasil novo na ordem nova do mundo.

De mim, creio sinceramente nas virtudes enérgicas que vos habilitam a esse alto desígnio. A mocidade mineira, em particular, não precisa, para mostrar-se à altura da sua quota de sacrifício, senão de inspirar-se nos fartos mananciais de beleza e de heroísmo que brotam dos veios inesgotáveis destas ensolaradas montanhas, onde dormem, na cinza dos Inconfidentes, as relíquias dos primeiros movimentos de nossa redenção espiritual e política. E desse modo não lhe será difícil apreender, como vem galharda-

mente apreendendo, o sentido renovador do Estado Nacional, a cujo programa se incorpora com todo o vigor das suas vibrantes aspirações de peleja e triunfo.

Para defini-lo, atendendo ao vosso convite e agradecendo a presença sumamente honrosa dos professores eméritos desta Faculdade, dos representantes credenciados do Governo e pensamento mineiros, e das suas laboriosas atividades econômicas e culturais, focalizarei, de início

A ficção constitucional de 91 e a herança do Império

Quando se percorrem as páginas da história da República, através dos seus mais lídimos intérpretes, antigos e modernos, a impressão que irresistivelmente se apodera do observador é a de que as instituições de 89 trouxeram do berço, na sua profunda inadaptação às contingências imediatas do ambiente brasileiro, o vício congênito, inerradicável, que lhes provaria, no termo de apenas algumas décadas de existência acidentada e precaríssima, a manifesta inviabilidade. E se dos historiadores passarmos ao terreno da pesquisa sociológica, veremos que não é outro o critério de apreciação dos mestres da nossa psicologia social, dos analistas da nossa consciência

coletiva, dos fixadores, enfim, das linhas fundamentais da nossa evolução como povo e como pátria.

Num ensaio que não há muito fiz publicar, na imprensa do Norte, sobre "*As idéias do presidente Getúlio Vargas e a realidade nacional*", tive ensejo de reportar-me às opiniões, hoje neste ponto absolutamente incontestáveis, de Alberto Torres, Oliveira Viana e Azevedo Amaral, três sem dúvida das mais altas figuras da sociologia brasileira contemporânea.

A obra, em tanta maneira angustiada e dramática, do autor insigne d'*A organização nacional*, pode-se dizer mesmo que gira, toda ela, em torno desse tema impressionante, — da clamorosa inadaptação do regime de 15 de novembro às exigências e realidades da vida brasileira. Para firmar as diretrizes de uma política construtiva e orgânica, que fosse de molde a permitir a solução dos nossos problemas básicos — sustentava Alberto Torres — era precipuamente indispensável se decidisse o Brasil a empreender uma transformação radical na estrutura do sistema de governo que adotara, de improviso, a nações de cultura, mentalidade e fisionomia bem diversas da nossa. "Não é verdadeira nacionalidade — escrevia — um país que não tem a sua política, e não há verdadeira política que não resulte do estudo racional dos dados con-

cretos da terra e da sociedade, observados e verificados pela experiência”.

E partindo dessa premissa, que implicava a conclusão da inexecutabilidade absoluta da Constituição de 91, reflexo de um “sistema forasteiro, inadequado à nossa índole e ao nosso caráter”, advertia, no encerrar da sua vigorosa introdução ao *Problema nacional brasileiro*: — “O Estado é, no Brasil, um fator de dissolução. A influência deletéria dos interesses anti-sociais, criados e alimentados em torno do poder público, desde os municípios até a União, sobre a vida brasileira, é um fato cujo alcance não foi ainda atingido pelos observadores das nossas coisas públicas. Este regime deve ser substituído por outro, capaz de levar a termo o encargo da presente geração para com o futuro do Brasil”.

Foi o que proclamou o manifesto do Estado Nacional, justificando a implantação desse outro regime, a que veementemente aspiravam todos os brasileiros:

“Considerando de frente e acima dos formalismos jurídicos a lição dos acontecimentos, chega-se a uma conclusão iniludível, à respeito da gênese política das nossas instituições: elas não corresponderam, desde 1889, aos fins a que se destinavam”, — declarou o Presidente Vargas a 10 de novembro. E concluía: “Quando as competições políticas ameaçam degenerar em guerra

civil, é sinal de que o regime constitucional perdeu o seu valor prático, subsistindo, apenas, como abstração. A tanto havia chegado o país”.

Mas é de justiça reconhecer que esse vício constitucional, responsável pela impossibilidade das instituições com as circunstâncias objetivas da vida brasileira, já se fizera sentir, e com o mesmo influxo deformador, sobre as origens e a forma política do Império. Porque, se a carta magna de 24 de fevereiro era a transplantação, pura e simples, para o nosso clima, do federalismo ou do presidencialismo norte-americano, o diploma imperial de 1824 copiara, por sua vez, o figurino “do constitucionalismo monárquico e parlamentar de tipo europeu”, inspirado nos “imortais princípios” da filosofia enciclopédica, ou nos “direitos imprescritíveis” da filosofia enciclopédica, ou nos “direitos imprescritíveis do homem”, segundo a fórmula do liberalismo romântico de 89, em França.

E se, como observa o sr. José Maria Belo, traduziam, ambas de duas, as melhores idéias do tempo, por certo que longe estavam de refletir os determinismos do meio e da sociedade política, cujos destinos deviam reger.

Boa razão assiste, desse modo, ao escritor da *História da República*, quando acentua que esta “expia ainda hoje, ao lado dos erros cometidos por sua exclusiva conta, a herança do Império, que é afinal a herança da escravidão e cinquenta

anos de hesitações, de timidez, de artifícios e de bacharelismo”.

Não é de admirar, portanto, com tais antecedentes e semelhante prosápia, que se nos apresente a história do regime, de 1889 a 1930, e ainda de 1930 a 1937, como um estendal de agitações permanentes, um estado crônico de latência subversiva, a caracterizar-se no explosir iterativo das quarteladas, na fermentação subterrânea das conspiratas ou, a espaços, nos entreveros espetaculares da guerra civil.

O panorama político do Brasil, no longo, atribulado, doloroso transcurso desses oito lustros de vida republicana é, na verdade, profundamente contristador. E se nele atentarmos de ânimo isento, sem as reservas ou os escrúpulos da suscetibilidade patriótica, haveremos por força de convir que, em pleno século XX, guardávamos ainda, nesse domínio, a mentalidade turbulenta das “mashorcas”, a que o cinzel incomparável de Sarmiento emprestou o relevo das lendas sombrias, eternizando na moldura da época celerada de Juan Manuel Rosas o perfil áspero e caudilhesco de Facundo.

*Rui Barbosa, paladino da regeneração
republicana*

Vozes, e não raro de magnífica ressonância, contra esse estado de coisas se levantaram, aos

quandos, em todos os quadrantes do país, clamando por um movimento de regeneração cívica, que teria de resultar, desde logo, de uma refusão enérgica no arcabouço do sistema precocemente caduco que a República instituiria. Nenhuma, porém, se ergueu mais alto nem vibrou com eloquência maior, no deserto da indiferença coletiva, que a de Rui Barbosa, cujo papel no advento e na plasmagem constitucional do regime nunca houve, jamais, quem se abalancasse a contestar.

Sem exhibir os brazões do republicanismo histórico, teve o excelso brasileiro, membro que foi do governo de 15 de novembro, a mais decisiva e poderosa atuação na forma e no destino das instituições, a que imprimiu o selo genial do seu descortino jurídico e da sua medular identificação com os princípios substanciais do federalismo americano. Sua projeção no gabinete revolucionário e o ascendente incontestável da sua vontade sobre o espírito generoso e simples daquele nobre soldado que chefiou a jornada republicana, criaram-lhe, como regista o historiador antes citado, uma preponderância absoluta nas deliberações do governo provisório. O diploma básico de 24 de fevereiro, se não foi integralmente de sua autoria, saiu-lhe em boa parte, ou quase todo, da pena lapidar. Foi obra quase exclusiva da sua experiência e da sua cultura,

sem paralelo entre os homens de nota que auxiliavam Deodoro.

Mas, nos dias que imediatamente subseguem à promulgação daquele monumento de arquitetura política, como lhe chamou Alberto Torres, sobrevivendo, com o golpe de Estado de 93, a era florianista, eis o que vamos encontrar, já, de clava em punho, batendo-se com a flama de um cavaleiro antigo pela intangibilidade dos preceitos codificados no pacto angular da República. E daí por diante, toda a sua vida pública, neste país, foi um combate indefesso, uma luta sem tréguas, uma peleja sem descontinuidade, uma justa teogônica a prol do regime, na profligação das práticas que o desvirtuavam, dos erros que o haviam maculado no nascedouro.

“Vinte e seis anos há — exclamava em 1919 — que aldabro a todas as portas; vinte e seis anos que busco sacudir com uma centelha do céu os nervos da Nação, nervos sonolentos e atrofiados; vinte e seis anos que trabalho pela mover desta pronação vergonhosa, onde o ventre se nivela com a frente, vinte e seis anos que lhe tento endireitar para cima a cerviz, os olhos, o rosto, o *os sublime* de onde irradiam a inteligência e a vontade, a indignação e o pudor, a coragem e a energia, onde o Criador nos imprimiu o selo da origem divina e da humana dignidade”.

De toda evidência é, porém, que esses erros estavam menos nos homens do que na mecânica

das instituições, desajustadas ao ambiente em que surgiram; como insofismável é que práticas que tais não se poderiam instaurar no país, não o permitissem a natureza, a inconsistência e a fragilidade orgânica de uma democracia de enxertos, sem raízes seguras no humus fecundo da realidade nacional.

Neste sentido, creio que não será exagerado avançar-se ter sido Rui Barbosa um precursor, o grande e autêntico precursor do movimento de reabilitação republicana que o advento do Estado Novo haveria de concretizar nas bases irreduzíveis de uma democracia de autoridade forte, mas sem arbítrio e sem ficções.

Vale rememorar, no demonstrá-lo, alguns dos seus maiores discursos políticos, e precisamente aqueles que proferiu, em 1919, na última das inolvidáveis campanhas desencadeadas para dar ao Brasil o senso exato da liberdade na ordem, — *sub lege libertas*.

Falando, por ex., às classes conservadoras, no convocá-las à reivindicação dos direitos, que lhes não podem ser negados, de interferir nos negócios cívicos da Nação, confessava o formidável lidador como o regime republicano encetara a sua existência “com todas as aberrações das taras hereditárias e todas as degenerescências dos vícios inveterados”. E traçando, a pinçeladas magistrais, o quadro de uma nacionalidade que se deixara estragar até a medula pela

avarirose política, pela avaria da politicalha, pelo virus da politiquice, pelo morbo generalizado da politicagem; o torvo quadro de um “Brasil-caxingó”, que depararia o seu símbolo — “símbolo de preguiça, e fatalismo, de sonolência e imprevisão, de esterilidade e tristeza, de subserviência e hebetamento” — no Jeca-Tatú, de Monteiro Lobato; dando-nos, enfim, do Brasil esse quadro que, em última análise, refletia apenas a visão deformada dos manda-chuvas que o exploravam — é bem de ver que ele mesmo nos estava indicando a necessidade, cada vez mais premente, da reconstrução do regime, desde os alicerces. Porque é óbvio também que a corrupção do sistema, logo às primeiras tentativas da sua adaptação, nada mais era que uma resultante inevitável da sua própria inadaptabilidade às condições materiais, culturais e morais da Nação.

A revisão constitucional parecia-lhe, naquele momento crítico, o caminho certo, “não um programa de reação e desagregação entre brasileiros, senão, pelo contrário, como a estrada para a união e a conciliação nacional”. Assim, argumentava, com todo o peso de sua enorme, indisputável responsabilidade na estruturação jurídica do regime: — “A concepção individualista dos direitos humanos tem evoluído rapidamente, com os tremendos sucessos deste século, para uma transformação incomensurável nas noções jurídicas do individualismo, restringidas

agora por uma extensão, cada vez maior, dos direitos sociais. Já se não vê na sociedade um mero agregado, uma juxtaposição de unidades individuais, acasteladas cada qual no seu direito intratável, mas uma entidade naturalmente orgânica, em que a esfera do indivíduo tem por limites inevitáveis, de todos os lados, a coletividade humana”.

Passando a enfrentar as consequências da evolução econômica do mundo, acrescentava: — “As nossas constituições têm por normas as declarações de direitos consagrados no século XVIII. Suas fórmulas já não correspondem exatamente à consciência jurídica do Universo. A inflexibilidade individualista dessas cartas, imortais mas não imutáveis, alguma coisa têm que ceder (quando já lhes passa pelo quadrante o sol do terceiro século) ao sopro da socialização que agita o mundo”.

E em definitiva, concluía: — “A Nação inteira está descontente do seu regime constitucional; não só dos abusos da sua execução, mas também dos erros e lacunas do seu mecanismo, que deixam sem corretivo abusos tais. Os pacificadores, portanto, somos os que, acudindo ao descontentamento geral da Nação, nos cingimos ao que ela nos indica, abraçando, como remédio à sua insalubridade política, a reforma constitucional”.

Pela salvação do Brasil

A frase, com que o Ministro Francisco Campos sintetizou o espírito do Estado Novo brasileiro, como decorrência necessária de “um imperativo de salvação nacional”, reveste, portanto à luz daquela terrível realidade, a transparência, a força convictiva de um postulado.

No escopo bem definido de eliminar “o contraste entre as realidades e as fórmulas jurídicas do Estado (o conceito é do eminente pensador invocado), a inadaptação dos textos básicos à verdade da vida brasileira, a divergência irreductível entre os preceitos teóricos e a situação objetiva a que tinham de ser aplicados” — O Estado Novo veio, efetivamente, imprimir à evolução político-social do nosso povo o ritmo do seu destino, consoante aos determinismos insuperáveis da sua formação histórica e da sua consciência profunda.

Tal, numa palavra, a finalidade transcendente que se propôs, e em cuja execução gigantesca se empenham todas as energias cívicas do homem predestinado que o ideou e conduz: — o Presidente Getúlio Vargas.

Mas — descendo à particularização analítica do regime — quais as características específicas dessa nova forma do Estado? Qual o seu conteúdo ideológico, a sua contextura jurídica?

Quais as linhas marcantes da sua fisionomia política?

O Estado Nacional na visão jurídico-sociológica do Sr. Francisco Campos

Ao Sr. Francisco Campos, cooperador máximo na elaboração da carta magna de 10 de novembro, estaria logicamente reservada a incumbência de responder a estas e a quantas indagações se vêm formulando respeito à natureza e à substância do regime.

O autor, a todos os títulos insigne, do "Estado Nacional", teria de constituir-se, não só por força da sua precípua colaboração na modelagem legal das instituições de 937, como pela amplitude do seu descortino jurídico-sociológico, o interprete autêntico, o autorizado hermenauta do diploma orgânico que se inspirou nas idéias e na clarividência patriótica do Presidente Getúlio Vargas, conciliando as aspirações gerais da Nação.

E com tamanho brilhantismo, segurança e desassombro se houve no desempenho dessa delicada tarefa, através da palavra falada e escrita que, não fosse, já de muito, o sr. Francisco Campos, uma das nossas mais robustas e luminosas organizações intelectuais, uma das cerebrações mais completas que ainda se têm projetado no cenário da vida pública brasileira,

bastara, por certo, o seu grande livro de exegese do Estado Nacional para levá-lo de um surto, e só por só, à plana em que figuram os maiores pensadores políticos do Brasil, em todos os tempos.

Forrado de uma sólida preparação humanística, por meio da qual se pôs em contacto com os mestres do saber antigo, perlustrando todas as províncias do conhecimento, abeberando-se nas fontes clássicas da arte, do direito e da filosofia, trouxe o sr. Francisco Campos para os debates da hora presente um cabedal magnífico de idéias, uma esplêndida reserva de erudição assimilada, um lastro, enfim, de experiência especulativa que o habilitava a orientar-se com segurança no entrechoque das correntes tumultuárias do pensamento contemporâneo.

Jurisconsulto e sociólogo, pedagogo e esteta, habituado à meditação do mundo moderno, assim na ordem do espirito como na categoria pragmática dos problemas de governo, sua estreia parlamentar de 1921 foi a revelação de uma presença inesperada, e poderosamente afirmativa, nos quadros inexpressivos da política brasileira. Em meio ao ambiente marasmático de um corpo legislativo que, salvantes as necessárias e honrosas exceções, era bem a lídima representação de uma democracia decadente e moribunda, porque desavesada à temperatura criadora das idéias, e afeita, de origem, à confabu-

lação secreta dos corrilhos ou à vaniloquência esteril dos demagogos, não podia menos de constituir um espetáculo singular o desse homem quase adolescente, cuja palavra, abrasada na chama das sinceras convicções patrióticas, tinha o sentido de uma advertência e a fulguração nova de um alto pensamento construtivo.

Não reconstituirei, daí para cá, a rápida e vitoriosa trajetória política do ínclito compatriótico, pois que se processou, e, ainda agora, se desdobra aos nossos olhos, no curso vertiginoso dos acontecimentos que imprimiram um ritmo diferente aos destinos do nosso povo. Lembrarei apenas que não se iludiram os que, desde aquele instante, haviam pressentido o papel de excepcional valor que, não longe, lhe tocaria na formação da nova política do Brasil.

É de mister, porém, destacar, com o necessário relevo, a linha indesviavel de coerência, de fidelidade às próprias idéias, que se mantem, sem a mínima solução de continuidade, em todo o fecundo ciclo cultural do sr. Francisco Campos e da sua atuação no cenário da política brasileira.

Parlamentar ou jurista, homem de pensamento ou de ação, vemo-lo, com rigorosa intransigência, brandindo as armas da sua fascinante oratória e da sua pena experimentada e abster-se, como um paladino intrêmulo dos princípios inderrocaveis da ordem e da lei contra a dema-

gogia e a desordem. À maneira de Pierre Dominique, ele só compreende a revolução construtiva, a revolução criadora da ordem, a revolução que se opera, não apenas para quebrar e tumultuar os quadros da ordem vigente, senão para restaurá-la ou saneá-la, sob os mais puros desígnios de aperfeiçoamento cívico.

Os discursos coligidos no tomo que subordinou à epígrafe de "*Antecipações à reforma política*" mostram à saciedade esse desdobramento harmonioso de convicções que, abrolhando nos dias inquietos da juventude, teriam mais tarde de consolidar-se nas bases definitivas de uma personalidade e de uma vida pública que em verdade se realçam, para usar de uma frase feliz do sr. Abgar Renault, como uma criação numerosa da inteligência e da cultura.

Dizer-se-ia, com efeito, que, aspirando para o Brasil, ainda na alvorada dos vinte anos, a um governo solidamente vinculado aos interesses sagrados da unidade nacional; um governo de autoridade sem contraste, à sombra da qual houvessem de medrar e florescer todas as conquistas da liberdade humana e todos os alentos de uma forte e vigorosa Nação, era, já, para o regime que ajudaria a fundar, que se voltavam as ânsias insofridas e as antevisões divinatórias do seu ardente e generoso idealismo.

Neste mesmo volume do *Estado Nacional*, livro que, segundo a opinião abaizada do sr.

Agamenon Magalhães, “é um desses monumentos erigidos nos pórticos de uma era, assinalando a rutura com o passado, que se esgotou pela morte de uma cultura”, e destinando-se “a ter no Brasil, senão na América, a mesma influência cultural que teve o Federalista de Hamilton, no século XIV”, — há, nesse mesmo volume, aquela famosa conferência, de 1935, na Escola de Belas Artes, modelo de supervisão dos problemas político-sociais contemporâneos e, sobretudo, de previsão da marcha dos acontecimentos nacionais para o 10 de novembro.

Assim que, estabelecendo, no “aspecto trágico das épocas de transição”, a “relação de contraponto entre a massa e Cesar”, frisava o sr. Francisco Campos: “Não há, a estas horas, país que não esteja à procura de um homem, isto é, de um homem carismático, marcado pelo destino para dar às aspirações da massa uma expressão simbólica, imprimindo a unidade de uma vontade dura e poderosa ao caos de angústia e de medo de que se compõe o patos ou a demônia das representações coletivas. Não há hoje um povo que não clame por um Cesar”.

Tambem na “Oração à Bandeira”, de 1936, proferida na Esplanada do Castelo, entendia que o Brasil estava a exigir, “no clima aquecido pela passagem do bólido moral das revoluções, uma redefinição em termos de cultura, de vontade, de governo e de justiça”, de vez que, nas formas

morais e políticas então vigentes, a mocidade não encontrava expressão “para as suas inquietações, os seus anseios, o seu sentido de vida, os seus impulsos criadores”, frase profética que teria de recordar, um ano depois, em idêntica oportunidade, ao saudar o pavilhão nacional, único, já ali, a desfraldar-se, num grande símbolo de unidade, sobre o território imenso da Pátria.

Ministro da Educação no governo provisório de 1930, ficou o país a dever-lhe o reaparelhamento do ensino público, em bases inamovíveis, à luz das mais recentes aquisições da psicologia educacional, da pedagogia científica, racionalmente aplicadas às condições particulares do nosso meio e às específicas tendências do caráter de nossa gente. Sua obra, nesse terreno, valeu a consagração definitiva do educador — educador de mentalidade arejada, de iniciativa corajosa, de pulso firme e largos horizontes de ação, — que já se revelara, com êxito insuperável, no fixar as diretrizes do ensino no seu Estado natal, transportando à realidade dos fatos, contra o preconceito e a rotina, os métodos que propugnara nos rútilos e substanciosos estudos da *Civilização Mineira*, e que hoje se nos apresentam amplamente desenvolvidos nas páginas admiráveis de *Educação e Cultura*.

Mas, no setor político, essencial e culturalmente político, é que, a meu ver, prima e excele

a personalidade, a tantos aspectos radiosa, do sr. Francisco Campos. Esse o ponto culminante, a hora solar, na parábola do seu destino de homem público; esse o prisma mais fascinador da sua inteligência, da sua mentalidade equilibrada e fecunda.

A nova concepção do Estado brasileiro, frente às transformações radicais que se operam na face política do mundo, encontrou na palavra, no talento e na visão privilegiada desse estadista moço, o de que precisava para definir-se, em termos lapidares, levando a compreensão das suas finalidades, tanto aos círculos mais transcendententes da cultura como às camadas mais profundas do sentimento popular.

Ele se tornou, assim, o verbo do Estado Nacional.

Haja vista o livro, o notavel livro de ensaios, conferências e discursos, a que nos reportamos.

Todas as questões básicas, fundamentais, que as novas instituições brasileiras vieram resolver, para restituir a Nação à posse de si mesma e à pleniposse de sua consciência cívica, ali aparecem ventiladas, focalizadas, esclarecidas sem subterfúgios, nem sofismas, antes com o desempenho, a transparência e o vigor de quem não se distancia das realidades objetivas ou das verdades doutrinárias comprovadas no argumento irrecorrível dos fatos.

Seja, por exemplo,

O problema da democracia

Dizer que a democracia está em crise é repetir um lugar comum, velho pelo menos de duas ou três décadas. Mas há democracia e democracia. E quando se reconhece a “crise da democracia”, por certo que é à democracia-liberal, ou ao liberalismo democrático, que todos nos queremos referir.

Ora, ninguém há, de boa mente, na hora que passa, capaz de contestar, não apenas a crise, senão o malogro absoluto, a agonia e o fim desta forma de governo ou de Estado, — melhor diremos, de condicionamento político, — cujas raízes mais remotas havemos de encontrar, com **BERDIAEFF**, no humanismo renascentista, em última análise responsável por todas as apostasias libertárias dos tempos modernos.

A tragédia de 1914, que há pouco recomeçou, prosseguindo na subversão dos valores e na destruição implacável do patrimônio da nossa degradada civilização, para lembrar o epíteto de **MARITAIN**, pôde demonstrar, nas suas derradeiras consequências, o erro catastrófico de um regime político-social, de um sistema de organização econômica, que realizara o monstruoso paradoxo de sacrificar o homem à sua própria insia de domínio, — o paradoxo da auto-negação do indivíduo em face dos meios de opressão que

ele mesmo se criara, como instrumento de liberdade.

O fracasso dessa democracia utópica, nutrida, por um lado, da essência de um puro lirismo rousseauiano ou enciclopédico, e por outro, da medula vibrionica das hienas do Terror; dessa democracia abstrata, que tornara ainda mais fundos os desniveis da obscura e delorosa condição humana, permitindo o tripúdio do fraco sobre o forte, dos prósperos e opulentos sobre a legião sombria e incomputavel dos miseraveis; dessa democracia utilitária, mecanizada e agnóstica que sotopuzera todos os valores do espírito às potências infecundas da matéria, instituindo o dinheiro em dominador comum da vida social; dessa democracia de engodo e de artifício, cujas tremendas iniquidades foram o caldo de cultura para as fermentações incoerciveis da violência e da anarquia, que desencadearam no mundo a desordem da hora presente, — o fracasso, enfim, dessa hipotética democracia, dita liberal, não podia menos de acarretar, inevitavelmente, a desapoderada reação das multidões sacrificadas à truculência dos seus mitos e à mistificação das suas falácias igualitárias.

Ortega y Gasset estudou o fenômeno, com extraordinária lucidez, situando-o na “rebelião das massas”, pela desmoralização da autoridade no mundo, assim na ordem interna da sociedade e das nações, como no plano da soberania his-

tórica. É aquilo a que Rathenau, citado pelo pensador ibérico, chamou “a invasão vertical dos bárbaros”.

Mas o paradoxo desconcertante desse fato indiscutível, — e exatamente porque as massas não se governam por si mesmas, e precisam sempre de confiar a direção do seu destino às “minorias excelentes” ou aos chefes privilegiados, — é que o advento delas à plenitude do poder social tornou inevitável o fortalecimento da autoridade do Estado, que a liberal democracia reduzira a uma simples e irrisória abstração. E a hipertrofia deste princípio conduziu, por sua vez, ao polo do estatismo, que Ortega y Gasset define como “a forma superior da violência e da ação direta constituídas em norma”, noutras palavras, “a estatificação da vida, o intervencionismo do Estado, a absorção de toda a espontaneidade social pelo Estado”. Ou antes, segundo a conhecida fórmula totalitária: tudo pelo Estado, nada fora do Estado, nada contra o Estado.

É que, na realidade, como demonstrou Salvador de Madariaga, num ensaio penetrante, em que fez todo o processo dos erros irreparáveis do liberalismo democrático, oferecendo-lhe as soluções que o nosso tempo comporta, o dilema que o mundo teve de arrostar, numa hora grave, e que ainda hoje se nos apresenta inexorável, foi o de *Anarquia* ou *Hierarquia*.

Para dominar a maré-montante das massas sublevadas, na violenta reivindicação dos direitos que a democracia liberal postergara, desconhecendo os rudimentos da justiça comum e do respeito aos atributos insequestráveis da pessoa humana, só o renascimento do Estado forte, plasmado no conceito autoritário da disciplina social e da ordem política.

Daí não se segue, porém, que tenhamos de passar necessariamente da abstração ideológica e da debilidade orgânica do Estado liberal para o regime férreo das ditaduras, dos governos de irresponsabilidade e arbítrio. Porque o de que se cogita, no caso, não é de substituir a impotência pela violência, a desordem pelo despotismo, a democracia pela autocracia; mas tão somente de promover a restauração ou a instauração de uma verdadeira escala de valores no plano da sociedade politicamente estruturada no Estado.

Conceito plural do governo democrático

O erro, o mais testo e retrincado dos erros em que se obstinam os adeptos, saudosistas e sebastianistas da extinta democracia liberal — que Deus haja! — é o de acreditarem que não há nem pode haver, na ordem política, outra forma, outra modalidade, outra concepção, de demo-

cracia, senão aquela que nos herdou a mística revolucionária de 89, concretizando-se na mitologia do sufrágio universal, sob a legenda romântica, delusória e falaz, de — liberdade, igualdade, fraternidade. Para esses sonhadores pertinazes, extraviados na pura idealização lírica, sem atinência alguma com a realidade esmagadora da nossa época, a democracia, consoante lembrou Menotti del Pichia, “cristalizou-se na ficção dogmática de um mito”.

Entretanto, a verdade é que esse vocábulo, como todos os que procuram definir os tipos do Estado ou os sistemas de governo, não encerram, e jamais encerraram, um conceito fixo. Significam coisas distintas em cada caso, como disse Spengler, citado pelo sociólogo paulista, em cujo livro se arrolam um sem número de opiniões de igual mérito, as de Bryce e Vilfredo Pareto, entre muitos outros, todas concordes na imprecisão e pluralidade acepcional da ideia democrática, ou melhor, do termo que comumente a traduz.

Já Aristóteles — patriarca da ciência política — enumerava na sua obra clássica, nada menos de cinco padrões de democracia, que Platão considerava o pior dos bons governos ou “o melhor dos maus”, e o próprio estagirita apontava entre as formas degeneradas de governo, de par com a tirania e a oligarquia.

Na linha dos tratadistas que hoje se têm ocupado do assunto, não há negar a autoridade de Francisco Nitti, cujo livro, tão vulgarizado em vários idiomas, é o de um autor descoberto e intransigentemente adverso às expressões totalitárias ou autoritárias de governo. Pois é esse notável escritor quem, fazendo de início, um inquérito sobre o conteúdo da democracia, nas suas formas antigas e hodiernas, pergunta afinal: — Há democracias de tipo definido ou as democracias, tornando-se nacionais, se diversificam e tendem a tipos que não estamos em condições de prever? E baseado na premissa de que “as sociedades humanas não são cristais que assumem indefinidamente a mesma forma, mas sim organismos em contínua transformação, evolução ou decadência”, coerentemente admite, por sua vez, que as constituições políticas dos Estados não são categorias lógicas, mas sim e, sobretudo, formações históricas, sendo os regimes monárquico e democrático diferentes em todos os países. “Nada difere mais de uma democracia do que outra democracia”, conclue o pensador italiano. Por isto mesmo, embora, no seu entender, por toda parte se verifique ainda a tendência para a democracia, certo é que “ela se manifesta diversamente e se realiza de acordo com as condições de cada povo”.

O padrão das democracias antigas, tão a fundo estudadas por Croiset, não pode servir, e não

serviu, de feito, à estruturação das modernas, até porque, como pondera Nitti, os antigos não conheceram senão uma forma rudimentar de democracia, limitada a algumas cidades gregas, Atenas em particular, e nas quais os direitos políticos eram deferidos, não à totalidade do povo, à coletividade em si, mas a uma minoria privilegiada de cidadãos, exercendo-se o governo direto, sem carater representativo.

Salvador de Madariaga tem, a este respeito, no livro antes citado, *Anarquia ou Hierarquia* observações de uma nitidez admirável. Tudo resulta — diz ele — de uma deplorável confusão entre democracia-fim e democracia-método, democracia-alvo e democracia-caminho: Esse é, de fato, “um dos erros mais trágicos do nosso tempo”: a transplantação da democracia do plano ideal dos fins ao plano imediato e empírico dos meios. Efetivamente — argumenta — é fácil compreender que espíritos generosos, rebelando-se contra a tirania do antigo regime, tenham lutado e morrido por um governo do povo, como garantia única de um governo para o povo; entretanto, se a experiência nos demonstra que o governo do povo significa, não apenas um mau governo, senão também uma péssima garantia de governo para o povo, que há ainda que alegar em defesa desse sistema fracassado?” E lançando brilhantemente a idéia da “democracia orgânica unânime”, como fórmula capaz de es-

tabelecer a relação polar indivíduo-Estado, realizando o equilíbrio estavel entre a liberdade e a autoridade, na ordem politica, adverte:

“O mundo se sente atraído para as ditaduras e os Estados totalitários porque supõem aí descobrir experiências tentadoras, enquanto se afasta das democracias porque lhes receia o engodo e a superstição, tendo-as como incapazes de se renovarem. Ensaieemos, portanto, novas experiências em matéria de democracia e de liberdade. Mas, pondo mãos nessa tarefa, é preciso que o nosso espírito se conserve aberto às inovações que a realidade nos surgira, e que não brademos ao sacrilégio, quando a razão nos impuser mudanças que alarmem a tradição”.

É o que vem sucedendo a todos os países avançados do mundo, mesmo aqueles que se proclamam menos permeáveis à transformação radical das suas instituições tradicionais. Ninguém ousará afirmar, por exemplo, que os Estados-Unidos sejam, ainda hoje, uma democracia-liberal. De resto, rigorosamente, jamais o foram. Democracia será, de feição eminentemente representativa, mas democracia de autoridade forte, em que a ação do executivo se processa no clima dos plenos poderes: o presidente simboliza a nação, é o intérprete da sua vontade e o seu condutor supremo.

Óbvio é, portanto, que o Brasil nada mais fez, com o regime instaurado na carta básica de 10

de novembro, que orientar-se na direção das correntes de cultura política que dominam a nossa época: nem era possível que nos revelássemos indignos desse esforço de renovação, com que as nacionalidades vivas se recompõem e se defendem, injetando nas artérias esclerosadas da velha democracia a seiva moça que operará o milagre de a rejuvenescer para as transfigurações fecundas da perene e mutável elaboração dos destinos da sociedade e do homem.

Concepção da democracia na carta de 10 de novembro

Perderam, por isto, as instituições republicanas o seu caráter democrático? Deixou o Brasil de ser uma democracia, na legítima acepção desta palavra? Bem ao revés disso, o estatuto de 10 de novembro realizou, em termos modernos, o ideal da verdadeira democracia no Estado Nacional, de fundo nimiamente popular.

Eis a lição do sr. Francisco Campos, cujas asseverações, neste capítulo, se nos deparam, como em tudo, absolutamente incontroversas, sobre alicerçadas, ao que vimos acima, nas aquisições da cultura e na experiência política dos povos:

“A nova constituição é profundamente democrática. Aliás, a expressão democrática, como todas as expressões que traduzem uma atitude

ideal diante da vida, não tem um conteúdo definido, ou não conta valores eternos. Os valores implícitos na expressão democracia variam com os tipos de civilização e de cultura. A democracia reinante no século XIX era fundada nos princípios e no estado de espírito que começaram a tornar-se explícitos no fim do século XVIII. Era uma atitude de revolta contra a ordem estabelecida. Os seus valores, como os seus conceitos, eram de natureza polêmica. As cartas políticas feitas sob a influência desse clima de idéias reduziam-se a organizar a luta dos cidadãos contra o poder. A parte capital das Constituições era a declaração de direitos e de garantias individuais. O grande inimigo era o poder, ou o governo, cuja ação se tornava necessário limitar estritamente. As constituições tinham um carater eminentemente negativo: declaravam os limites do governo, ou o que ao governo era lícito restringir ou limitar, — e esta era, precisamente, a declaração das liberdades individuais. Essa concepção da democracia correspondia a um momento histórico definido, em que o indivíduo só podia ser afirmado pela negação do Estado. A transformação operada no mundo pelas grandes revoluções industriais, técnicas e intelectuais mudou o clima político. O conceito negativo da democracia não era mais adequado aos novos ideais da vida. A liberdade individual e as garantias não resolviam o problema do ho-

mem. Eram ideais negativos, que não garantiam aos indivíduos nenhum bem concreto, seja no domínio econômico, seja no domínio moral, seja no domínio intelectual e político. Numa época de profundas e radicais modificações na técnica da vida e de conquistas no domínio de bens materiais e morais, o principal problema passava, necessariamente, a ser o de tornar os benefícios dessas transformações e conquistas acessíveis ao maior número possível. Tratava-se, portanto, de inverter o conceito da democracia, próprio do século XIX. O problema constitucional não era mais o de definir negativamente a esfera da liberdade individual, mas organizar o poder a serviço de novos ideais da vida; não era mais o caso de definir, de modo puramente negativo, os direitos dos indivíduos, mas atribuir aos indivíduos os direitos positivos por força dos quais se lhes tornassem acessíveis os bens de uma civilização essencialmente técnica e de uma cultura cada vez mais extensa e voltada para o problema da melhoria moral e material do homem. Daí o novo aspecto de que vieram a revestir-se as cartas constitucionais”.

Páginas adiante, fixando a distinção entre democracia substantiva e democracia formal, elucida: “A Constituição de 10 de novembro realizará melhor os ideais democráticos que as suas predecessoras. Esta afirmação será necessariamente contestada por aqueles que não co-

nhecem outra forma democrática além da estabelecida pelo liberalismo político. A teoria do Estado liberal reivindica para si a exclusividade do pensamento democrático, fazendo crer que, se um regime político não consagrar os princípios liberais, há-de ser fatalmente uma autocracia, uma ditadura, um regime absolutista. Mas isto é falso. Do molde feito pelo liberalismo saíram, até hoje, apenas democracias deformadas: para evitar-se a ditadura, abriu-se a porta aos males muito piores da demagogia, da luta de partidos e da luta de classe. Se identificarmos a democracia com o Estado liberal, chegaremos à conclusão absurda de que a democracia é um regime nocivo aos interesses sociais, porque do liberalismo nasceu a antítese marxista. O marxismo é inegavelmente um fruto espiritual do liberalismo, que, para realizar uma pretensa democracia, bradou o *slogan* contra o Estado autoritário. Da guerra ao estado autoritário surgiu a democracia liberal, que deu origem ao comunismo, cujo desfecho necessário, do ponto de vista teórico, será a ditadura do proletariado e, do ponto de vista prático, é a ditadura sangrenta de Stalin. Se a democracia fosse o liberalismo, teríamos de combatê-la, para assim combater o comunismo e o stalinismo. A verdade é, porém, diversa. O Estado liberal não conseguiu instaurar um verdadeiro regime democrático, pois serviu apenas a que uma classe, um partido, um

reduzido grupo de indivíduos explorasse as vantagens do poder, em prejuízo da coletividade. O sufrágio universal, a representação direta, o voto secreto e proporcional, a duração rápida do mandato presidencial foram meios impróprios, senão funestos, aos ideais democráticos. A essência da democracia reside em que o Estado é constituído pela vontade daqueles que se acham submetidos ao mesmo Estado: reside na vontade do povo, como declara, logo de início, a atual Constituição”.

Antevisão da reforma política

Mas o interessante é salientar, documentando aquele traço de rara, privilegiada coerência, a que há pouco aludí, entre as idéias do ministro de Estado e as do puro homem de pensamento, em que todas as etapas de sua formação intelectual e política, que já no discurso que pronunciou, como estudante de Direito, em Belo Horizonte, numa homenagem da juventude universitária à memória do Conselheiro Afonso Pena, sustentava o sr. Francisco Campos exatamente os mesmos pontos de vista no tocante ao problema da democracia, nas suas interferências com os imperativos da unidade nacional.

“No Brasil — escrevia então o preclaro publicista, reportando-se às instituições norte-

americanas — o problema democrático apresenta-se nos mesmos termos gerais, guardadas as particularidades que são próprias à nossa índole política. A grande extensão territorial, a diferenciação física e econômica das regiões, agravam entre nós os inconvenientes do federalismo radical. Um “patriotismo diferenciado” cria entre as diversas províncias políticas barreiras de oposição e rivalidades; as questões de limites, fertes e a espaços renascentes, recrudescem as divergências, estimulando o espírito local contra o espírito mais largo da nacionalidade. A política republicana, sem a base de uma poderosa corrente nacional, não tem a eficácia e a responsabilidade que lhe eram necessárias para influir sobre a formação de um desígnio conciente, comum à generalidade do país. A autoridade constitucional do poder central, insuficiente e mal delimitada, está sujeita a exercer-se violentamente contra os princípios legais da autonomia. De sorte que a nação, para defender as suas prerrogativas, começa a abandonar a Constituição escrita, praticando infidelidades contra a letra e o espírito dos seus textos. E é o que nos acontece: um país em transformação acelerada, formando o seu carater, e uma Constituição morta, que nasceu inadaptable às condições orgânicas da nação”.

Assim objetivado o precário condicionamento político do país, inclinavam-se, desde aí, as

reflexões do jovem pensador para a necessidade de uma reforma estrutural das instituições, e de tal modo que fosse possível substituir a democracia de fachada, em que nos comprazíamos, por uma autêntica “democracia de responsabilidade nacional”.

“Fundar uma democracia — acrescentava com uma lucidez que a maturidade e o estudo tornariam sempre mais firme — não é resolver o seu problema: a longevidade e a solidez deste regime dependem de sua adaptação nacional, da criação de um corpo nacional, de uma autoridade, de uma eficácia, de uma responsabilidade nacionais capazes de conter a nação dentro das fórmulas da democracia e de reduzir a democracia à unidade e à indivisibilidade da Nação. Uma democracia de responsabilidade nacional, uma democracia em que a política seja nacionalmente responsável e eficaz, é aquela em que a nação contrabalança pela autoridade as tendências separatistas da liberdade e da igualdade. A democracia supõe, por conseguinte, ao lado da divisão territorial, política e administrativa, uma poderosa concentração da autoridade nacional e uma organização eficaz das responsabilidades, das experiências e das tradições nacionais. Esta unificação é a obra da consciência política da nação, da vontade da nação e da educação coletiva pelas experiências nacionais”. E terminava: “O futuro da democracia depende do

futuro da autoridade. Reprimir os excessos da democracia pelo desenvolvimento da autoridade será o papel político de numerosas gerações”.

Temos, dessarte, que a verdadeira democracia não é a que sacrifica o homem à voracidade dos seus mitos, do seu racionalismo discursivo, das suas abstrações ideológicas, sem tomadas de contacto com a realidade social e humana. É, sim, a democracia que reabilita o indivíduo, sob a autoridade do Estado, proporcionando-lhe, no bem estar coletivo, o uso e o exercício dos seus direitos inalienáveis. Tal a democracia-autoritária do Estado Nacional Brasileiro.

Sub lege libertas

Mas a deformação do conceito de democracia, primariamente assimilado na hermenêutica dos doutores que só a concebem em função do liberalismo político ou econômico, haveria de levar, fatalmente, à do conceito correlato da liberdade, como alma e essência dos regimes democráticos.

Ora, de que a liberdade constitua, em substância, a força intrínseca, a própria razão de ser da democracia, não há quem de boa fé o discuta. Entretanto, consoante nos demonstra Hans Kelsen, no livro que especialmente consagrou ao

estudo da *Essência e valor da democracia*, se a grande-guerra equacionou problemas que obrigaram à revisão do critério democrático, o mesmo se teria de passar de referência ao conceito de liberdade, ou antes, à restauração desta palavra no seu lídimo significado. Ficou, dessa maneira, sem razão de ser a antítese dialética — liberdade-autoridade, — de vez que aí se nos deparam os dois termos inseparáveis do binômio político do Estado moderno.

De fato, e ainda na ponderação do renomado tratadista da *Teoria Geral do Estado* — “o indivíduo, criando a ordem política, mediante uma relação orgânica com outros indivíduos, é livre dentro dessa relação, e só dentro dela”. O indivíduo só é livre na medida da vontade coletiva e — por mais paradoxal que se nos afigure a assertiva do escritor austríaco — “aquele que se negue a submeter-se a essa vontade deve ser obrigado a ser livre, subordinando-se, de forma coactiva, à vontade do Estado”. Onde, talvez, o afiançar Clemenceau que a liberdade é apenas o direito que tem cada um de cumprir com o seu dever.

Desse modo de pensar não discrepavam, aliás, os antigos, na conceituação da liberdade. Aristóteles, admitindo em tese que a liberdade é o princípio medular da democracia, deixa bem claro que esta se encontra, por outro lado, eminentemente condicionada à lei, porque — dizia

ele — “democracia sem lei é demagogia”. Montesquieu, já na sua época, consignava também não haver vocábulo suscetível a maior número de acepções, e procurando defini-lo à justa, ensinou no “*Espírito das Leis*”: “É verdade que nas democracias o povo parece fazer o que quer; mas a liberdade política não consiste nisto. Em um Estado, vale dizer, em uma sociedade onde há lei, a liberdade não pode consistir senão no poder de fazer aquilo que se deve fazer, e de não ser constrangido a fazer aquilo que se não deve fazer. É necessário distinguir entre independência e liberdade. A liberdade é o direito de fazer tudo quanto as leis permitem; e se um cidadão pudesse fazer o que elas proíbem, não haveria mais liberdade, porque os demais teriam todos os mesmos direitos.”

Entre os pensadores atuais de maior voga, a tese de Madariaga, já antes invocado, é sugestiva e profunda. Há — deduz o vibrante polígrafo ibérico — uma compatibilidade absoluta entre a finalidade do indivíduo como homem e a sua subordinação ao Estado, como cidadão. O Estado não se justifica, *ultima ratio*, senão como resultante dos indivíduos que o compõem. Mas não há recusar-lhe o poder de limitar as liberdades adjetivas dos seus súditos ou cidadãos, desde que a isto se veja compelido no interesse mais alto do bem comum e da sua própria conservação. A síntese, em rigor, é esta: “O Estado

serve ao homem na esfera dos valores e dos fins, e é por este servido na esfera das funções e dos meios; assim, o cidadão está para o Estado como o Estado para o homem". E só por esse caminho cessará o conflito entre o indivíduo e o Estado, estabelecendo-se o nexu lógico, segundo o qual a liberdade é o polo de uma força de que o outro polo — o polo social — é a autoridade.

Democracia contra liberdade

O ponto crucial da questão está, pois, em restituir à palavra liberdade o seu conteúdo exato no domínio filosófico ou político. Porque, se a entendermos tal como a entendem os afeiçoados da liberal democracia, então, poderemos afirmar, sem margem de erro, que a liberdade é tudo quanto há de mais diametralmente oposto ao sentido, à realização e aos fins da democracia.

Há, para ilustrar o argumento, o ensaio cristalino e curiosíssimo de Thierry-Maulnier, incluso num daqueles sensacionais inquéritos sobre a diretrizes do pensamento hodierno, promovidos por Daniel Rops (*). O atilado beletista

(*) La France veut la Liberté — "Présences", 1938.

gaulez situa a democracia contra a liberdade, demonstrando que o homem do século XIX, seguido pelo do século XX, comprometeu o destino da civilização no confundir o mito liberal com a noção da verdadeira liberdade, prerrogativa por excelência da pessoa humana, assim no plano moral como social e político. “Sumariamente — escreve ele — pode-se dizer que a mistificação democrática consistiu em instituir, sob o nome de liberdade política, não uma liberdade real assegurada a cada cidadão de um modo inviolável contra os excessos do poder, mas a soberania popular, a eleição pelo povo dos beneficiários do domínio político; e sob o nome de liberdade econômica, não o direito para cada cidadão de exercer livremente a sua atividade profissional, mas a livre concorrência e a submissão do trabalho aos possuidores dos meios de financiamento da produção. Por outros termos, o que a democracia proporcionava aos indivíduos ou às associações de indivíduos, sob o nome de liberdade, era o direito de provocar a desordem na vida política e na vida econômica da comunhão”.

Desenvolvendo esse raciocínio, em páginas de excepcional percuciência, assinala Maulnier como a ideologia liberal se tornou o instrumento e a máscara de todas as opressões sociais, dando ao indivíduo uma illusória liberdade política, do mesmo passo que o chumbava à mais dolorosa

servidão, sob o guante de castas privilegiadas, que exploravam em proveito de poucos o sofrimento e o infortúnio de milhões de seres humanos. E conclue: — “A extraordinária eficácia histórica do mito da liberdade implicou no fato de utilizar a reivindicação mesma da liberdade para criar as formas modernas da opressão política e econômica”.

No comentário, sempre agudo e cintilante, a essas idéias, Daniel Rops inscreve, por seu turno, à responsabilidade da mitologia liberal o haver tornado possível, no mundo moderno, o conflito inconciliável das duas forças — o poder do dinheiro e o poder das massas — cujo choque teria de desencadear, necessariamente, a desordem da hora em que vivemos. E uma tal situação, como explana Rops, decorre precisamente da deformação do sentimento e do conceito da liberdade. Porque, em definitiva, a liberdade — liberdade criadora e real — não é um método, senão um fim. De sorte que as instituições que a asseguram resultarão inconsistentes se a liberdade não for, a cada momento da história, repensada à luz das novas condições materiais da sociedade e do homem. Ela existe, e como um elemento insequestrável de vida, não em função do homem-indivíduo, mas do homem como pessoa, isto é, do homem na plenitude da sua personalidade e do seu espírito. Só assim diremos com acerto que “a liberdade é um dos valo-

res supremos do homem, senão o valor supremo aquele por via do qual todos os outros podem ser afirmados”.

Dentro dessa orientação restauradora, é que o Estado Nacional plasmou a sua declaração fundamental de direitos, substituindo ao conceito negativo da liberdade, na expressão do sr. Francisco Campos, o de uma liberdade construtiva, que possibilite ao indivíduo um padrão de existência conforme com os atributos da dignidade humana. É claro, porém, que, para garantir-lhe o gozo dos novos direitos, decorrentes do bem estar social e econômico, sob a égide protetora do Estado, terá este de chamar a si, por sua vez, o controle de todas as atividades sociais, ainda as que interferem com o interesse privado, da política à educação das massas. Pois “uma experiência centenária — escreve o grande comentador pátrio — demonstrou que o direito negativo de liberdade não dava realmente direito a nenhum desses bens, sem os quais já não é hoje possível conceber a vida humana. O princípio de liberdade deu em resultado o fortalecimento cada vez maior dos fortes e o enfraquecimento cada vez maior dos fracos. O princípio de liberdade não garantiu a ninguém o direito ao trabalho, à educação, à segurança. Só o Estado forte pode exercer a arbitragem justa, assegurando a todos o gozo da herança comum da civilização e da cultura”.

Democracia autoritária e Estado Nacional

Não há, portanto, como negar ao Estado Novo brasileiro as características, que o definem, de governo visceralmente democrático e popular, objetivando, antes e acima de tudo, promover, com a paz social e a paz externa, o bem comum da coletividade. Muito menos se lhe podem contestar os foros de perfeita, rigorosa adequabilidade às condições materiais e culturais e às exigências cívicas do nosso povo. No reagir contra o artificialismo das instituições de 15 de novembro, embora conservando ao regime as linhas constitucionais da sua formação republicana, do seu governo representativo, o Estado Novo pretendeu efetivamente dar, e está dando, à Nação, uma estrutura política, não apenas adstrita aos determinismos econômico-sociais da hora presente, senão, também, e sobretudo, acorde com as necessidades imediatas do interesse coletivo.

Por outro prisma, não houve nem poderia ter havido, no elaborar da carta magna de 10 de novembro, a preocupação de copiar, imitar ou adaptar modelos alienígenas, ainda que não fosse lícito ao sistema adotado refugir o clima da nossa época, as diretrizes do espírito contemporâneo no solucionar os problemas políticos ou econômicos, enfim, a direção geral dos princípios sob o influxo da ordem nova que se es-

boça ao mundo no desfecho, seja qual for, da crise que atravessamos. O fortalecimento do poder executivo, com a durabilidade do seu mandatário, é fenômeno assinalado em quase todas as constituições modernas, anotadas por Mirkinne Guetzevitch, e já de muito o previra Duguit, ao tratar do papel relevante desse poder na órbita das organizações constitucionais em evolução.

Disse-o também Salazar: “Não há Estado forte onde o Executivo o não é, e o enfraquecimento deste é a característica geral dos regimes políticos dominados pelo liberalismo individualista ou socialista, pelo espírito partidário e pelos excessos e desordens do parlamentarismo”.

De resto, os regimes políticos, como o condicionamento social das nacionalidades, não se inventam nem se constroem, em particular, para determinado país, mas resultam do evoluer e do interpenetrar universal das idéias, nesse como em todos os domínios da cultura, nada obstante as diferenciações peculiares que lhes atribuem o gênio, a capacidade afirmativa e a mística nacional de cada povo. O “estilo” do nosso regime, que o sr. Azevedo Amaral tão solidamente analisou, reveste, porém, qualidades específicas inconfundíveis. Como ideologia e como estruturação — provou-o não há muito, num trabalho sério sobre as características do Estado-Novo na

sua adequação brasileira, o prof. Castro Nunes, — ficamos tão distantes do fascismo ou do nazismo, por ex., como da democracia liberal nos seus métodos clássicos ou históricos.

Ainda aqui a exegese do sr. Francisco Campos é de uma singular acuidade e de uma exatidão magistral, na inteligência dos textos de 10 de novembro: "O Estado Novo — esclarece o preclaríssimo intérprete — não se filia, com efeito, a nenhuma ideologia exótica. É uma criação nacional, equidistante da licença demagógica e da compressão autocrática, procurando conciliar o clima liberal, específico da América e as duras contingências da vida contemporânea, cheia de problemas e de riscos e varrida de ondas de inquietação e de desordem, instável no seu equilíbrio, obrigado a criar novas formas para trabalho, a produção, a distribuição dos bens, o manejo do capital e da moeda e, sobretudo, as novas configurações políticas, sociais e morais, em que o turbilhão de idéias, de sentimentos e tendências encontre o seu estado de satisfação e de repouso. Construída para a tempestade, a nau tem que ser forte, o seu comando há-de ser concentrado nas mãos de um homem de têmpera serena, firme, resoluta e, principalmente, habituado às intimidades com o destino, a tripulação corajosa e amante do perigo, unida por um único pensamento e disciplinada por uma só vontade. Este, o único regime capaz de en-

frentar os elementos, o regime que os povos que ainda não se deixaram conformar com o pensamento da escravidão ou da morte, pedem ao destino inexorável, na hora que pode ser a dos naufrágios ou dos acontecimentos funestos. Forçados pela história e premidos por circunstâncias de ordem não só local mas universal, criamos o nosso regime, edificamos o nosso Estado e aceitamos o governo que a história, as circunstâncias e o destino nos ofereceram como o único instrumento capaz de nos garantir, com a ordem e a paz, o gozo dos bens materiais e morais que somente a comunhão humana, sob a forma de nação organizada, propicia aos homens, elevando do plano material para o ideal, o valor e o sentido da sua vida e do seu destino. — Não criamos, porém, do nada o nosso regime. Conservamos e desenvolvemos o que havia de bom no velho Brasil, no Brasil imperial e no Brasil republicano, nos seus costumes e na sua vocação, na sua experiência e nas suas aspirações; o clima de benignidade, contrário a todos os extremos, o equilíbrio, a modestia, a medida, as virtudes da serenidade e da compreensão, a tutela das liberdades individuais e coletivas, o clima jurídico, a cuja sombra amadureceram os frutos da nossa civilização e da nossa cultura. Eis como o Estado Novo é um Estado Nacional e popular, criado pela Nação e para a Nação, pelo povo e para o povo”.

A Nação e o Chefe
Forças renovadoras do Estado

Tenha-se, porém, em mira que o Estado Nacional, encarnando e consolidando, numa síntese orgânica, os apelos profundos da nossa consciência e da nossa raça, não é, não pode ser, uma pura idealização romanesca, uma fórmula vazia de sentido real e sem atinência imediata com o sentimento do povo e as realidades concretas do país: bem ao contrário disso, é uma entidade viva, um organismo dinâmico, uma coletividade em marcha, cujos destinos se enfeixam na personalidade egrégia do seu chefe. E o chefe — chefe único de uma nacionalidade una, sob uma bandeira única — é o chefe da Nação. Mas, — como acentua o Ministro da Justiça — não é o chefe da Nação apenas no sentido simbólico e jurídico: é o chefe popular da Nação. E “so-mente um Estado de chefe pode ser um Estado Nacional”, pois que “unificar o Estado é unificar a Nação”. Sob o olhar onividente desse condutor iluminado, é que o país caminha, hoje, a passo firme, para realizar a obra imortal da sua renovação e do seu engrandecimento. É em torno à pessoa desse homem de predestinada vocação política, que se reúnem e congregam, se nucleam e constelam, atraídos pelo magnetismo irresistível da sua presença catalítica, todas as forças construtivas do Brasil, — do Brasil que

desperta, conciente da sua grandeza e da sua unidade, para afirmar, na hora dramática do mundo, uma determinação poderosa de continuar, de prosperar, de viver.

Bem é de ver, entretanto, que esse formidável empreendimento do Estado Nacional não se há-de pôr em termos de ultimado sem o concurso, o contingente inestimável das forças intactas, que lhe advêm de uma perfeita identificação com a sensibilidade e o pensamento das gerações novas. Sois o material humano com que se está forjando, sobre alicerces inamovíveis, a fábrica monumental do grande Brasil. Esse o sentido e a doutrina do regime, como disse o Presidente Vargas, assinalando na hora atual “a alvorada de uma época renovadora, propícia à eclosão das energias moças e impetuosas, capazes de realizar o milagre das grandes transformações políticas e até de rejuvenescer velhos postulados ideológicos”. Assim — consoante à palavra de ordem do excelso Chefe comum — a mocidade brasileira, de que sois parcela radiosa — “precisa preparar-se para os postos de responsabilidade e viver à altura desta hora, emprestando-lhe o ímpeto generoso e a inteligência vivaz, para que a Pátria, que tudo pode reclamar dos seus filhos, ascenda, com maior rapidez, à glória dos seus destinos”.

Esta é, pois, jovens amigos meus, a vossa hora de ascese e de surto, de meditação e de eu-

foria, o minuto supremo, como da metáfora de Stefan Zweig, em que sois chamados a eternizar, no ciclo histórico de nossa pátria, a memória, a coragem e a armadura moral da vossa geração. A hora em que se está operando a renovação total do Brasil, transfigurado nos raptos criadores do vosso entusiasmo e nas antevisões luminosas do vosso sonho. Foi com “o batalhão sagrado” da juventude helênica — lembrava Rui Barbosa — que Péricles edificou a sua Atenas, projetando no êxtase da posteridade aquele milagre de graça harmoniosa, de equilíbrio e de ritmo. Pois há-de ser com as legiões inumeráveis de sua gente moça que o Brasil construirá o seu destino, no fluir inconsueto e imponderável do tempo, na eternidade dos séculos.



EM NOME DO AMAZONAS

Na Acrópole mineira — Significação política de uma homenagem, numa hora de genuína brasilidade — “Apóstolo Andante” do Brasil Novo — A voz da Amazônia na sinfonia total da grande pátria — Exaltação da terra e da raça — “O sagrado esforço do homem” — Glória a Minas, berço do civismo nacional.

(Discurso no banquete de Belo Horizonte, em homenagem ao Embaixador Negrão de Lima, a 28-4-41).

Sr. Negrão de Lima: Estou deveras reconhecido aos meus amigos de Belo Horizonte — e entre eles destaco o fraterno, primoroso coração de Augusto Couto — pela honra insigne, que se dignaram conferir-me, de associar a minha palavra às vozes, tão eloquentes e expressivas, dos intérpretes desta festa de inteligência e civismo.

Devo, porém, lealmente confessar que a dispuetei sem reservas, antes com o mais desassombrado envaidecímneto, tanto me era grato reunir à homenagem que ora vos envolve e exalta, não apenas o testemunho reiterado da minha fervorosa simpatia pessoal, senão também o dos sentimentos públicos do meu Estado, em relação à vossa personalidade de prol.

* * *

Na realidade, não sois um hóspede na admiração e na estima da gente amazônica. De vossa passagem, a bem dizer fulgurante, pelas capitais do extremo-norte, quando foi da viagem, aventureira mas afortunada, em que vos fizestes

portador da mensagem alviçareira do Estado Nacional, às vésperas do seu advento, ficou-nos, aos homens do setentrião brasileiro, uma impressão inolvidável de força d'alma e serena bravura patriótica.

Sobremaneira delicada, extremamente árdua era, com efeito, a incumbência de que vos investeis naquela hora climática e decisiva para os destinos da Nação. Tratava-se, nada mais, nada menos, — para lembrar a frase incisiva do Presidente Vargas — de preferir entre a desordem generalizada e a continuação do Brasil.

Mas, ao contacto da vossa fé, ao calor da vossa flama, ao magnetismo da vossa presença, à firmeza e translucidez do vosso descortino político, desdobrando-se sobre os horizontes escurentados da Pátria, ameaçada pelo caudilhismo e pela infiltração das ideologias alienígenas, pelos credos de desespero que intentavam destruí-la, não houve convicções que se não abalasses, não houve vacilações persistentes, não houve perplexidades que se não transformassem, de súbito, num concerto unívoco de vontades, a gravitarem para o polo radiante do interesse coletivo.

Nessa memorável peregrinação ao Norte, fostes, sem dúvida, Sr. Negrão de Lima, como o "apóstolo andante" do Brasil novo, embaixador das esperanças populares, fiel depositário da palavra criadora, que haveria de conciliar o mi-

lagre da redenção nacional. E só o papel de extraordinária relevância que nesse momento vos tocou bastara para arrolar a vosso crédito uma inestimável soma de serviços à obra já agora definitivamente ritmada, de dar ao Brasil a consciência de si mesmo e do seu destino no mundo.

Bem é, portanto, que a homenagem com que vos distinguem as figuras mais eminentemente representativas do pensamento mineiro, revista o cunho, que se lhe não pode recusar, de um ágape da mais pura e cristalina brasilidade.

* * *

De mim, falo pela Amazônia, — pela Amazônia que vos conheceu, numa hora grave da nacionalidade, e que jamais olvidará o esforço que empreendestes na fundação do regime em que se ela reintegra, com todo o acervo inexaurível das suas energias prodigiosas, no patrimônio moral e material do país; falo pela Amazônia, que à família mineira tão estreitamente se prende na gratidão e na estima a muitos dos varões ilustres, que destas alterosas montanhas se partiram, em várias épocas, para gerir-lhe superiormente os destinos, ou desempenhar-lhe os encargos eletivos nos quadros da representação nacional; falo pela Amazônia irrelatada e redescoberta que, na visão larga do sr. Getúlio

Vargas, não longe deixará de ser um simples capítulo da história da terra para transmudar-se num episódio culminante da história da civilização americana; falo, numa palavra, pela Amazônia gloriosa de ontem, pela Amazônia sacrificada mas sempre deslumbradora de hoje, pela Amazônia que ressurge das próprias cinzas, para restaurar no presente auspicioso e multiplicar no futuro o esplendor do seu passado de grandezas.

Ecoando, por sobre os contrafortes ciclópeos destas generosas montanhas, no centro solar da tradição nacional, — e unindo-se às vozes que se levantam e congregam, aqui, na justa e oportuna consagração das vossas atitudes e das vossas idéias, — a voz da Amazônia, ainda que sem a ressonância necessária na do seu frustâneo mandatário, parece admitir o duplo teor de uma advertência e de um chamamento augural.

Advertência do Brasil que se dilata e expande “no sentido das latitudes”, que é “o verdadeiro sentido da brasilidade” — no conceito oracular do Chefe da Nação — e, para compietar o ciclo radioso da sua integração e da sua unidade, reabre nos rumos do Oeste “a trilha dos pioneiros que plantaram no coração do Continente, em vigorosa e épica arremetida, os marcos das fronteiras territoriais”.

Chamamento, apelo clamoroso da terra, voz que sobe, como as estrofes de um hino telúrico,

do fundo daquelas rechãs úmidas e trescalantes, que Euclides viu crescendo vertiginosamente na seiva das florestas, como “atraídas pelas energias incomensuráveis da luz”; voz da terra, voz que vibra no rebojo das grandes águas e no matulho oceânico das grandes selvas, como a titânica orquestração de uma inacabada sinfonia cósmica; voz da terra, voz da jangla maravilhosa, que tanto mais brasileira se fez quanto mais esquecida e ignorada do Brasil; voz da terra, voz da diluvilandia imensa, “Canaan que espera o seu povo”, na imagem de Alfredo Ladislau, e que, nesta hora de euforia cívica, apenas, e quase paradoxalmente, reclama o direito de ser ainda mais brasileira, incorporando às forças dinâmicas da Nação o caudal inesgotável das suas estuendas possibilidades criadoras!

É a voz do extremo norte, a voz do Oeste setentrional do Brasil, que se junta às do centro do país, nesta formosa acrópole mineira, e às do litoral e do sertão, dos taboleiros nordes-tinos às coxilhas meridionais, compondo todas, em unissono, a epopéia cíclica da Raça, o canto triunfal do Homem Novo na ardente construção da Pátria Nova.

É a voz do Brasil, unido e eterno, do Brasil que se ergue, para novas arrancadas heroicas, do Brasil que marcha, para se afirmar no mundo a “forte e poderosa Nação”, a que todos abrasadamente aspiramos.

E ninguém com receptividade maior para entendê-la — a essa mensagem harmoniosa da terra comum — do que vós, Sr. Negrão de Lima, que não há muito nos concedestes, em páginas de rara e comovida ternura, o mais tocante depoimento de amor à tradição de vossa gente e à opulenta beleza do chão em que nascestes, desta operosa e abençoada terra de Minas, que é afinal a terra brasileira por excelência, assim nas qualidades inatas do seu povo, como na genealogia incorrutível de sua formação moral e histórica.

De vossa pena cintilante e, pois, de vossa rica sensibilidade de homem e de artista, é que brotou, de feito, para gáudio dos que ainda hoje se comprazem no hábito das boas letras e das nobres idéias, aquele lídimo poema em prosa da *Exaltação da terra*, oblata fervente do carinho, sob a demorada impregnação do meio físico e rural, em que se transfundi a vossa encantadora oração de paraninfo à turma dos engenheiros agrônomos da Escola Superior de Agricultura de Lavras, em 1938.

Nessa deliciosa apologia dos labores do campo, em toda a ingênua simplicidade dos seus costumes, em toda a singeleza cristã dos seus idílios, em todo o bucolismo bíblico das suas paisagens, em todo o desafogado painel das suas alvoradas e dos seus crepúsculos, dos seus panoramas amplos e dos seus horizontes inundados

de luz, há motivos essenciais de meditação, em face do mundo moderno.

Perscrutando “o que há de íntimo e profundo no conforto da vida campestre, na alegria da casa rústica e farta, na beleza da existência que transcorre na natureza e na paz, nessa paz em que Virgílio cantava a suprema condição da vida humana”, mostrastes, com finura, a flagrante, inconciliável oposição entre o homem do campo e o homem da cidade, — aquele saturado das alegrias balsâmicas da vida simples; este degradada pelos desbordamentos de uma civilização que, se indiscutivelmente cresceu, de vulto, o tesouro da inteligência humana, dando ao homem os meios de penetrar muitos dos segredos da própria vida e subordinar ao seu domínio as forças naturais que o escravizavam, também é certo que o distanciou das fontes divinas da existência, subtraindo-o à noção específica das suas origens sobrenaturais, no plano de Deus.

Daí, ajustando-se em perfeita concordância nas vossas reflexões, o asseverar Jacques Maritain, sem contestação razoável, que o mal de que sofrem os tempos modernos é um mal da inteligência, atingida nas suas raízes sob o tríplice aspecto racional, religioso e moral; e que a restauração da ordem no mundo não será possível, se não se restaura a inteligência nos seus recursos primordiais, isto é, se não compreendemos, como nos dias inaugurais da Criação, que “é o

verbo que está no princípio das obras de Deus". Daí, conseqüentemente, a assertiva de Carrel, de que a reconstrução do homem, que se desconhece a si mesmo — *L'homme cet inconnu* — há-de resultar, em começo, das suas infinitas possibilidades de libertar-se da matéria inerte, ou por outras palavras, dos grilhões de uma civilização mecanizada, cujo desígnio funesto, que levou à desordem a que assistimos, foi o da negação sistemática de todos os valores do espírito.

Não há, de logo, como dissentir convosco, Sr. Negrão de Lima, quando escreveis, reivindicando o sentido espiritual da vida nos dias torvos que vivemos, estes períodos admiráveis, que traem o sabor dos melhores versos de Teócrito ou Hesíodo e lembram, na invocação aos deuses lares, as páginas peregrinas de Fustel de Coulanges, na *Cidade Antiga*: "Da terra o homem tudo recebe, se tudo lhe souber dar. Se souber, principalmente, dar-se a ela, entregar-se ao seu trabalho e fixar a casa e a *gens* num ponto ignorado de sua vasta superfície e aí viver, como viveram os primitivos agricultores do Lácio, dos quais emanou o esplendor da cultura romana. A terra é a fonte de tudo e o único bem sensível".

Mas é de mister acentuar que a vossa concepção da vida campesina, das virtudes regeneradoras do ambiente rural, que aperfeiçoa o ho-

mem e torna a existência digna de ser fruída, no sentimento profundo do nosso destino intemporal, não sofre as limitações de um instinto meramente gלבário, vale dizer, de um apego carnal à terra em si, ao solo, ao torrão nativo ou àquele que o homem um dia regou com o suor do seu rosto — o “sagrado esforço do homem”, da alegoria de Tasso da Silveira, — ou iluminou com os fogos do seu lar. O culto da terra, que julgais um preceito de sabedoria nas circunstâncias atuais de nossa civilização, tem uma latitude de compreensão muito maior e muito mais alto conteúdo ético, no significado que lhe atribuí, porque não é apenas o *goût du terroir* a que aludia Barrès, mas o culto da terra e dos mortos, da tradição e da raça, da nacionalidade e da Pátria.

E o afirmais belamente, nesta magnífica exortação: “Que o amor pela terra cresça em vós, com o calor de uma chama. Mas que esse amor não se manifeste, apenas, no sentido interessado da produção agrícola e das riquezas naturais, e sim também no sentido do que a terra representa e significa de profundo na vida das Pátrias. Que o vosso espírito nesse amor se abraze e se penetre do sentido inspirador, nacional e humano da terra, onde descansam os homens que dominaram o cáos e deram nascimento ao nosso querido Brasil, definido e nítido na sua personalidade e na sua inconfundível fisionomia”.

Sr. Negrão de Lima: No momento em que vindes de espontaneamente renunciar ao posto de responsabilidade e relevo, que tanto soubestes servir, ao lado do grande Ministro Francisco Campos, exalçando com as finalidades do regime, o valor e a vocação batalhante da vossa geração, para no estrangeiro dignificardes ainda uma vez o nome do Brasil e os foros de sua cultura, — essa há-de ser exatamente a palavra de ordem, o lema de ação, a divisa que transmitis a quantos se habituaram, no país inteiro, a admirar-vos na clarividência das vossas idéias e na sedução contagiante do vosso patriotismo: uma palavra de ordem que é um ato de fé nos destinos e na eternidade da Pátria comum.

Em nome da Amazônia ressurreta e, em particular, do Estado do Amazonas, e por delegação expressa do seu governo e do seu povo, permiti, Sr. Negrão de Lima, que eu saude, na blindagem inamolgável do vosso carater e no fulgor da vossa inteligência construtiva, as intemeratas virtudes fundamentais da gente mineira, a fama imprescritível da excelsa Minas, guarda e relicário imortal das tradições mais caras da nossa história e da nossa raça.

Glória a Minas, berço do civismo nacional, no anfiteatro ensolarado das suas montanhas hospitaleiras, na constância fecunda do seu heroísmo, do seu trabalho e da sua fé!

DOCUMENTÁRIO

CONTRA O EXTREMISMO E A DESORDEM

I — *A novembrada.* II — *Lição e advertência.* III — *Conjuração do silêncio.* IV — *Caxias e o espírito de unidade.*

I

A novembrada

Por iniciativa do Ministério da Guerra, realizou-se, ontem (*), no Rio, uma grande romaria cívico-militar ao túmulo das vítimas da novembrada de 1935. As classes armadas, as corporações civís, o exército e a marinha, os poderes constitucionais, o proletariado e o funcionalismo, a juventude das escolas e das academias, o povo em geral, todas as expressões, enfim, da sensibilidade brasileira, quiseram, dess'arte, levar à memória dos que se imolaram à sanha comunista, na defesa da ordem, o testemunho de uma gratidão cada dia mais forte, de um reconhecimento cada hora mais necessário e mais fecundo. Foi uma consagração oportuna, uma atitude votiva, que importa a certeza comovedora de que o Brasil não esqueceu, nem poderá nunca esquecer, o sacrifício dos que souberam cair no posto de honra, dos que souberam resistir e

(*) Artigo de 23-9-937.

morrer na trincheira da luta, para evitar que a nossa pátria perecesse às mãos dos que desvairadamente pretendiam entregá-la, espostejada e inerme, ao domínio da anarquia e do ódio estrangeiros.

* * *

No instante que vai defluindo, e que é, sem dúvida alguma, de amargas, aflitivas expectativas, convem, na verdade, não esquecer o exemplo daquele heroísmo e a lição cruenta daqueles lances de tragédia. O Brasil curtiu, ali, acaso o transe mais rude de toda a sua história política, de todo o ciclo atribulado de sua formação. Porque não era a sorte das instituições, a estabilidade da forma de governo, a consistência dos liames federativos, o que ali se jogava, numa cartada definitiva e fulgurante. Era o destino do povo e da pátria, era a existência mesma do Brasil. E triste é verificar que não estamos longe, talvez, de assistir a um episódio semelhante, e já agora, de consequências muito mais dolorosas e, por certo, de resultados catastróficos para a unidade nacional. Vencidos em 1935, graças à coragem espartana do Presidente Getúlio Vargas, e graças, por igual, à bravura e à lealdade com que se conduziram, na dura emergência, as nossas organizações militares, conservando-se intransigentemente fiéis à causa da lei, — vol-

tam à carga, e com redobrado furor, os agentes da dissolução soviética. Não é mister maior sagacidade para perceber que eles aí se encontram, por toda a parte disseminados, preparando à sombra das garantias legais, dentro no clima apaixonado dos antagonismos políticos que nos dividem, o golpe que terão de desfechar, mais hoje, mais amanhã. E disso, infelizmente, não nos queremos convencer. Arrastados na voragem das competições facciosas, fragmentados em grupos, preocupados com o desenvolvimento de uma campanha eleitoral em que, de regra, aos interesses supremos da Nação se sobrepõem as conveniências do êxito partidário, somos os piores cegos, porque nos obstinamos em não enxergar as tormentas que, de novo, se acumulam sobre os horizontes crepusculares da hora presente.

* * *

Vale a pena, portanto, avivar na consciência de todos os brasileiros o espetáculo confrangedor de 27 de novembro. E lembrar-lhes que não podemos nem devemos consentir, pela nossa indiferença, pela nossa pusilanimidade, ou pela nossa deserção, que os inimigos do Brasil tripudiem sobre o patrimônio sagrado das vidas que se ofertaram, em oblata generosa e fervente, no altar da pátria, à perenidade de sua gran-

deza e ao esplendor ofuscante do seu futuro. Porque isso fora um sacrilégio inominável que não nos perdoariam, nunca dos nuncas, as gerações que aí vêm para nos substituir na obra de reconstrução total da nacionalidade. A página que o soldado brasileiro, justificando as tradições resplandecentes de nossa honra militar, cumprindo o juramento incorruptível da dignidade cívica, escreveu na jornada dramática de 35, merece, de feito, não olvidada, em meio às vicissitudes que atravessamos, porque nela se alentará a nossa fé, revigorando-se, para as reações vitoriosas da ordem e da lei, as energias criadoras do nosso patriotismo. Ajoelhemos, pois, todos os brasileiros, das rechãs úmidas da Amazônia aos lavradões riograndinos, do litoral aos sertões ínvios do oeste, e juremos em *sursum corda*, de almas elevadas, evocando a memória sacrosanta dos heróis de 27 de novembro, que não deixaremos espedaçar o Brasil!

II

Lição e advertência

Não devem passar despercebidas aos brasileiros, realmente dignos deste nome, as palavras do Presidente Getúlio Vargas, junto ao túmulo das vítimas da quartelada comunista de 1935.

Como bem acentuou o chefe da Nação, a romaria das classes civis e militares, a atitude como-vida do povo, em face dos despojos sagrados e na evocação à memória daqueles que souberam cumprir com o seu dever, na hora do transe, tem o duplo sentido de uma lição e de uma advertência. Lição, porque “significa que, para a defesa dos ideais da nacionalidade, nem sempre é preciso matar: basta morrer”. Advertência, e advertência consoladora e singular, no momento que atravessamos, porque nos assegura que o exército e a marinha, as forças armadas, com a solidariedade carinhosa das camadas populares, estão vigilantes na guarda do regime e da lei. Mas há, além disso, na pequena e impressionante alocução do sr. Getúlio Vargas, a cuja dignidade cívica, destemor e patriotismo, deve o Brasil — nunca é demais repetir — a reação fulgurante da ordem contra o crime, na jornada sombria de 27 de novembro, — há, na alocução do Presidente, duas declarações que merecem atenta e profundamente consideradas.

* * *

Para os céticos, — céticos por ingenuidade ou por duplicidade; — para os que falam do comunismo (e os há, ainda hoje, moços e velhos!) com a displicência de quem se refere a uma ficção, a uma fantasia, a uma fórmula astro-

nômica, ou a um mero expediente de opressão policial; para os que, embora a evidência gritante dos fatos, não acreditam, hoje ainda, que se esteja rapidamente processando a sovietação do Brasil, — para esses, um argumento concreto, que não deixa margem a sofismas nem a mistificações de qualquer natureza: o de que estão presos e recolhidos às custódias do Estado, no Rio, nada menos de três membros do Komintern, que trouxeram ao nosso país a incumbência especial de articular os elementos necessários à deflagração do movimento que nos entregaria às garras de Moscou! Para os dúbios e os hesitantes, para os sibaritas e providencialistas, que se limitam a um dar de ombros, ou a um cruzar de braços, aguardando a marcha dos acontecimentos e o rumo que tomam as coisas, — para estes, tacitamente acumpliciados com o inimigo, a certeza de que não lhes aproveitará a manobra de pusilanimidade, porque a defesa da Pátria, no lance decisivo, se terá de fazer, por igual, em relação aos “fracos, timoratos e acomodaticios”, isto é, não só contra os que a traíram, “mas também contra aqueles que não tiveram coragem de a defender”.

* * *

Na realidade, se bem ponderarmos a hipótese, veremos que, mais do que os comunistas confes-

sos e ostensivos, mais do que os adeptos fchados da doutrina vermelha; mais do que os agentes da Terceira Internacional, surpreendidos no desenvolvimento das suas atividades subversivas, — trabalham os cétricos e os displicentes, os derrotistas e os apavorados, os indecisos e os cobardes, contra a estabilidade da ordem e, pois, a favor da empreitada sinistra, cooperando nos seus objetivos nefandos, para a degradação da família brasileira. É inestimável, a olhos vistos, o contingente que esses astuciosos ou emascuados acarretam, calculada ou inconcientemente, à obra de destruição que o bolchevismo entendeu de levar a cabo em nosso país. E isto porque, os primeiros, adversários conhecidos, se combatem com eficiência, em todos os terrenos; ao passo que os últimos, adversários dissimulados e solertes, não há, em regra, como os identificar, para os combater. Torna-se, por isso mesmo, indispensável, como adverte o sr. Getúlio Vargas, que inimigos da Pátria sejam consideradas, de uma vez por todas, não apenas os traidores militantes ou ativos, a soldo do estrangeiro, senão também os traidores suspicazes e passivos, que ficam na sombra e faltam, por omissão, ao compromisso indeclinável da honra patriótica.

III

Conjuração do silêncio

Não há poucas vezes hei refletido, conhecendo, como conheço, de observação direta, a precaríssima repercussão das nossas idéias nos centros de vida mais avançados do país, na quase inutilidade, senão na inutilidade absoluta, de as enunciarmos e, principalmente, de as transferirmos para a esfera dinâmica da ação intelectual. Porque a verdade é que, emparedados pela muralha da distância, estamos ainda muito ausentes do Brasil... O que dizemos, o que falamos, o que escrevemos, o que pensamos, tudo se perde, como o eco longínquo de uma paragem de mistério e legenda, no rumor das grandes águas e no barulho das grandes selvas. E tanto assim é que, de onde em onde, eis que um homem de letras, um filósofo itinerante, se lembra de empreender o redescobrimento do "império" amazônico, para o revelar às gentes descuidadas do sul, em meio a exclamações mais ou menos hiperbólicas de assombração e de espanto. Mas, reagindo ao desalento de tais reflexões, costumo advertir em que, seja como for, será do concurso efetivo de todas as unidades, embora até certo ponto praticamente dissociadas, do pensamento do Brasil; de todas as vozes dispersas mas eficientes de sua inteligência; de todas as manifestações,

mesmo desarmônicas, de sua cultura moral e política, que se formará, a pouco e pouco, a síntese da consciência brasileira, a imensa sinfonia da opinião coletiva, vibrando, unissona, nas horas culminantes do espírito nacional. De resto, a cada um de nós, ainda no mais afastado recanto de província, caberá uma parcela de esforço, quase sempre ignorado, mas útil e fecundo, cada qual, no setor que as circunstâncias lhe designaram, a prol da causa comum.

* * *

O que se não compreende, porém, e não se justificará, nunca dos nuncas, tanto se apresente o interesse maior da Nação, tanto se reclame o pronunciamento do país, nas situações graves, é a indiferença ou a deserção. Porque essa conduta implicará, quando menos, uma solidariedade passiva com o inimigo que visarmos opugnar, ou, por outra, numa defraudação às possibilidades de bom êxito porventura asseguradas a uma atitude d'alma, a uma reação generosa de civismo. Tenha-se em vista, por exemplo, a hipótese presente do comunismo. A campanha contra a irradiação universal da praga moscovita está a exigir, aqui como por toda parte, as mais inequívocas definições. Não há, não pode haver, meios termos: não há, não pode haver, compromissos sem decisão. Ou combatemos, tenaz e inflexivel-

mente, a doutrina catastrófica, que se propôs destruir-nos, ou estaremos com ela tacitamente empenhados. E nisso importará o contribuirmos, por qualquer modo, para a conjuração do silêncio, que se vem fazendo, na imprensa de muitos países, o nosso inclusive, acerca dos erros, das mistificações e dos crimes da ideologia vermelha. A caracterização desse estranho fenômeno ocupa, por sinal, todo um capítulo, edificante e sugestivo, da última e insigníssima encíclica papal. Com efeito, historiando os horrores do bolchevismo no México, na Espanha e na Rússia, salienta S. S. Pio XI, em páginas que merecem meditadas, essa forma preciosa de cooperação dos adversários da Igreja no sentido do falso ideal libertário, do credo sacrilego de Lenine. “O terceiro fator poderoso da difusão do comunismo — proclama o sumo pontífice — é a verdadeira conspiração do silêncio em grande parte da imprensa mundial não católica”, e “tal silêncio deve-se, em parte, a razões duma política menos previdente, favorecida por várias forças ocultas que, há muito, procuram destruir a ordem social cristã”.

* * *

Imprecindível se torna, pois, que pelejemos, com redobrado fervor, — os brasileiros de boa vontade que nos incorporamos à luminosa jor-

nada construtora da ação católica, — por que, em nosso país, pelo menos, se desarticule essa “conspiração do silêncio”, organizada pelos demolidores da Igreja e da Pátria, para o fim de possibilitar a sovietação do Brasil. O comunismo, cujo substrato filosófico e cultural é, como ninguém ignora, o mais rude e degradante materialismo, não significa apenas uma modalidade de ação político-social, uma tática de reivindicações igualitárias, um sistema, um regime econômico, uma concepção do Estado. É também, como lucidamente demonstrou Jacques Maritain, perquirindo, num magnífico e vigoroso capítulo do *“Humanisme Intégral”*, as raízes do ateísmo soviético, — é sobretudo, “uma religião, e das mais imperiosas, e certa de vir a ser chamada a substituir todas as outras religiões: uma religião atéia, de que o materialismo dialético constitue a dogmática, e de que o comunismo, como regime de vida, é a expressão ética e social”. Combater, portanto, o comunismo; mas combatê-lo por todos os processos; em todos os terrenos; em todo lugar e a todo o instante, — combatê-lo inexoravelmente, é dever elementar de patriotismo e de religião, porque é defender, a um tempo, contra a profanação da barbárie, com os direitos inalienáveis da pessoa humana e os atributos insequestráveis de nossa fé, o altar da Pátria e o altar de Deus, “realidade

suprema, criador poderoso de todas as coisas, juiz sapientíssimo e justíssimo dos homens”.

IV

Caxias e o espírito de unidade

É muito raro que à edificação dos homens se possa apresentar, em qualquer época, uma vida tão cheia de ensinamentos fecundos, tão harmoniosa, tão justa, como foi a desse imenso Luiz Alves de Lima e Silva, Duque de Caxias. Não me lembra, relanceando o quadro das personalidades de prol que iluminaram o cenário do Império, rico em exemplos de alta linhagem moral e de superior inteligência construtora, de uma figura em que se reunam tantas, tamanhas e tão pre-excelentes virtudes públicas e privadas. Caxias merece, na verdade, apontado como um protótipo do momento em que viveu, ou melhor, como a mais perfeita, exata, acabada exponenciação dos atributos viris que assinalaram os caracteres do seu tempo. Soldado por vocação e por estirpe, inscrevendo o seu nome no escudo d'armas, no sinete heráldico, na arvore de costado, na genealogia gloriosa de toda uma constelação admirável de soldados do Brasil, fulgurando na via-látea da grande família de generais que honraram a Nação, desde os idos da Independência, — não tem, entretanto, o egrégio brasi-

leiro, lugar de menor relevo entre os estadistas máximos do antigo regime. Os seus biógrafos, os que lhe percorreram, sobremaravilhados e comovidos, as longas etapas da existência prodigiosa, não decidiram, ainda, em última análise se foi maior na guerra ou na paz. Porque o extraordinário, no *curriculum vitæ* desse varão incorruptível, desse formidável condutor de massas armadas ou laboriosas, é que ele pôde construir, com a mesma sabedoria com a mesma clarividência, com o mesmo sentido divinatório das realidades humanas, já nas leivas tranquilas do espírito, já no terreno vulcânico, na paisagem trepidante da ação. E de tal sorte que, de sua espada intemerata e invicta, houve quem asseverasse, com acerto, que, “meio século desembainhada, nem um só dia foi traida pelo destino”.

* * *

O vencedor siderante de Itororó, de Avaí, de Lomas Valentinas emparelha, de feito, na história da nacionalidade, com o pacificador generoso e feliz do Maranhão, de São Paulo e de Minas, com o mediador afortunado das justas fratricidas no extremo sul. E assim como, em meio aos fulguros recontros da campanha paraguaia, pôde um dia Lima e Silva afirmar, em proclamação

aos seus exércitos, no arremesso decisivo de Lomas, que jamais, até ali, fora vencido — e não o foi, nunca dos nuncas, até à hora da morte, que Deus lhe permitiu resserena e cristã, — assim também, de suas jornadas pacificadoras, poderia ele dizer que nunca jamais fracassara a serviço da ordem no país. Um dos perfiladores de Caxias, aludindo ao seu itinerário luminoso de vitórias, na guerra ou na paz, mostrou, com indiscutível lucidez, que essa trajetória triunfal não deve ser levada à conta daqueles imponderáveis desígnios a que por vezes se atribue o bom êxito infatigável, a “estrela” privilegiada dos chefes. E isso porque, em Caxias, o gênio, a fortuna, a “estrela” imarcescível, eram, antes e acima de tudo, uma resultante do seu equilíbrio, do seu descortino e, em especial, da sua estu-penda capacidade de comando e de organização. Foi, de resto, o que de Napoleão, esteta incomparável das batalhas, observaram vários dos mais avisados panegiristas de sua glória. A tese é, por outro lado, a que defende Maurois nos “*Dialogues sur le commandement*”: o chefe, o verdadeiro chefe, “connait sa puissance et sait qu’il peut inventer l’avenir”. Está por isso o sr. Oliveira Viana, quando, estudando o temperamento do ínclito soldado, lhe revela o sentido lógico, realista, pragmático da imaginação e da inteligência. E nisto, nessa “soumission au réal”,

esteve o segredo de Caxias, marechal que venceu em todos os combates.

* * *

A evocação da memória de Lima e Silva, "alma militar do Brasil", no dia do soldado brasileiro, de que o Duque de Ferro se tornou a simbolização suprema, nunca me pareceu tão necessária, tão imperativa, tão oportuna, como na hora vertiginosa e quase dramática, a cujo desenrolar assistimos. Referem os historiadores da Regência que, indo prender a Feijó, participe da insurreição do brigadeiro Tobias, em S. Paulo, ouvira Caxias ao inolvidavel "debelador de revoltas", que as contingências da vida política haviam arrastado à voragem das conspirações, esta advertência amarga: "Então, general. Ontem, ao lado do povo; hoje, contra ele?" E Caxias, de replicar, sem vacilação de um instante: "Engano, eminência. Ontem, ao lado da lei; hoje, ainda ao lado da lei!" Que exemplo para os dias que correm! Mas, se bem investigarmos os lances dessa existência paradigmática, se bem meditarmos nos episódios dessa vida insigne, que foi um espetáculo magnífico de devotamento à causa da Nação, que foi um ciclo deslumbrante de beleza moral e de dignidade cívica, que foi, numa palavra, um ato de patriotismo e de fé, de bravura e de honra, de humildade e de

energia, para logo nos capacitaremos de que, batendo-se pela intangibilidade do Brasil nas lutas externas, pelejando pela integridade do Brasil, dentro do Brasil, — pacificando, conciliando, coordenando, articulando os nódulos indesejáveis da Grande Nação, — Caxias, Condestavel do Império, encarnou, essencialmente, eminentemente, o espírito de unidade que preside, e há de presidir para o sempre, aos destinos heroicos de nossa pátria.



NO LIMIAR DO 10 DE NOVEMBRO

I — *O homem providencial.* II — *O instinto das massas.* III — *Pela ordem nova.* IV — *Alguas reflexões.* V — *Democracia orgânica.* VI — *Estado forte.* VII — *Fórmulas e realidades.* VIII — *Os máscaras.*

(Artigos para a imprensa diária, — de outubro a novembro de 1937).

I

O homem providencial

O exame desapassionado das realidades político-sociais do Brasil, nesta hora, há-de levar por força à convicção de que o sr. Getúlio Vargas vem exercendo, sobre os destinos incertos do país, um papel verdadeiramente providencial. Os próprios adversários do Presidente, aqueles que, a qualquer pretexto ou sem pretexto algum, o hostilizam, foram compelidos pela evidência incontrastável dos fatos ao reconhecimento dessa verdade elementar, que está ao alcance de todos, e isso constitui, já hoje, uma atitude sobremodo expressiva, além de por assim dizer unânime, da opinião nacional. Dir-se-ia, com efeito, que ao sr. Getúlio Vargas, no complexo das suas qualidades excepcionais de moderação e de equilíbrio, transigência e argúcia, a definirem uma psicologia invulgar de homem de Estado, e uma psicologia particularmente afeiçoada à dosagem dos imponderáveis e à catalização irresistível dos contrários, — dir-se-ia que ao gênio político e à boa fortuna do sr. Getúlio

Vargas reservaram os fados de nossa formação como povo uma tarefa à parte nos ritmos e rumos atuais da vida brasileira. Chefe civil do movimento trintista, a ele lhe ficamos devendo, desde o primeiro instante, o inestimável serviço de haver evitado, no governo, que o país se transformasse num campo de aventuras personalíssimas ou de experiências heteróclitas, não resistindo acaso ao entrechoque das próprias correntes erosivas do caudal revolucionário. E daí para cá, sua função se caracterizou, nos momentos mais delicados, nas situações mais graves, pela faculdade quase prodigiosa de “ordenar” a desordem, estabelecendo a harmonia entre os fatores dispersivos a trabalharem, de modo irredutível, os quadros tumultuários da Revolução.

* * *

Sobrevindo a jornada constitucionalista de S. Paulo, cujas origens e finalidades ainda hoje tão vivamente se discutem, mas que, seja como for, importou um magnífico atestado do que vale a consciência cívica do Brasil, ao espírito de tolerância e à sabedoria político do sr. Getúlio Vargas é que se deveu, também, o milagre de reconduzirem o grande povo anhanguera ao seio da comunhão nacional, apagando os ressentimentos de um embate cruelíssimo que, antes de ferir a sensibilidade dos paulistas, golpeara fundo o sentimento fraternal de todos os brasileiros.

Mas, já a esse tempo, consequência inevitável de um fenômeno de degadação universal, como o que se nos depara no mísero panorama da Rússia soviética e na Espanha devastada pelo flagelo comunista, entrava o nosso país a experimentar as manifestações iniciais da perniciosa infiltração da ideologia satânica do bolchevismo. E não tardou que a novembrada de 935 viesse inscrever nos fastos da história republicana o seu episódio porventura mais ignominioso, assim pelos requintes de pusilanimidade como pelos atos de fereza, de incrível selvageria, que o singularizaram. Mais uma vez, porém, acima do macaréu da anarquia, pairou, inflexível, o princípio da autoridade: o sr. Getúlio Vargas, oferecendo à Nação o exemplo de um raro desprendimento pessoal, de uma bravura intrêmula, de uma dignidade patriótica sem precedentes, foi, nesse lance dramático, a encarnação viva da alma brasileira, da honra e dos destinos do Brasil.

* * *

Não cessaram aí, todavia, as vicissitudes que nos estavam designadas. Eis senão quando, e depois de uma longa, insidiosa articulação subterrânea, com a cumplicidade triste de tantos brasileiros sem entranhas, esquecidos das mais rudimentares obrigações para com a pátria comum, e para com os seus próprios lares, a serem, ama-

nhã, impiedosamente arrazados pela horda sanguissedenta, — eis senão quando irrompe de novo, nos desvãos caliginosos do terrorismo, mitologicamente multiplicada, a hidra vermelha, o ““animal sem nome” das estepes. E do mesmo passo, surpreendida no momento justo em que teria de deflagrar, em perfeito isocronismo com a intentona bolchevique, a guerra civil se desenha nos pampas, com todas as possibilidades de custar ao país os seus dias de maior provação, e de cooperar com o comunismo no esfacelamento do Brasil. Mas, a um e outro desses iminentes perigos, dessas tremendas ameaças à paz e à unidade da Nação, provê, ainda e sempre, conjurando-os, o patriotismo divinatório e vigilante do sr. Getúlio Vargas, o que acentua, na alma impressionável da multidão, o pressentimento, a advertência mística de que a esse homem toca, realmente, no minuto de angústia que vivemos, uma missão de energia sobrehumana, uma tarefa providencialmente tutelar.

II

O instinto das massas

Os chefes de fila da psicologia social aquiescem no reconhecer às coletividades humanas, já no tipo instável das aglomerações formadas pela “contiguidade especial”, efêmera e mobilíssima,

das multidões; já no carater permanente, embora amorfo, dos grupos unidos pelas relações à distância, e a constituírem o “grande público”, que tem na “opinião”, segundo Tarde, a sua necessária função psicológica, — aquiescem no reconhecer-lhes, não apenas o traço de uma mentalidade comum, de uma comum sensibilidade, senão também a faúlta esplêndida do instinto, que adivinha e revela, nas horas culminantes. Os movimentos da alma popular refletem, quase sempre, uma attitude de adesão ou de reação enquanto à conduta dos seus líderes, às idéias por que se orientam os seus homens de prol. O povo se reúne, ou se pronuncia pelos seus órgãos idôneos, pelos respiradouros de sua vontade, para aprovar ou dissentir, para aplaudir ou condenar, consagrando ou desmoralizando a ação política ds seus mndatários. Mas não é raro que os impulsos irresistíveis da multidão, que as manifestações da opinião coletiva, signifiquem, com um ou outro desses sentidos particulares, a advertência divinatória do instinto da massa.

* * *

Quer-me parecer essa a significação que se não poderá recusar à apoteose com que a população carioca demonstrou ao sr. Getúlio Vargas, no dia da Independência, os sentimentos insofismáveis de sua solidariedade e de sua simpatia. Referem os telegramas do Rio que não há me-

mória de uma expansão tão eloquente, tão espontânea, tão viva, do carinho do povo em relação à pessoa do magistrado supremo. E havemos de convir que foi um espetáculo singular, e de uma expressão moral inconfundível, num momento, como este, de tão aflitivas apreensões para o Brasil. O sr. Getúlio Vargas, note-se bem, está na última etapa do seu governo. Pode-se dizer que na fase crepuscular. Depois de uma longa trajetória, chegou à meta final do seu ciclo fulgurante, e entrou no ocaso propício aos balanços definitivos. E se vozes isoladas do descontentamento procuram negar-lhe os beneméritos serviços à causa coletiva, ainda os seus mais retrincados opositores fazem justiça à serenidade e ao patriotismo com que soube evitar que o país se esfacelasse ao sopro das paixões revolucionárias. Com estas ou aquelas transigências, o sr. Getúlio Vargas pôs a ordem no caos. Mas, nesta hora, é o sol que se põe e se expõe às indefectíveis pedradas abissínicas... Como se há de compreender, portanto, num país de rudimentar educação política, qual o nosso, essa inesperada, veemente, quase glorificadora temperatura de emoção popular em torno da figura do Presidente?

* * *

Aquí é que, a meu ver, interferem as forças incontroláveis, as insondáveis energias do ins-

tinto gregário, do sub-conciente da massa, da alma inquieta da multidão. O povo brasileiro, ainda nas suas camadas mais obscuras, adivinha, surpreende, antevê, aplicando as antenas do sexto sentido peculiar às atividades psicológicas dos indivíduos ou dos grupos, nos dias de transe, as tempestades que enoitecem os horizontes do mundo, de um mundo subvertido, em todos os quadrantes, pela insânia libertária, de um mundo que se decompõe à ação desagregadora do "comunismo ateu", da onda tenebrosa e sacrílega que vem rolando, incoercivelmente, dos focos tremendos da infecção moscovita. E sente que essas tempestades marcham também, e com apavorante rapidez, sobre os nossos destinos. Ora, o sr. Getúlio Vargas constituiu-se, num instante climático, pela sua bravura, pela sua dignidade cívica, pelo exemplo da sua coragem e do seu estoicismo de patriota, a grande barreira contra a avalanche da anarquia. Ninguém esquecerá o lance épico de 27 de novembro de 35. O vulto do presidente insculpiu-se, desde então, e para o sempre, no reconhecimento indelevel do povo. E o povo vê ainda na sua personalidade, agora que tudo indica estarmos na iminência de um novo golpe, de proporções absolutamente imprevisíveis, a encarnação por excelência da autoridade e da lei.

III

Pela Ordem Nova

Há no país uma nova ordem de coisas. Os acontecimentos de que todos somos testemunhas, de que todos, direta ou indiretamente, participamos, em meio às graves apreensões que vêm empolgando, estes últimos meses, o espírito da Nação, impuseram aos altos responsáveis pela sorte do povo brasileiro uma solução enérgica, de autoridade e de ordem, à margem da hipótese eleitoral. E essa atitude, com apoio no vigilante e sereno patriotismo das classes armadas, não pode nem há-de surpreender a ninguém. As eleições presidenciais de 3 de janeiro vindouro estavam, de muito, profunda e insanavelmente comprometidas. Os rumos que se traçaram à jornada sucessória, sob as insígnias da democracia, haviam sido, desde o primeiro instante, desviados para objetivos inadequados à estabilidade do regime, ao equilíbrio, à segurança das instituições. De tal maneira que, desvirtuada das suas finalidades construtoras, a campanha se transformara numa aventura política capaz de conduzir a Nação aos despenhadeiros da guerra civil ou do separatismo. Às candidaturas em presença (candidaturas partidárias, é óbvio) se procurou atribuir, e na verdade se lhes atribuiu, de parte a parte, um teor regionalista, um matiz de pro-

vincialismo, que as invalidava no satisfazerem os anseios legítimos da unidade nacional. Por outro lado, criando no seio das camadas populares uma agitação inevitável, possibilitou o ressurto das atividades comunistas, dirigidas por estrangeiros, com o fito de levarem o país à desagregação e à anarquia. Todo o trabalho que se realizara, desde a novembrada de 35, para nos livrar dessa praga inexorável, dessa tremenda infecção, fôra inutilizado pela ação dispersiva da demagogia, do messianismo faccioso. Os arraiais em que se instalavam os candidatos adversos viram-se, sem demora, invadidos, ostensiva ou subrepticamente, pelos elementos da camorra bolchevista, muitos dos quais mal haviam escapado às sanções da justiça de exceção. E da circunstância de se tornarem necessários à vitória dos grupos em conflito, da exacerbação das paixões, que a campanha naturalmente acirrara, e da trepidação do ambiente daí originado, beneficiaram, a valer, os agentes do Komintern, os emissários de Moscou.

* * *

A palavra democracia transmudara-se (e não poucas vezes tive de o acentuar desta coluna) na senha da infiltração marxista. E à sombra dessa grande bandeira, desse magnífico princípio, se acoitavam os inimigos do Brasil para o assalto que não tardaria a desencadear-se, ensan-

guentando, dividindo, enlutando a Nação. Do pleito presidencial anunciado, que todos esperávamos e desejáramos fosse uma experiência salutar de reerguimento cívico, resultaria, bem ao revés, para o Brasil, ainda que até lá não se houvesse verificado o golpe soviético, a mais amarga das provações coletivas. Esse pleito marcaria, porventura, na forma por que se achavam encaminhadas as coisas, a etapa final na evolução das nossas instituições representativas, que teriam de fatalmente sossobrar ao assédio das hordas bárbaras do comunismo. Ninguém, por isso mesmo, acreditava, mais, viessem, as eleições a realizar-se, até porque a Nação perdera de todo em todo a fé na conveniência e na oportunidade presente de sua realização. E para o senhor Getúlio Vargas, que se fizera a exponeciação máxima das esperanças totais do Brasil, simbolizando a advertência da ordem no cenário do tumulto generalizado, se voltavam de todos os quadrantes do país os apelos mais veementes, as mais angustiadas exortações no sentido de sua permanência, que se tornara imprescindível, à frente do governo; tanto mais quanto esse era o pensamento dos chefes militares, a falarem pela Nação, naquilo que significa ainda a substância, a essência, o fundamento das suas tradições, do seu heroísmo e do seu destino: as classes armadas, forças vivas e inamovíveis, que se não deixaram, mercê de Deus,

corromper pela politicagem nem arrastar no vortilhão da desordem.

* * *

Não constituiu, portanto, nenhum motivo de surpresa ou alarma, a deliberação ontem tornada efetiva pelo Exército e a Marinha, no pleno e perfeito entendimento das suas atribuições constitucionais e, sobretudo, no desempenho da sagrada missão, que precipuamente lhes incumbem, de salvaguardar o patrimônio material e moral, a existência política e a unidade do Brasil. Era o desfecho lógico, necessário e irrecusável, de uma situação de calamidade nacional. O princípio da autoridade precisava de ser restaurado, com a maior vivacidade, em nosso país. E não era justo que as classes armadas assistissem, indiferentes, à degradação incoercível desse princípio capital e ao conseqüente aniquilamento da Nação. O Brasil não podia perecer às mãos dos traidores vendidos ao estrangeiro, apenas por amor ao "fetichismo das fórmulas", quando a verdade é que só o prestígio da lei é de molde a garantir os interesses do povo e a prosperidade do Estado. E a salvação do povo, ou antes, a salvação da Pátria, é a suprema lei. Investindo, ainda uma vez, o sr Getúlio Vargas no exercício dos poderes extraordinários, que a defesa da ordem e o imperativo categórico da unidade brasileira estavam imperiosamente reclamando, o

Exército e a Marinha corresponderam, como sempre, à confiança e à expectativa da Nação. Integremo-nos, pois, com o mais sincero sentimento patriótico, na estrutura da ordem nova e, dentro dela, cooperemos, sem reservas nem desfalecimentos, na obra maior da reconstrução do Brasil, atendendo, dess'arte, aos desígnios indesviáveis do seu belo destino.

IV

Algumas reflexões

A consideração do caso brasileiro, no momento agudo que atingimos, requer ao observador uma dose bem medida de serenidade e de equilíbrio. Os julgamentos precipitados, as apreciações unilaterais, os juízos emitidos sem maior ponderação, dentro no clima psicológico das paixões facciosas, ou dos interesses personalíssimos, porventura conflitantes com a nova ordem de coisas, não correspondem à gravidade dos acontecimentos, a cujo desenrolar assistimos. Tudo nos está indicando que o país tocou o ponto culminante na evolução da sua consciência democrática. É chegado a esta etapa superior de desenvolvimento, por força teria de vincar os rumos definitivos de sua jornada no mundo, de traçar as diretrizes certas do seu futuro, de refundir as bases da sua organização política,

reestruturando-as e consolidando-as à luz da experiência dos povos modernos. Um longo e atormentado período de quase meio século de aprendizagem republicana serviu apenas para demonstrar a inadequabilidade das instituições de 89 às contingências reais da vida brasileira. Evadindo-se aos imperativos históricos, étnico-culturais e econômicos de sua formação, o Brasil se entregou, até 1930, a uma simples ainda que acidentada aventura política, no conceito de Azevedo Amaral. E de 1930 para cá, com pequenas variantes de método, modificações teóricas e superficiais na fisionomia do regime, nada mais fez do que prosseguir na aventura, com a agravante de haver a revolução equacionado uma série de problemas de extrema complexidade, até então desconhecidos no quadro das nossas realidades econômico-sociais, e para os quais não encontrou — até porque não lhe era possível improvisá-la — a solução que, desde logo, passaram instantemente a reclamar.

* * *

Verificou-se, sobretudo, que a democracia liberal de 89, desfigurada na estranha, caótica, tumultuária tentativa social-democrática do estatuto de 16 de julho, não lograria jamais disciplinar, no Brasil, a opinião coletiva, de que carecemos, o senso nacional, a que tanto aspira-

mos. O país continuou a viver, civicamente, da ficção dos "partidos", das "máquinas" eleitorais, que se constituíam, e se constituem, fatores dispersivos, ou singelamente, subversivos das manifestações efetivas da vontade popular. É que esses partidos, em regra, sem tradição, sem idealismo, sem orientação construtiva, e no geral, também, mobilizados (como vimos ainda agora) para o simples efeito de levar às urnas um nome determinado, nunca passaram de expressões efêmeras de uma aspiração individual ou, quando muito, da aspiração e do imediatismo de um grupo, visando assenhorear-se do poder. O sr. Oliveira Viana tem a esse respeito uma observação que nos revela, em toda a sua inconfutável evidência, a precariedade do espírito público no Brasil. E é a de que, ao contrário do que sucede nos outros países, de índole democrática, não são os partidos que, entre nós, impõem ao candidato a execução de um programa, no qual se consubstanciem reivindicações oriundas de uma prévia e sincera consulta ao sentimento espontâneo das massas. São os candidatos que, uma vez escolhidos, elaboram ou improvizam uma plataforma de governo, para a qual obtêm tacitamente o assentimento dos partidos. O que só por só demonstra que a política, em nosso país, se realiza no sentido dos indivíduos e não das idéias, dos homens e não das reformas, — e tanto implica dizer que os parti-

dos não existem como reflexos, ao menos indecisos, das várias correntes ponderáveis da opinião.

* * *

Foi o que se passou até 1930 e é o que, em circunstâncias acaso mais deploráveis, se passa de 1930 à data presente. E de tal maneira que, como salientou o Presidente Getúlio Vargas, no discurso de lançamento da nova carta constitucional, chegamos, de dacedência em decadência, nesse constante empobrecimento de nossa vitalidade cívica, à tristeza de ver o problema da sucessão presidencial “transformado em irrisória competição de grupos, obrigados a operar pelo suborno e pelas promessas demagógicas, diante do completo desinteresse e da total indiferença das forças vivas da nacionalidade”. E de tal modo que a disputa pacífica do voto “é transportada para o campo da turbulência agressiva e dos choques armados” substituindo-se nalguns Estados — é flagrante a hipótese do Rio Grande — os preparativos eleitorais pelos preparativos militares, o que vinha sobremodo agravar a inquietação decorrente das próprias agitações da campanha. Mais do que isso, exatamente porque os partidos não existem, como forças poderosas de criação da vida democrática, constituindo apenas agremiações ou coalisões transitórias de interesses privados, à inspiração do “instinto gregário”, do espírito de clan, é que

presenciamos o doloroso espetáculo da invasão dessas improvisadas batalhas partidárias pelos elementos comprometidos com a desordem, e com a desordem comunista, tendente à anarquia e ao esfacelamento do país. E, pois, se bem refletirmos nessa situação catastrófica, que era a em que nos encontrávamos, veremos que a ordem nova, imposta ao país numa determinação indeclinável do civismo das classes armadas, e no elevado escopo de restaurar a autoridade nacional, criando no Brasil uma democracia autêntica, sobre os alicerces irredutíveis da economia, da organização e da disciplina social, — veremos que essa ordem nova significou, por derradeiro, um pronunciamento enérgico da Nação, através dos órgãos mais legítimos do seu pensamento, da sua consciência e da sua vontade, fora do ambiente viciado dos corrilhos e das facções.

V

Democracia orgânica

Para assinalar as vantagens que decorrem ao país da instauração do Estado Novo, nos termos imperativos do diploma básico de 10 de novembro, tenho credenciais antigas: sempre fui dos que jamais se iludiram quanto à irremediável decadência do liberalismo democrático na hora

que passa; falando ou escrevendo, mostrei sempre, com a lição dos tratadistas e, sobretudo, com o argumento irrefutável dos fatos, de evidência positiva em todos os quadrantes do mundo, que o Brasil carecia de um governo forte, em que se tornasse efetivo o princípio da autoridade, desmoralizado pelas façanhas da politicagem, da retórica parlamentar, vazia e inexpressiva, e ultimamente, pela atuação descoberta ou subreptícia dos elementos da decomposição soviética, a emergirem nos vários domínios da atividade nacional. E porque assim pensasse, acompanhando a evolução das instituições político-sociais que surgiram com a jornada trágica da grande-guerra, parecia-me infinitamente divertida a ingenuidade dos que, na ignorância desse processo evolutivo, dessa rápida e estupenda metamorfose, ainda se davam ao trabalho inútil de reivindicar os títulos da democracia liberal, incapazes, por isso mesmo, de estabelecerem a simples distinção entre o postulado democrático *tout court* e a democracia formal, individualista, ou meramente política, que há tantos anos agoniza no planeta.

* * *

Há um ensaio de Álvaro Fernandez Suarez, a que se me não engano já alhures fiz referência uma vez ou duas, que teria sido, na hipótese, do maior proveito para uma razoável elucidação

a esses retardatários. Explica o excelente analista do "*Futuro del mundo ocidental*", como toda a fenomenologia política da Europa do após-guerra e, por consequência, do universo inteiro, a que o fenômeno se generalizou, gravita em torno a três enunciados primaciais: a queda dos tronos, a crise do liberalismo e da democracia histórica e o advento de novos regimes autoritários, ao influxo do doutrinário dogmático. A nossa época, e a que se lhe seguir imediatamente, vivem e viverão sob o signo anti-liberal: o liberalismo sucumbirá, de força, em face das imposições irresistíveis do Estado Novo. Aliás, em nossa língua e há quase dez anos, escreveu Menotti del Pichia todo um volume substancioso a propósito da crise da democracia: estudando os "mitos democráticos" oriundos da ideologia política, essencialmente individualista, do século passado, deixou de manifesto, o fascinante escritor paulistano, "as bases sofisticadas da democracia histórica", tal como a compreendia e praticava o espírito de 1914, e, pois, o seu incoercível declínio nos dias presentes. Em acreditar na liberal-democracia só se obstinavam, portanto, os que, nesse particular como, de resto, em tudo, demoram à margem das aquisições do pensamento hodierno, despercebidos da transformação radical por que passaram, estas duas últimas décadas, a doutrina dos direitos do homem, como indivíduo-social, e a concepção

política do Estado, alicerçada, hoje ainda, no conceito da democracia, mas da democracia construtiva, que reajusta a liberdade nos quadros da lei, tudo condicionando ao bem estar coletivo e ao interesse supremo da Nação. A tese vitoriosa é, em definitiva, no campo do direito público atual, a que se encontra na fórmula de Triepel, citado em Cândido Mota Filho: "É preciso abandonar a concepção individualista atomística do Estado e substituí-la pela concepção orgânica".

* * *

O advento do Estado Novo brasileiro, medularmente estruturado na experiência e na provação política dos povos modernos, não podia, de tal jeito, surpreender a quem quer que dessa matéria tivesse, ao menos, uma idéia superficial. Todos os publicistas avisados já o haviam previsto, de muito. Em 1935, examinando os lances da "*Aventura política do Brasil*", ponderava Azevedo Amaral: "O individualismo econômico e a democracia liberal estão reduzidos a dois cadáveres, em torno dos quais murmuram as suas lamentações impotentes as velhas carpideiras, condenadas à melancólica posição daqueles de quem disse o poeta Robert Browning, que olhavam para a vida sem poderem mais viver. Desses mortos não devem mais cuidar os vivos. Os problemas, as inquietações e as dúvidas perturbadoras agitam-se apenas em torno das for-

mas novas, que lutam desesperadamente pela sobrevivência e pela vitória”. E do que foram as devastações daquele sistema fracassado, na sua aplicação tumultuária ao nosso país, bem se poderá avaliar na síntese impressiva que delas nos faz o Presidente Getúlio Vargas, no grande discurso de lançamento da carta constitucional vigente. Essa oração pode, aliás, e deve ser considerada, como uma introdução à sistemática brasileira do regime novo, tão imperiosamente reclamado pelas graves circunstâncias político-sociais em que se encontrava o país, à iminência da desagregação pela desordem interna ou pela infiltração comunista. Na verdade, como demonstrou o Presidente, com uma eloquência serena e uma firmeza de convicções que o recomendam à confiança sempre maior da Nação, o que existia entre nós, sob o especioso rótulo democrático, era uma “democracia de partidos” e de partidos sem finalidades criadoras, sem idealismo cívico, “clans facciosos” que, explorando as ambições do “caudilhismo provinciano”, armavam o problema político, “não em termos democráticos, mas em termos de violência e de guerra social”. Urgia, de logo, connosco, isto é, com os responsáveis pelos destinos do Brasil, uma mudança enérgica de atitude, uma retificação vigorosa nas diretrizes que nos iam conduzindo aos abismos da discórdia civil e da dissociação nacional. E isto porque, como adverte

lapidadamente o sr. Getúlio Vargas, “quando os meios de governo não correspondem mais às condições de existência de um povo, não há outra solução senão mudá-los, estabelecendo outros moldes de ação”.

VI

Estado forte

Dentre todos os mestres do pensamento contemporâneo, foi Ortega y Gasset quem, a meu ver, empreendeu a mais ampla tentativa de exegese do fenômeno, universalmente generalizado, do Estado forte. Mas, se as suas premissas são, no geral, acertadas, não passa o mesmo, de regra, com as conclusões a que correspondem. O conceito moderno da autoridade estatal, segundo o magnífico escritor da “*Rebelião das Massas*”, resulta, assim na ordem política como na ordem econômica, do paradoxo da crescente “desmoralização” do princípio autoritário, pelo advento de uma democracia teratológica, ou se preferem, de uma “hiperdemocracia” multitudinária, em que os aglomerados humanos pretendem liberar diretamente sobre os seus próprios destinos. É o homem-massa que exsurge, substituindo-se ao homem-indivíduo, como o produto híbrido, monstruoso da coliquação irremediável, da rápida e profunda decomposição da liberal

democracia. E porque de si mesmas não dispõem de meios para exercer o governo do mundo, atuam as massas através e por intermédio do Estado, e temos o estatismo, “forma superior que assumem a violência e a ação direta como norma”. Donde, no entender de Gasset, “o maior perigo que ameaça hoje a civilização: a estatificação da vida, o intervencionismo do Estado, a absorção de toda a espontaneidade social pelo Estado, isto é, a anulação da espontaneidade histórica, que definitivamente sustenta, nutre e impele os designios humanos”.

* * *

Já uma vez, enfrentando o problema, há cerca de três anos, tive a ousadia de opor à tese do consagrado pensador ibérico uma contradita formal. Concordo, e todos, sem dúvida, concordarão, em que o Estado forte seja uma resultante necessária, inevitável, daquilo a que Gasset chama, epigrafando o seu famigerado livro, a “rebelião das massas”, a saber, do fato sociológico indiscutível do ingresso das massas na plenitude do poderio social. Mas essa resultante não se apresenta com o sentido que lhe empresta o filósofo castelhano, e que é, como vimos, o de uma polarização, ou transposição, do despotismo da massa, da tirania das aglomerações sociais sobre o destino da sociedade organizada, sobre o

destino do homem, em suma. Quer-me parecer, muito ao invés disso, que o Estado forte, implicando, de certo, um aspecto do regime de autoridade, a caracterizar o espírito político do nosso tempo, busca exatamente subtrair à massa o domínio social, de que ela não pode nem poderá jamais investir-se, e cuja reivindicação traduz apenas a degenerescência calamitosa da anarquia individualista do século passado. Por outro lado, não se verifica no Estado-forte, que é uma modalidade orgânica da democracia, — e que a Ortega y Gasset não convem distinguir do Estado-totalitário ou da ditadura do Estado, coisas bem diversas, — não se verifica aí “o perigo da absorção de toda a espontaneidade social pelo Estado”. Porque o Estado, nesse regime, não absorve o indivíduo, singular ou coletivamente considerado, embora não se deixe também por ele absorver, havendo, na hipótese, para falar com alguns tratadistas italianos, citados em Miguel Reale, “uma cessão recíproca de faculdades para a realização de fins éticos comuns”, ou no conceito do brilhante ensaísta do “*Estado Moderno*”, uma integração de valores comuns, respeitados os valores específicos e exclusivos. A célebre fórmula de Mussolini, — “tudo pelo Estado, nada fora do Estado, nada contra o Estado”, — não se aplica ao Estado-forte, senão, peculiarmente, ao Estado-fascista, e ainda mesmo na Itália, definiu o instante agudo da reação

da disciplina estatal, comprometida, até às raízes, pela dissolução liberalizante e bolchevista.

* * *

O erro dos que procuram ver um grave perigo na dilatação ou no reforçamento da autoridade do Estado, tão profundamente abalada pelas devastações, pelas orgias do individualismo hodierno, do liberalismo democrático, a traduzir-se, na esfera política ou econômica, pela competição infecunda dos grupos, pela luta dos partidos, pelo entrechoque das facções, ressalta, de um modo preciso, na confusão em que laboram (e Gasset não escapa a essa regra) tocante às noções fundamentais de liberdade e autoridade, de sociedade e indivíduo. À altura em que nos encontramos, nesse terreno, não há, já hoje, como insistir no antagonismo, na falsa antinomia (a expressão é de Miguel Reale) que se intentou estabelecer entre esses termos essenciais do complexo sociológico: longe de se excluírem, interpenetram-se e harmonizam para os fins do bem coletivo, da coexistência social, da prevalência dos valores que integram a personalidade na ordem. É o princípio de polaridade, a que alude Salvador de Madariaga, no seu grande estudo, a que já me tenho referido nesta coluna; a polaridade indivíduo-sociedade, exprimindo-se na esfera das tendências e das forças, num

sistema polar de liberdade-autoridade. E de tal jeito que a ordem, em última análise, poderá definir-se como “o equilíbrio estavel entre a liberdade e a autoridade”. Ora, o Estado-forte aspira, justamente e exclusivamente, à objetivação desse princípio, e se um elemento intrínseco o aproxima dos demais movimentos autoritários, esse é apenas, como lucidamente explana o prefalado e refulgente sociólogo, o de uma atitude comum de protesto contra as fraquezas do Estado liberal, e de um comum esforço para afirmar os direitos do Estado, ou melhor, os direitos da coletividade, em frente aos desbordamentos do indivíduo e da massa.

VII

Fórmulas e realidades

O balanço menos demorado ou menos profundo das realidades da hora presente poderá levar à errônea suposição de que, com o incorporar-se ao quadro dos países de governo forte, se afasta o Brasil, não apenas da sua “tradição liberal”, vinda do Império, como do ritmo a que tem invariavelmente obedecido, no domínio da democracia, a evolução institucional dos povos americanos. A América, dir-se-á, é o continente da democracia, cuja trajetória, neste hemisfério, corresponde a uma linha ascensional, que vai da

gleba vulcânica do caudilhismo, em todo o cortejo das suas sanguinosas e espetaculares reivindicações libertárias, às esferas superiores da ideologia republicana. Agora mesmo, quando se cogita de estabelecer uma "frente unida" das nacionalidades democráticas, uma coalisão das democracias do Ocidente, para fazer face ao irresistível desenvolvimento do espírito totalitário, é para a América dos Washington e dos Bolívar que se voltam as "esperanças" do mundo. O Presidente Franklin Roosevelt, ao Norte, torna-se o *leader* desse movimento de paradoxal reação pela liberdade, contra a autocracia e o despotismo. O discurso de Chicago tem um acento profético: é a conclamação a todos os povos, principalmente aos povos livres destas latitudes, para a defesa dos "princípios intangíveis", que constituem a essência do seu patrimônio cultural, na ordem política, e para a preservação da paz, ameaçada pelas "nações agressoras". De tal sorte que, um passo à direita ou à esquerda, no sentido dos regimes de autoridade como no dos regimes de massa, a definirem, sob aspectos diferentes, a mesma finalidade de preeminência do Estado sobre o complexo da vida coletiva, importará sempre, na América, um desvio injustificável nas diretrizes históricas das pátrias modernas que empreendem, aqui, uma etapa nova de civilização.

* * *

Bem examinado o assunto, ver-se-á, todavia, que tais raciocínios resultam de premissas especiosas e sem fundamento lógico. Em primeiro lugar, e como consideração mais importante na hipótese, não seria difícil pôr de manifesto que ao Presidente Roosevelt cabe a iniciativa dos governos fortes na América, a traduzir-se nas audaciosas reformas da economia dirigida. E depois, o fato de ser a América o continente da democracia não implica, de necessário, para os países americanos, o dever de se conservarem fiéis ao tabú da democracia-liberal, isto é, aos postulados rígidos de um regime que, tendo completado o seu ciclo evolutivo, precisou de transformar-se para continuar a viver e, já agora, sob métodos e processos substancialmente orgânicos. Nos Estados Unidos mesmo, pode-se dizer que a liberal-democracia não existiu senão no sonho ou no racionalismo político dos constituintes de Filadélfia, porque não tardou que as circunstâncias a revelassem, na prática, uma democracia-industrial, caracterizada no poder absorvente dos grupos, das associações plutocráticas, conforme observou André Siegfried. E o Estado-forte, que não se confunde com ditadura ou absolutismo, não deixa de ser democracia, embora a democracia orgânica e construtiva dos povos que tiveram a suprema coragem de

reagir contra a rotina do sufrágio direto e contra os erros irretificáveis da economia liberal. Nem era possível admitir-se que o conceito da democracia se mantivesse irreduzível, na sua forma clássica, no seu padrão individualista, no substrato ideológico que lhe ficara da “declaração dos direitos do homem”, quando é certo que, a partir da grande-guerra, e em consequência desse abalo catastrófico do universo, sofreu a tábua dos valores político-sociais, uma revisão, uma transmutação radical. De tal jeito que ninguém, já hoje, a menos de se ater a um anacronismo de todo em todo inassimilável à mentalidade do nosso tempo, se arriscará a brandir armas seriamente, no terreno da cultura ou no das aquisições pragmáticas, pelos dogmas caducos do liberalismo democrático.

* * *

De resto, com acerto e clarividência, pondera alhures Oswaldo Spengler que as fórmulas políticas não revestem nem podem revestir, de si mesmas, um valor absoluto. Quando falamos em democracia ou autocracia, em liberdade ou em despotismo, devemos ter em vista, não o significado abstrato dessas palavras, como fazem os filósofos e os pensadores sem objetividade, mas o sentido realístico de sua aplicação, ou de sua maior ou menor probabilidade de

aplicação, a cada caso concreto, a cada hipótese diferente. Os sistemas de governo são instrumentos plásticos, órgãos maleáveis de direção e de expressão da atividade social, hierarquizada no Estado, e não se ajustam, portanto, de uma maneira uniforme, a todas as raças e a todos os climas. Cada povo, dentro na atmosfera geral de sua época, adota ou deverá adotar o governo ou o regime que melhor corresponda às suas necessidades, às suas tendências, às suas disposições psicológicas, ao seu caráter, à sua experiência histórica, enfim. Foi o que fez o Brasil. A lição dos acontecimentos, como bem advertiu o Presidente Getúlio Vargas, com apoio, aliás, na quase unanimidade, senão na unanimidade dos nossos sociólogos autorizados, impusera aos responsáveis pela sorte de nossa pátria uma conclusão iniludível: a de que as instituições de 89, nada obstante os enxertos heteróclitos que posteriormente a desfiguraram, não haviam atendido aos fins a que se destinavam. Donde a situação de excepcional anormalidade a que chegáramos. Donde o dilema irrecorrível: a continuação desse deplorável estado de coisas ou a continuação do Brasil. Não havia fugir daí. E “entre a existência nacional e a situação de caos, de irresponsabilidade e desordem em que nos encontrávamos, — disse o Presidente, aplaudido por toda a Nação — não podia haver meio termo nem contemporização”. O Estado-forte era um imperativo

categórico: colocando-se no centro do fenômeno político contemporâneo, o Brasil conseguiu, de um golpe, libertar-se de fórmulas obsoletas, já suficientemente experimentadas e desmoralizadas. E para afirmar a sua personalidade e a sua soberania.

VIII

Os máscaras

Tratando, num dos seus belos livros, do advento do regime republicano do Brasil, descreve o sr. Oliveira Viana, com admirável senso irônico e pictural, a profunda, inopinada, quase vertiginosa transmutação por que passaram os quadros políticos da época, avassalados pela onda formidável e absolutamente irreprimível do adesismo. “Há uma sublevação das camadas sociais, que se invertem e misturam — explana o festejado sociólogo da *“Evolução do povo brasileiro”* —: a nação assiste, atônita, à aparição, ao lado das grandes figuras do republicanismo histórico, de uma chusma de personalidades entrelapas, sem nenhuns títulos que credenciem a sua ascensão; mas todos batalhando com audácia e veemência pela posse do poder e pela direção do país”. O fenômeno é, aliás, peculiar a todos os períodos semelhantes de transição, a todas essas “épocas sem fisionomia”, na frase tão expressiva de um famoso publicista do Império,

que caracterizam a passagem de um para outro regime, a mudança das situações dominantes, a vitória de uma revolução, a instauração, enfim, de uma nova ordem de coisas. Foi o que vimos, vai em sete anos, com a jornada de outubro. Todos, com óbvias exceções, apoiavam, por toda parte e sem reservas, o governo do sr. Washington Luis. Deflagrado o movimento no sul, choviam a cântaros as manifestações de solidariedade ao presidente, ou diretamente ou por intermédio dos governadores dos Estados. Aquí, no Amazonas, fez-se uma romaria interminável ao Palácio Rio Negro, onde ao tempo presidia o honrado sr. Durval Porto. Os jornais do momento, que ainda por aí existem, em preciosíssimas coleções, enchiam diariamente colunas e colunas, com a lista das adesões. Dava-se um prêmio a quem descobrisse um espécime de fauna revolucionária, de que se não tinha notícia. Eis senão quando, vence a cartada da revolução! Surge o 24 de outubro, entre nós, infelizmente, com todo o cortejo ignominioso dos seus vandalismos, a enxovalharem os créditos da nossa cultura e o idealismo cívico da arrancada. Pois bem: ao dia seguinte, todos ou quase todos, como por um passe de mágica, eram revolucionários autênticos, revolucionários de polpa, abrasados na iconoclasia petroleira do ódio iníquo aos vencidos. E não houve na praça lenço vermelho que chegasse...

* * *

É ao mesmo tristíssimo espetáculo, que estamos agora assistindo. Não há ainda dois meses pululavam os adeptos da defunta liberal-democracia, multiplicavam-se os simpatizantes embuçados do comunismo. O refrão seródio de liberdade-igualdade-fraternidade andava em todas as bocas. Ninguém ousava tocar na epiderme da democracia: havia os saudosistas de 91 e havia os exaltados de 934. Mas tudo era democracia! Contra o bolchevismo, que se apossava do Brasil, nem uma palavra. A favor do bolchevismo, conforme a senha do Komintern, a conspiração do silêncio ou a transigência ostensiva com elementos filiados ao credo vermelho, e por isso mesmo já de contas certas com a justiça de segurança nacional. Sobrevem, nessa altura, o estado de guerra. Agrava-se a situação do país pela irrupção da praga marxista nas fileiras dos candidatos à presidência. Os homens de bom senso, apesar de ligados a esta ou àquela candidatura, verificam a impraticabilidade manifesta de se processarem as eleições, sem que daí resultassem à Nação os dramas da guerra civil, que os inimigos da ordem preparavam com a colaboração soviética. Contrários, em princípio, à prorrogação dos mandatos, de que tanto se falava, pendiam, já então, e necessariamente, a admitir a permanência do sr. Getúlio Vargas no governo, de vez

que essa era a solução patriótica para a crise que atravessávamos. De qualquer modo, batiam-se, com desassombro, pelo princípio da autoridade e da ordem constituída, que o Presidente superiormente encarnava, enquanto os adesistas de hoje não se corriam de considerar, de público, essa hipótese, a saber, a continuação do sr. Getúlio Vargas, e não a realização do pleito de janeiro, como uma afronta à dignidade e à soberania da Nação! Pois são exatamente esses “democratas”, que tudo condicionavam ao seu fervor partidário e às suas ambições delirantes, relacionadas com a vitória de uma candidatura; são esses “mágicos”, que faziam, pelo silêncio, o jogo comunista, até porque não tinham a coragem de afirmar; são precisamente esses pândegos, que se insurgiam, com escândalo, contra a simples idéia de se instaurar no país, para o livrar das garras de Moscou, um governo forte, capaz de esmagar os surtos iterativos da anarquia; que não podiam ouvir falar sem horror na doutrina autoritária do Estado e denunciavam a possibilidade da não efetivação das eleições como um esbulho aos direitos do povo, — são precisamente esses oportunistas, esses malabaristas, esses pescadores de águas-turvas, que pretendem, agora, monopolizar a defesa das instituições e transformar-se, de repente, em gansos do Capitólio do regime novo...

* * *

Há uma página de Papini, no *Gog*, que tem aplicação ao caso. É aquela em que o absterso escritor romano sugere a adoção das máscaras como peça habitual da indumentária de circunstância. Desse modo, diz Papini, “cada um poderia escolher para si a fisionomia que mais lhe agradasse, aquela que mais de acordo estivesse com o seu estado-d’alma”. E passa a enumerar as vantagens higiênicas, morais e educativas do uso universal da mascarada. Esqueceu-se, todavia, o bravo humorista de *Gog*, o pensador notável do *Dante-Vivo*, de que a maior conveniência do sistema teria de verificar-se na ordem política. É que fácil se tornara a uns tantos indivíduos, que hoje se nos apresentam “cristalizados” (para recordar a página de Stendal aproveitada no livro do sr. Barbosa Lima Sobrinho) em arautos ou epígonos do Estado novo, — fácil se lhes tornara trocar de idéias como de máscara, ou de máscara como de idéia, poupando-se e poupando-nos, dess’arte, à exibição constrangedora de uma mesma visagem impassível, embora a inconstância fregolesca das convicções...



D E M O C R A C I A

A democracia e sua evolução histórica — A falência dos sistemas democráticos — A transformação da liberal-democracia em formas orgânicas da liberdade.

(Artigo publicado em Manaus,
a 28 de Julho de 1937).

No prefácio de "*Les Dictateurs*", lembra Jacques Bainville que as ditaduras contemporâneas exsurgiram, no cenário da Europa, precisamente ao dia seguinte da frase célebre mas ingênua do presidente Wilson, afirmando a sincera convicção de que a vitória dos Aliados implicava, em última análise, a do princípio democrático no maior esplendor. "Assegurai o mundo à democracia", exhortava, nos raptos do seu generoso idealismo, o criador da Liga das Nações. E ainda bem não o dissera, eis que por toda parte se verifica, dominando nos povos mais fortes, e ainda naqueles de mais antiga e consolidada tradição liberal, o fenômeno das ditaduras. Era o crepúsculo da democracia. Não vem a ponto examinar, aqui, até onde tem razão o historiador insigne de "*La troisième République*", no identificar, como, na verdade, identifica, o fato

ditatorial com o dos governos de autoridade, ou antes, com os regimes totalitários de governo. Muito haverá, nesse particular, que distinguir. Mas não importa fazê-lo agora. Releva apenas acentuar, e é o que nos convem aos raciocínios subsequentes que, a partir da grande guerra, e mercê de um conjunto de fatores com incidência imediata na vida política, mas, sobretudo, na ordem econômica, entrou a democracia na sua última etapa, no ciclo final de sua evolução histórica.

* * *

Mal me caem da pena tais e tão execrandas blasfêmias, e sinto que já se levanta, enfuriada, a grita dos cristãos-novos, turibulários da divindade ultrajada, a reclamarem, por entre o vozerio do zelo farisaico, a lapidação do incrêu, a excomunhão do apóstata, a irremessível proscricção do ousado iconoclasta. Divirto-me, todavia, à custa desses primários, que falam do que não sabem, e batem fé, na inconsciência hipócrita do fanatismo, naquilo de que tiveram notícia de ouvida vaga. Porque não sou eu quem está descobrindo a pólvora, no assinalar a falência dos sistemas democráticos na hora presente. Todos os escritores e sociólogos modernos, ainda os que pela democracia encarniçadamente pelidam, todos, *nemine discrepante*, ao fenômeno se refe-

rem. E por um motivo muito simples: é que esse fenômeno é dos que se processam aos nossos olhos, nos movimentos político-sociais e econômicos, a que estamos assistindo. Menotti del Picchia, o cintilante poeta e prosador paulistano, escreveu sobre o assunto um livro inteiro, com apoio na mais recente bibliografia sociológica de todos os idiomas.

* * *

Não se aflijam, porém, nem desertem já e já, os inconsoláveis, ainda que não de todo irreduzíveis, sebastiansitas da democracia. É que não lhes estamos aconselhando que passem, de armas e bagagens, aos torvos caravansarás do extremismo. A democracia, a que nos referimos, os que lhe acreditamos no declínio irremediável, não é à democracia *tout court*, mas à democracia política, de essência puramente individualista, aquela democracia rousseauniana, — liberdade, igualdade, fraternidade, — que Bryce lobrigou, com visão lince, cristalizada “na ficção dogmática de um mito” — numa palavra: a liberal-democracia. Esta é, na realidade, segundo Menotti, um conceito morto, um postulado arcaico, uma concepção política obsoleta, ou melhor, para falar com Vilfredo Pareto, o “resíduo” de uma concepção estatal, que se transformou, que se está transformando, em formas orgânicas de

liberdade. E se pensam os amigos que é a democracia liberal o regime que hoje praticamos no Brasil, à luz do estatuto básico vigente, leiam o que escreve o mais moderno, embora um dos mais ilustres, dos comentadores dessa carta magna, o sr. Pedro Calmon: "A constituição de 1934 não é mais liberal-democrática, porém social-democrática". E se não o fosse, estaria deslocada do tempo, fora do clima de uma época em que à "concepção individualista dos direitos humanos" se substitue, na lição do egrégio Rui, "uma extensão, cada vez maior, dos direitos sociais". Não haverá, portanto, sacrilégio algum em falar-se na crise da democracia, desde que se não descreia na essência da democracia, nas suas possibilidades de renovação, na energia criadora do seu influxo sobre o destino dos povos livres.



ACADEMIA AMAZONENSE DE LETRAS
1918 · 2018



AMAZONAS
CULTURA DE
VALOR

Secretaria de
Cultura e Economia
Criativa



SECRETARIA ESPECIAL DA
CULTURA

MINISTÉRIO DO
TURISMO

